

CINTIA HELENA DOS SANTOS

A CASA DOS HOMENS:
PASSOS DE UMA MULHER ENTRE AS MASCULINIDADES
NA PRISÃO

ASSIS
2013

CINTIA HELENA DOS SANTOS

A CASA DOS HOMENS
PASSOS DE UMA MULHER ENTRE AS MASCULINIDADES
NA PRISÃO

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutor em Psicologia. (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Wiliam Siqueira Peres

ASSIS
2013

Catálogo elaborado pela bibliotecária
Neide Maria Jardimette Zaninelli – CRB-9 884

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S237c Santos, Cintia Helena dos.
A Casa dos homens: passos de uma mulher entre as masculinidades na prisão / Cintia Helena dos Santos. – Assis, 2013.
98 f.

Orientador: Wiliam Siqueira Peres

Teses (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, 2013.
Inclui bibliografia.

1. Masculinidades - Teses. 2. Penitenciária - Teses. 3. Processos de subjetivação - Teses. 4. Relações de poder - Teses. I. Peres, Wiliam Siqueira. II. Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP. III. Título.

CDU 159.922.1

Agradeço ao meu filho Teo, em especial pela tarde em que eu cantava
“eu não existo longe de você” para ele,
E ele me dizia: “existe sim mãe, às vezes você viaja.”
E eu tive uma chance de encontrar a minha multiplicidade...
Obrigada por estes cinco anos juntos, filho!

Obrigada, William Siqueira Peres, pela cumplicidade, carinho e seriedade, neste que
foi mais um de nossos sempre produtivos encontros. Amor.

SANTOS, Cintia Helena dos. **A Casa dos homens**: passos de uma mulher entre as masculinidades na prisão. 2013. 98fls. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP. Assis, 2013.

RESUMO

Este estudo trata da articulação entre os processos de subjetivação contemporâneos, as relações de poder e as formas sutis com que as tecnologias de gênero naturalizam e perpetuam ações nas relações, parcerias e lutas diárias que ocorrem em uma Penitenciária. Partindo da genealogia foucaultiana, como matriz epistemológica e metodológica, colocamos em análise documentos institucionais e entrevistas realizadas com funcionários do Sistema Penitenciário do Paraná, que atuam na cidade de Londrina. O entrelaçamento destas falas e forças engendra o impacto das tecnologias de gênero, em especial das masculinidades, na dinâmica das relações de poder e de resistência entre os que habitam a prisão. A forma como são caladas e/ou adequadas às diversidades humanas e às maquinarias que compõem os rígidos processos de subjetivação admitidos no cárcere e entre “carcereiros”, apresentaram-nos aprisionamentos mais precisos e danosos que as grades. Para além destas, apresentam-nos os modos de aprisionamentos de si e do outro, que cristalizam e empobrecem os corpos e suas possibilidades de novos encontros e afetações. De modo geral, apontam-nos para processos de subjetivação disciplinares e normalizadores. A problematização destas grades biopolíticas binárias tem permitido outros fluxos, no sentido de ampliar a percepção e superação das grades de ferro e de si mesmos. Esta pesquisa caracteriza-se pela decisão de fazer e manter algumas questões quanto aos processos de subjetivação daqueles que representam o Estado perante as pessoas presas, a partir dos passos de uma mulher entre as masculinidades. Em todo seu percurso, esta escolha mostrou-nos ser o caminho possível para o surgimento de linhas de fuga que possibilitam existências mais potentes e, assim, apontam para a concretização da proposta de fazer da execução penal, em especial nas penitenciárias, algo diferente da produção de incapazes.

Palavras-chave: Masculinidades. Penitenciária. Processos de subjetivação. Relações de poder.

Santos, Cíntia Helena dos **The House of Men: a woman's moves among masculinities in prison**. 2013. 98fls. PhD thesis. Science and Languages Faculty of UNESP, Assis, 2013.

ABSTRACT

This study addresses the link between the processes of contemporary subjectification, the power association and the subtle ways in which the gender technologies naturalize and perpetuate actions in the relations, partnerships and daily struggles that take place in a penitentiary. From the Foucault's genealogy as an epistemological and methodological matrix, we analyze institutional documents and interviews performed with officials of the Penitentiary System of Paraná, in the city of Londrina. The intertwining of these speeches and forces engenders the impact of the technologies of gender - in especial of the masculinities, in the dynamics of the relations of power and resistance among those who inhabit prison. The way they are silenced and adequate to human diversity and to the machinery that make up the rigid processes of subjectivation allowed in prison and between "jailers", showed us more effective and injurious incarcerations than the bars. Beyond that, they present us the ways of the self-incarcerations and the other's incarcerations that solidify and deplete their bodies and their chances of new findings and affectations. In general, they lead us to processes of disciplinary and normalizing subjectification. The problematization of these biopolitics, binary grids has allowed other fluxes, in the sense of broadening perception and overcoming the iron bars and themselves. This research is characterized by the decision of raising and keeping a few questions about the processes of subjectification of those who represent the State in the presence of the prisoners, and from the moves of a woman among the masculinities. Throughout its course, this choice proved to be the a possible way for the raise of escape lines that enable more powerful existence and thus leading to the completion of the proposed intention to make of the criminal enforcement, especially in penitentiaries, something other than "producing" incapable people.

Keywords: Masculinities. Penitentiary. Subjectification processes. Relations of power.

SANTOS, Cintia Helena dos. **La Maison des hommes: les pas d'une femme parmi les masculinités, en prison.** 2013. 98fls. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP. Assis, 2013.

Résumé

Cette étude traite de l'articulation entre les processus de subjectivation contemporains, des relations de pouvoir, et des formes subtiles avec lesquelles les technologies spécifiques propres à ce domaine deviennent naturelles et perpétuent des actions dans les relations, dans les partenariats et luttes quotidiennes qui se passent dans un centre pénitentier. À partir de la généalogie de Foucault, comme matrice épistémologique et méthodologique, nous analysons les documents institutionnels et les entretiens réalisés avec les employés du système pénitentiaire du Paraná qui exercent dans la ville de Londrina. Le contenu de ces témoignages et le pouvoir à travers la force, engendre l'impact des technologies spécifiques à ce domaine, en particulier celle des masculinités, dans la dynamique des relations de pouvoir et de résistance entre ceux qui sont détenus en prison. La forme comme sont maintenues en silence et/ou adéquates les diversités humaines et les moyens "propres" au système carcéral qui composent les rigides processus de subjectivation admis dans les cellules et entre les gardiens de prison, nous ont montré que le fait d'être incarcéré est de toute évidence plus danifiant que les barreaux d'une prison. Pour comprendre au delà de ces analyses, les employés du système pénitentiaire nous présentent les modes d'emprisonnement aussi bien liés à eux même qu'au propre incarcéré, et qui cristallisent et appauvrissent les corps et leurs possibilités de nouvelles rencontres et de comportement naturels. De façon générale, ils nous montrent les processus de subjectivation disciplinaires et normaliseurs. La problématisation de ces barreaux biopolitiques binaires permettent d'autres flux, dans le sens de développer la perception et la supériorité des barreaux de fer et de soi même. Cette recherche se caractérise par la décision de faire et de maintenir certaines questions quant aux processus de subjectivation, de ceux qui représentent l'État face aux personnes incarcérées, à partir des pas d'une femme entre les masculinités. Dans la totalité de son parcours, ce choix nous a montré qu'il est le chemin possible pour l'apparition de moyens alternatifs qui rendent possible des existences plus concrètes, et, de cette façon, démontrent que la concrétisation de la proposition est de faire de l'exécution pénale, en particulier dans les centres pénitentiers, quelque chose de différent que de produire des incapables.

Mots clés: Masculinités. Centre pénitentier. Processus de subjectivation. Relations de pouvoir.

SUMÁRIO

1 POR QUE ENTRAR NESTA CASA?.....	7
2 ANTES DE ENTRAR NA CASA E CONHECENDO SEUS CONTORNOS ARTICULAÇÕES ENTRE GENEALOGIA DA PRISÃO E EXECUÇÃO PENAL NA ATUALIDADE	15
3 AO ENTRAR NA CASA: PASSOS ENTRE GENEALOGIA, CARTOGRAFIA E A “EXPERIÊNCIA”	38
4 SOBRE MODOS DE SUBJETIVAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS HABITANTES DA CASA: PENSANDO A IMATERIALIDADE DO TRABALHO.....	47
5 A CASA DOS HOMENS: TECNOLOGIAS DE GÊNERO, MASCULINIDADES E APRISIONAMENTOS NA EXECUÇÃO PENAL	66
6 OUTROS CÔMODOS DA CASA: O CAMINHO PELA CASA COMO DISPOSITIVO	83
7 JANELAS, PORTAS, FISSURAS, FRESTAS DA CASA: REFLEXÕES SOBRE LINHAS DE FUGA POSSÍVEIS.....	88
REFERÊNCIAS.....	93

1 POR QUE ENTRAR NESTA CASA?

Início este texto pela dúvida de escrever sobre os contornos desta questão: por que entrar nesta “Casa”? Esta territorialidade da prisão onde tenho trabalhado há tantos anos seria um bom lugar para uma questão de pesquisa? Seria um percurso acadêmico o caminho para o meu desassossego? Quanto podia uma funcionária refletir e escrever suas reflexões acerca de seus colegas? Rago (2011) auxiliou-me nesta dúvida ao trabalhar sobre a escrita de si de Ivone Gebara. Neste texto, a autora pontua a necessidade de especificar os modos e objetivos de uma escrita sobre si nesta “sociedade do espetáculo”, descrita por Debord (1997). A sociedade do espetáculo refere-se aos espectadores que fazem a apreensão do mundo por meio de imagens, difundidas pelos meios de comunicação de massa, contemplando e consumindo passivamente todas aquelas que representam tudo o que lhes falta em sua existência real. Por não obedecerem a uma lógica própria, as imagens são abstrações arbitrárias do real, refletindo diretamente a formação socioeconômica de quem as produz e do momento histórico em curso. Neste processo, o espetáculo (tudo o que chama a atenção, atrai e prende o olhar) torna-se uma inversão concreta da vida, no qual a realidade torna-se uma imagem e as imagens tornam-se realidade, numa alienação recíproca que caracteriza sua produção e o sustento deste tipo de sociedade.

Rago (2011) cita a escrita autobiográfica inaugurada por Rousseau, no século XVIII, que objetiva uma decifração do eu, direcionada a um outro e superior olhar. A esta relação de si para consigo, que reitera os discursos normalizadores e liga o eu à própria identidade, Foucault(2004) opõe a escrita de si como uma atividade constitutiva das “estéticas da existência”, ou seja, “uma das tecnologias pelas quais o indivíduo se elabora e constitui a própria subjetividade nos marcos de uma atividade, que é essencialmente ética, experimentada como prática de liberdade e não como sujeição.”

Praticando a liberdade de poder perguntar e me interrogar sobre os contornos da questão, a pergunta se faz necessária porque, mesmo entrando diariamente em uma penitenciária composta, na grande maioria, por homens, quer presos ou funcionários, por 16 anos, o percurso desta pesquisa levou-me a conhecer certo modo de composição de território que aqui denomino A Casa dos

Homens. Esta experimentação fez-me sentir os violentos impactos dos encontros. Venho de uma trajetória de estudos e trabalho ligados à questão penitenciária. Neste caminho, iniciado por estudos em filosofia e psicanálise, destacam-se dois encontros transformadores: com Foucault, na ocasião do mestrado, e agora, no doutorado, com os estudos de gênero. Rolnik (1993, p.241) bem diz destes encontros que nos desassossegam:

Pois bem, no visível há uma relação entre um eu e um ou vários outros (como disse, não só humanos), unidades separáveis e independentes; mas no invisível, o que há é uma textura (ontológica) que vai se fazendo dos fluxos que constituem nossa composição atual, conectando-se com outros fluxos, somando-se e esboçando outras composições. Tais composições, a partir de um certo limiar, geram em nós estados inéditos, inteiramente estranhos em relação àquilo de que é feita a consistência subjetiva de nossa atual figura. Rompe-se assim o equilíbrio desta nossa atual figura, tremem seus contornos. Podemos dizer que a cada vez que isto acontece, é uma violência vivida por nosso corpo em sua forma atual, pois nos desestabiliza e nos coloca a exigência de criarmos um novo corpo - em nossa existência, em nosso modo de sentir, de pensar, de agir etc. - que venha encarnar este estado inédito que se fez em nós. E a cada vez que respondemos à exigência imposta por um destes estados, nos tornamos outros... o que estou chamando de marca são exatamente estes estados inéditos que se produzem em nosso corpo, a partir das composições que vamos vivendo. Cada um destes estados constitui uma diferença que instaura uma abertura para a criação de um novo corpo, o que significa que as marcas são sempre gênese de um devir.

O primeiro encontro foi com o trabalho de Foucault, que se tornou matriz epistemológica para que eu trabalhasse uma genealogia da prática psicológica da prisão como pesquisa de mestrado. Considero-o uma marca, porque minha prática e minha vida tornaram-se outras depois dele. Para dimensionar essas modificações, é preciso historiar o processo subjetivo de construir uma "identidade" de psicóloga na prisão, para se apreender a forma como ela foi desconstruída no encontro.

Tendo iniciado as atividades como psicóloga da Penitenciária, com uma formação eminentemente clínica, de orientação psicanalítica, logo no início já me encontrei com um real para além do que os estudos e trabalhos psicanalíticos puderam me alicerçar. Com dois meses de trabalho uma pessoa presa disse-me, durante um atendimento psicológico, que estavam cavando um buraco na cela onde ele estava. Perguntado sobre o porquê me dizia aquilo, respondeu que era para que

alguém, além dele mesmo, soubesse que ele não estava envolvido, já que se o buraco fosse descoberto, ele teria que assumir junto com os outros senão teria que assumir sozinho, porque não fugiria e então responderia pelo que os outros haviam feito. Ele não me pediu nada. O que eu poderia fazer? Melhor, minha questão era: o que pode a Psicologia neste contexto? Quanto de real, desconexo, violento e irracional a Psicologia aguenta?

Fui para supervisão e pouco ouvi. A supervisora insistia que minha questão era ética, mas eu tinha uma demanda real a responder, uma preocupação concreta com a segurança das pessoas presas e funcionários, em função da informação que havia recebido. Neste momento, havia pouco contato com os funcionários das equipes de segurança, mas ainda assim os procurei para dizer que ‘estava ouvindo um barulho estranho nos atendimentos das pessoas da 7ª galeria, onde estava sendo feito o buraco. Anos mais tarde, e construída uma relação de trabalho baseada em confiança e cooperação com estes funcionários, eles contaram que riam muito da jurona¹ ou reca² que “*não entendia nada de cadeia e queria dar palpite*”.

Para piorar a situação, na semana seguinte, uma outra pessoa presa procurou-me e falou sobre o buraco. Desta vez, o pedido foi desesperado de ajuda, porque ele havia sido colocado naquela cela no dia anterior e não sabia o que fazer para não se complicar. Esclarecendo, as mudanças de cela são feitas a pedido da pessoa que quer ir para outra cela e com a concordância dos demais moradores da mesma. Caso ele pedisse para sair da cela no dia seguinte da entrada, a Segurança iria identificar uma “não conformidade” e inquirir insistentemente sobre o motivo da mudança. Na impossibilidade de entregar as outras pessoas presas, que efetivamente estavam fazendo o buraco, não conseguia vislumbrar o que fazer. E eu não estava em uma situação muito diferente. Apesar de estarmos em barcos diferentes, estávamos todos a deriva.

À época, comecei a questionar o contrato que fazia, com base na

¹ As pessoas presas colocam o jurão como antítese do bandido, são aqueles que não têm envolvimento com o crime, não reconhecendo a linguagem nem os códigos de conduta que operam entre os que denominam de massa carcerária. Em geral, são considerados “inocentes”, “sem maldade”, enquanto os bandidos são os espertos, atentos e perspicazes. O interessante é os funcionários adotarem a mesma linguagem sem relativizar, posto que do ponto de vista do funcionário seria elogioso e não modo de humilhar ou diminuir chamar o outro de jurão).

² Refere-se ao fato de estar trabalhando na unidade penal há pouco tempo, remetendo ao conceito de recruta nos quadros militares.

minha experiência clínica, com todas as pessoas que atendia: você vem quando quiser, para falar o que e se quiser. Será que era assim mesmo? As duas situações relatadas foram exatamente isso, eles falaram o que e quando quiseram e eu não conseguia localizar um fazer profissional possível. Ainda bem que outros profissionais fizeram o seu trabalho e descobriram o buraco, resolvendo ao menos o quanto de prático havia na minha angústia.

Esse acontecimento levou-me a duas pós-graduações: uma, em filosofia, para pensar as questões éticas do meu trabalho; outra, em Psicanálise, quando busquei articular as possibilidades de trabalho a partir do entendimento psicanalítico da prisão. Estes estudos, supervisões e a prática diária alicerçaram-me na construção de um lugar na Penitenciária. Entendia que ao campo psicológico caberia a avaliação psicológica, o atendimento de apoio em situações pontuais e o acompanhamento psicológico daqueles que solicitassem. A única mudança que percebi foi que, para orientar meus trabalhos, já não me utilizava dos mesmos textos, recorrendo mais aos textos de Freud que são considerados “sociais”, como *Mal Estar na Civilização* (FREUD, 1987a), *Totem e Tabu* (FREUD, 1987c) e *O futuro de uma ilusão* (FREUD, 1987b). Estes textos permitem a apreensão não só da dinâmica da estrutura psíquica individual, mas de suas relações com a natureza, com a cultura e com a posteridade. Freud (1988) relê seu texto *Estudos Autobiográficos* e, dez anos depois da escrita do texto escreve no pós-escrito:

Meu interesse, após fazer um *détour* de uma vida inteira pelas ciências naturais, pela medicina e pela psicoterapia voltou-se para os problemas culturais que há muito me haviam fascinado...em 1912, já tentara, em *Totem e Tabu*, fazer uso dos achados recém descobertos da análise a fim de investigar as origens da religião e da moralidade. Levei então esse trabalho mais um passo à frente em dois ensaios ulteriores, *O futuro de uma ilusão*(1927-c) e *Mal –Estar na Civilização* (1930a)”. (FREUD 1987b, p 76).

No intuito de organizar a minha prática, resolvi fazer um projeto para tentar o Mestrado. A proposta era pensar as atividades do psicólogo na prisão, ampliando a atuação da dinâmica psíquica individual para o entendimento das relações, e propor outras formas de atuação para além do atendimento individual. Freud(1988), continuando o pós escrito citado, diz :

Percebi ainda mais claramente que os fatos da história, as interações entre a natureza humana, o desenvolvimento cultural e os precipitados das experiências primitivas (cujo exemplo mais proeminente é a religião)

não passam de um reflexo dos conflitos dinâmicos entre o ego, o id e o superego que a psicanálise estuda no indivíduo – são os mesmíssimos processos repetidos numa fase mais ampla.

Assim, caminhava em uma zona de relativo conforto quando, ao ser aceita no mestrado, o orientador indica-me a obra de Michel Foucault, como matriz epistemológica, e me pede para retirar todos os conceitos e ferramentas psicanalíticos que constavam do projeto. Em especial a ideia de natureza humana, estrutura psíquica, inconsciente e transferência. Após o misto de raiva e susto, pude, dolorida, mas produtivamente, iniciar a busca por compreender o pedido de meu orientador. Iniciei quase que obviamente pela leitura de Vigiar e Punir. Ajudou-me muito a familiaridade com o tema e me intrigou bastante a forma como ele toma a história do surgimento da prisão, a precisão como localiza nas práticas anteriores de punição a racionalidade, nos seus efeitos, os desdobramentos da eleição da prisão como pena para os mais diversos delitos e na maior parte do mundo. A ideia do Mestrado passou então a ser pensar o fazer do psicólogo nesta perspectiva: as práticas anteriores, os momentos em que elas se tornam divisórias, ao definir o normal, anormal e normalizável, e ainda, como isto se dá especificamente na prisão.

Analisando documentos escritos por psicólogos e sobre psicólogos que atuam na prisão antes e depois da Lei de Execuções Penais Brasileira, que data de 1984, e inclui a Psicologia formalmente na execução penal, minha dissertação foi uma genealogia das práticas psicológicas na prisão. Encontrei-me, assim, com o modo como as práticas psicológicas operam na prisão, ou seja, como parte sutil das práticas/dispositivos de segurança, de disciplina e de controle que engendram a produção de corpos dóceis e úteis, de subjetividades submissas, moldadas para ratificar a hegemonia de uns em detrimento de outros. Além disso, colaboram na produção de saberes que sutilizam o poder para dificultar as resistências. Confesso que me senti uma tonfa³ de algodão.

Não poderia continuar trabalhando da mesma forma após percorrer este caminho. Ainda que sempre tenha tido a noção da importância das relações e de se trabalhar em equipe, passei a aproveitar as relações já construídas para ampliar para os demais colegas as problematizações historicamente contextualizadas e pragmáticas da questão penitenciária, com as quais havia me encontrado. Para ter espaço com os colegas, guiei meus dias pela decidida escolha de ouvir a prática de cada um e dizer da minha, sem competir por saberes ou

³ Espécie de cassetete usado nas penitenciárias.

poderes, sem querer nada além da troca, do encontro entre pessoas. Construí relações de trabalho e de vida que muito me ensinaram, praticando o chavão “respeitar para ser respeitada”, mesmo quando isso doía. Lembro-me de uma das primeiras vezes que um funcionário se sentiu à vontade para me falar sobre um espancamento do qual havia participado. Não foi nada fácil calar minha história de militância em direitos humanos e ouvir aquele humano que me falava. Ele iniciou descrevendo a cena como uma estratégia comum e necessária. No entanto, ao falar e, penso, sobretudo, ao ouvir o que falava, acabou dizendo de seus conflitos em seguir o grupo, quando a ação envolvia violência.

Havia, então, com a valorosa troca com outros profissionais em trabalhos voluntários em direitos humanos, o constante contato com a academia para não deixar de estudar e, fundamentalmente, potencializando os encontros com colegas e presos no dia a dia da penitenciária, encontrando possibilidades de entendimento e de atuação baseados nesta rede trançada por linhas e pessoas diversas que se encontravam no articulador espaço de trabalhar com o ser humano, relacionando-se consigo, com os outros e com as coisas. Foi assim até topar com um novo desorganizador: num intervalo de seis meses, aconteceram três assassinatos de agentes penitenciários, e um evento crítico quando quatro agentes ficaram como reféns por 12 horas, na unidade onde eu trabalhava. O crime organizado, na figura de grupos organizados, como o Primeiro Comando da Capital, passou a ser um dispositivo, operando na repressão, nas relações de poder e saber entre todos na prisão e também com a sociedade, por meio da mídia, por exemplo. A compreensão destes acontecimentos passou a me ocupar.

As reações dos funcionários a esta nova configuração oscilava entre a apatia, ou seja, nada estava acontecendo de diferente, negação total, e um recrudescimento nas relações baseado no fato de que estaríamos em risco total e todo tempo: alguns não faziam o mesmo caminho para vir trabalhar ou dormiam fora de sua casa por questão de segurança. Comecei a me perguntar como e quando nos tornamos o que estávamos sendo, pensando, sentindo. Como construímos estas formas de estar neste território, neste tempo e sendo quem somos?

Em uma palestra sobre atuação do Psicólogo na Penitenciária em uma universidade de Londrina para alunos de Psicologia, a temática que me ocupava se impôs ao discurso, de maneira que, diferente da programação que era falar sobre o atendimento de pessoas presas, acabei falando de emergências e

proeminências na tarefa de punir, com ênfase na questão dos funcionários. Falei da figura do carrasco, como executor de penas, e das resistências às suas práticas, articulando às emergências que estava percebendo na atuação dos funcionários na execução penal contemporânea. Como a maioria das frases eram questões, e tanto a professora quanto os alunos da disciplina se interessaram, propus um grupo de estudos sobre o tema. Neste grupo, trabalhamos diversos textos acerca da questão penitenciária, discutimos casos de atendimento e funcionamento da penitenciária e realizamos oficinas de direitos humanos e cidadania. Das atividades deste grupo, emergiu o projeto de investigar os processos de subjetivação dos funcionários do Sistema Penitenciário durante o doutorado. Destes discursos e cenas disparadoras, construí o projeto e iniciei a busca de parcerias para desenvolvê-lo.

Ao apresentar o Projeto, durante a seleção para o doutorado, uma pergunta iniciaria o desassossego: Poderíamos incluir as sexualidades e gênero neste projeto? Ainda sem dimensão do que seria, disse que sim. Ainda, e porque não estivessem claras as relações entre gênero, sexualidade e execução penal, considerei que estes conceitos, que eram novos para mim, já que havia focado nos textos de Foucault as relações de poder, da disciplina e do controle ligado a instituições, poderiam ser boas ferramentas para pensar a subjetividade dos funcionários da prisão. Neste sentido,

o pensamento não é aquilo que se presentifica em uma conduta e lhe dá sentido; é, sobretudo aquilo que permite tomar uma distância em relação a essa maneira de fazer ou de reagir, e tomá-la como objeto de pensamento e interrogá-la sobre seu sentido, suas condições e seus fins. O pensamento é liberdade em relação àquilo que se faz, o movimento pelo qual dele nos separamos, constituímos-lo como objeto e pensamos-lo como problema (FOUCAULT, 2003, p.231-232).

Os desdobramentos do percurso mostraram-me a importância desta pergunta. O caminho advindo de minha resposta à violenta desestabilização exigiu de mim um outro corpo, e desde aí, um outro olhar, escuta, afetos, relações, pensamentos, questões. Uma mulher branca, heterossexual, mãe, monogâmica, funcionária pública, inserida em um universo eminentemente masculino e com intenções de propor intervenções mais efetivas na execução penal, se embrenhou na história da sexualidade proposta por Foucault (1984), ou seja, “enquanto uma experiência- se entendermos por experiência a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade”. O primeiro ano

de estudos focados nos conceitos de gênero e sexualidade em autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Felix Guattari, Judith Butler, Teresa de Lauretis e Eve Kosofsky Sedgwick se conjugaram em uma nova mulher: divorciada, mãe, negra, rompida com a forma que exercia sua heterossexualidade e desejando construir outra, trabalhadora, querendo pensar junto com trabalhadores homens que ocupam o mesmo território com suas práticas e modos de existir.

A partir de então, não mais olhar para uma prisão, e nem para “A Casa dos Homens”, como denomina Welzer-Lang (2004) ao discutir agrupamentos de homens, mas para os processos de subjetivação que constroem e, ousou dizer, destroem estes homens. Isso me fez modificar os caminhos e escolhas de pesquisa. Confesso que encontrei pretensões de resolução e efetividade no que me propunha a pesquisar, algo como um modo de acalmar minhas angústias no trabalho e diminuir o sofrimento dos funcionários. No entanto, o trabalho de nenhum destes autores se dá no sentido de acalmar ou resolver questões. Foucault (1995b) afirma que o pensamento não existe para consolar: ao contrário, existe para que possamos nos abrir aos perigos do nosso tempo de maneira a enfrentá-los ética e politicamente e, com isso, deixar de ficar apontando alternativas certas e soluções milagrosas.

Impactada pelos efeitos de estudar e dimensionar, nas práticas que ocorrem na penitenciária, as tecnologias de gênero que delineiam os processos de subjetivação, tanto dos funcionários quanto das pessoas presas, insurgiu a questão das masculinidades, posto que poder, força, domínio, coragem, ousadia, valentia e outras características marcantes nas falas dos que habitam a prisão, de acordo com Oliveira (2004), são frequentemente associadas ao ser masculino. Nas próximas páginas, o registro deste percurso pela Casa dos homens inicia-se pelos preparativos para entrar que, muitas vezes, só foram sabidos depois, já que esta forma de caminhar não linear passa pelos contornos da casa, pelos passos dentro dela e se encerra com o impacto em meu corpo desta passagem. Esta cuidadosa, porém violenta visita a que me propus, conta com definidos articuladores: os modos de subjetivação dos funcionários, aquilo que os liga à casa, mas também aquilo que os desliga dela, ou seja, o trabalho, as masculinidades, os dispositivos que operam e as linhas de fuga⁴.

⁴ Segundo Kamkhagi (2005), as linhas de fuga são aquelas que rompem com o que era, rompem a existência e buscam outro caminho. Localizam-se entre as linhas duras e as flexíveis que compõem o conjunto de linhas que forma uma biografia, um indivíduo, um grupo, uma sociedade.

2 ANTES DE ENTRAR NA CASA E CONHECENDO SEUS CONTORNOS: ARTICULAÇÕES ENTRE GENEALOGIA DA PRISÃO E EXECUÇÃO PENAL NA ATUALIDADE

Este capítulo pretende uma analítica interpretativa acerca da execução de penas na atualidade, articulada às possibilidades da proposta metodológica, construída por Foucault (1976), em sua criteriosa análise do nascimento das prisões. Ainda que existam medidas alternativas à prisão, o aprisionamento ainda figura como modo de punir e, especialmente, vigiar nos dias de hoje.

Partindo das sociedades disciplinares, fundamentalmente apoiadas no conhecimento científico e institucionalizado do indivíduo, e que articula meios de confinamento (família, escola, caserna, hospital, prisão etc.), chegamos à sociedade de controle, onde os moldes dos processos institucionais são substituídos por modulações – o exame para verificar a adequação é substituído pelo controle constante.

Neste cenário de controle, como bem demonstra Deleuze (2001), o eterno recomeçar das sociedades disciplinares dá lugar ao interminável: não se termina nada... Neste contexto, como se articula o crime e o castigo? Qual a operação do dispositivo da punição frente ao crime num cenário onde, embora ainda ocorram práticas de extermínio em nome da vida, ou da segurança pública (paradigma da passagem da sociedade de soberania – poder de morte- para a sociedade disciplinar – poder sobre a vida), em programas populares conhecidos como “show de realidade”, o confinamento é oferecido como liberdade e a condenação é a volta ao social.

No caminho imprevisível de buscar respostas às questões acima, fazemos uso da genealogia para auxiliar na compreensão de como se constroem e se articulam a hegemonia de corpos, consciências e vínculos que determinam o que é crime e quais são os modos de punição neste momento histórico. Este processo de compreensão será orientado por ações e práticas que possam tornar conhecidas as finalidades do dispositivo⁵ de disciplina, e contribuir na problematização das finalidades do controle que se instala.

⁵ Deleuze (1999) define o dispositivo como um conceito operatório que atua em diversas linhas e sob o alicerce de três eixos: a produção de saber, ou seja, a construção de uma rede discursiva; as relações de poder que indicam as formas e forças pelas quais os elementos do dispositivo se relacionam e se dispõem estrategicamente; e a produção de sujeitos, ou ainda, produção de subjetividades.

A partir da publicação de *Vigiar e Punir*, Foucault (1976) demonstra preocupação com o “como” do poder: tenta discernir os mecanismos existentes entre as regras que delimitam formalmente o poder, e os efeitos de verdade que esse poder produz, transmite e que, por sua vez, se inscrevem sobre os corpos. Tratando da articulação entre a produção de saberes considerados verdadeiros e o modo de exercício do poder, sempre articulado por saberes que determinam os regimes de verdade e que, por sua vez, se articulam com os modos de prazer, investiga os discursos científicos para trazer à tona o engendramento de mecanismos existentes entre o modo de exercício do poder e os modos de produção dos saberes reconhecidos como verdadeiros.

Ao se debruçar sobre a questão da prisão, atravessado pela indagação sobre o modo de operação do poder, Foucault (1976) propõe uma forma de conhecimento ou investigação que, diferente das ilusões de heterogeneidade, neutralidade, regularidade e saberes autorizados do discurso científico, debruça-se sobre as descontinuidades, as rupturas, atravessamentos presentes nos discursos daqueles que não são notáveis. Nomeada de genealogia, é uma atividade árdua de investigação que procura indícios em fatos desconsiderados desvalorizados, ou ainda apagados pela história tomada como oficial. Em outra obra, o autor sugere que:

O historiador não deve temer as mesquinhas, pois foi de mesquinhas em mesquinhas, de pequena em pequena coisa que finalmente as grandes coisas se formaram. À solenidade de origem, é necessário opor em bom método histórico a pequenez meticulosa e inconfessável dessas fabricações, dessas invenções (FOUCAULT, 1999, p.16).

Nesta perspectiva, Foucault (1976) toma as práticas de vigilância e punição para evidenciar o aspecto produtivo do poder, ou melhor, das relações de poder. Para além das características coercitivas, moralizantes e ou valorativas do poder demarcadas e utilizadas como discurso normatizador pela lógica binária (certo/errado, bom/mal, santificado/pecado), demonstra, por meio da emergência da prisão como pena, que as relações de poder produzem modos de subjetivação.

Para Foucault, o poder é relacional, refere-se a ações dentro de relacionamentos, e também é tão produtivo quanto restritivo. A palavra produtivo, no tocante ao poder, deve ser interpretada no sentido de que o poder produz

realidades. Se, tradicionalmente, apenas foi enfatizado o papel coercitivo e repressivo do poder, na contemporaneidade ele apenas pode ser mapeado se fizermos um deslocamento dessa interpretação, percebendo que o poder é objeto de prazer, forma e é formado pelo saber, produz discurso, permeia e produz dispositivos e relações.

Outra questão que surge com o modo genealógico de apreender os acontecimentos é a articulação entre as relações de poder e a produção de saber. Compreende-se que é sobre o discurso científico e, particularmente das Ciências Humanas, que ele vai escolher fazer incidir a investigação. A razão dessa escolha deve-se a que toda sociedade tem seu regime de verdade com efeitos de poder. Na sociedade atual, a produção da verdade é regulamentada por regras que autorizam a eleição dos discursos reconhecidos como científicos e a consequente exclusão de outros saberes. Existem regras que qualificam os objetos dignos do saber, os sujeitos aptos para produzi-los e as instituições apropriadas com os efeitos de poder. Interrogar o que determina que um determinado objeto em determinado tempo e contexto histórico será qualificado como digno do saber é a proposta de uma genealogia.

Em *A Verdade e as Formas Jurídicas*, Foucault (1999) faz uma reflexão metodológica que dá conta da convergência de séries de investigações já exploradas, com o intuito de construir no encontro e/ou confronto entre elas, uma investigação original, ou, ao menos, inovadora. Desde um olhar eminentemente histórico, delineia os conceitos de sujeito, conhecimento e verdade em uma perspectiva que subverte a conceituação clássica que predominava e, ainda opera, tanto no meio científico quanto no filosófico.

Ao demonstrar como pensamos no conhecimento, no sujeito que conhece e, conseqüentemente, na verdade, sempre atravessados pela soberania de um sujeito definido previamente e com prerrogativa de encontrar a verdade, mediante a operação natural do conhecimento, Foucault localiza historicamente não as origens, mas o surgimento desta maneira de tomarmos as coisas a partir do embate de forças.

E, da mesma ordem do surgimento, localiza no pensamento de Nietzsche a noção de que não há uma origem do conhecimento, mas sim um dado momento em que ele é inventado. Preciosa colaboração de que é preciso contrapor

a esta solene busca de origens o metodológico levantamento histórico das pequenas e, muitas vezes, inconfessáveis, invenções do homem.

Se não há então um conhecimento natural, instintivo, e sim um efeito das lutas dos humanos entre si, ao qual denominamos conhecimento, que sujeito é esse que conhece? Que sujeito é esse que conhece, não por meio de uma continuidade entre seus instintos e as coisas, mas apenas mediante uma relação de violência, dominação, um jogo de poder e força?

Este sujeito não pode ser aquele que permanece idêntico, nem aquele de que trata o conceito de ideologia entre os marxistas tradicionais. É importante a constatação dos modos de constituição deste sujeito. Na atualidade, as condições sociais, econômicas e políticas não funcionam como um véu que o impede de acessar a verdade, são sim aquilo pelo qual os sujeitos se formam e podem ocupar o lugar de sujeitos de conhecimento e, conseqüentemente, estabelecer relações de verdade, ainda que transitórias.

Fica claro que Foucault questiona o sujeito do kantismo, negando-o como centralidade e localizando sua constituição por meio de práticas sociais, políticas e culturais. Para ele, as práticas jurídicas, ou judiciárias, ao iniciarem as práticas de indagação que habitam os campos da Filosofia e das Ciências, estão entre as mais importantes práticas sociais, cuja análise histórica permite localizar a emergência de novas formas de subjetivação. Todas as práticas pelas quais o sujeito é definido e transformado são acompanhadas da formação de certos tipos de conhecimento, de certos tipos de saber que, por sua vez, reforçam o poder em suas malhas institucionais e se articulam com modos de prazeres. Esta operação se dá por meio de discursos e práticas que se entrelaçam, logo, por linhas de subjetivação.

Nas suas análises, os discursos são considerados na sua positividade, ou seja, são considerados como fatos dos quais não se trata de buscar a origem, nem o sentido secreto, mas as condições que possibilitam a sua emergência. A análise busca as normas que presidem o seu surgimento, o seu funcionamento, as suas mudanças, o seu desaparecimento em uma dada época, assim como as novas regras que presidem a formação de novos discursos, em uma outra dada época, que trazem novas perguntas, indagações.

As análises de discursos dizem respeito à língua como sistema formal, que rege tanto a formulação de enunciados efetivamente realizados quanto daqueles que, em tese, em número infinito, poderiam vir a ser constituídos. Na obra

de Foucault, a descrição dos fatos discursivos é feita nos enunciados já populares, que compõem conjuntos que são formações discursivas. É uma análise que pretende estabelecer, não só regras da inteligibilidade desses discursos, mas o jogo de regras que define as condições e possibilidades de aparecimento, transformações e desaparecimento de discursos em uma época dada e em uma determinada sociedade.

Isto posto, surge a questão de como e quais discursos analisar para apreender a execução da pena hoje. O que tem surgido, se transformado ou desaparecido das estratégias de punição para aqueles que fizeram aquilo que foi determinado como algo a não se fazer?

Analisando racionalidades específicas, a proposta de Foucault foi construir um trajeto diferente para atingir uma nova economia das relações de saber/poder/prazer. Para garantir que este trajeto fosse um processo em que teoria e prática se entrelaçassem, podemos partir das formas de resistência contra as diferentes formas de poder, ou seja, abdicar da racionalidade interna para analisar as relações de poder, tomando-as por meio do antagonismo de suas estratégias.

Desde uma perspectiva teórica, o trabalho de Foucault (1999) permite-nos localizar o antagonismo citado em três tipos de lutas sociais: contra as formas de dominação, que mantém os indivíduos ligados ao Estado; contra as formas de exploração, que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; e contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete aos outros. Historicamente, estas lutas sociais emergem isoladas ou misturadas, predominantes ou preteridas. Independente da forma, permanentemente estabelecem entre si inter-relações importantes para compreender não só as relações de poder, mas a constituição de subjetividades, mais precisamente, de processos de subjetivação.

Para problematizar a operação destas lutas nos processos de subjetivação, podemos recortar uma prática comum e paradigmática dentro das prisões: o exame criminológico. O exame criminológico é realizado por técnicos (assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras e pedagogos) para verificar se o indivíduo preso está apto a ir para um regime de punição mais brando, semiaberto ou aberto. O poder do estado opera sobre os técnicos ao lhes sugerir que a disciplina, o saber de seu campo, permite-lhes, por meio da utilização de técnicas confessionais, prever a conduta de outro ser humano, ou ainda, o seu “merecimento”. Sobre o preso: são produzidos inquéritos e avaliações que se

materializam por meio do parecer dos técnicos, que determina os adequados e inadequados, suscitando estratégias de adequação sofríveis como dizer-se arrependido (ao substituir uma colega em outra penitenciária, percebi que todos se diziam arrependidos, mesmo quando eu não perguntava nada em relação a este sentimento. Conversando com outros presos e profissionais da unidade percebi que isso acontecia em decorrência desse ser o critério mais expressado pela colega que eu estava substituindo), ou repetir mecanicamente um plano de sair, trabalhar, estudar e constituir família (quando muitas vezes estas já estão constituídas, mas estão fora dos padrões hegemônicos da família nuclear burguesa).

Aqui, podemos problematizar os modos de subjetivação que estas formas de dominação suscitam. E também localizar possíveis resistências como utilizar o obrigatório momento do exame para delinear junto com o preso a impossibilidade da disciplina de prever suas escolhas, o quanto os dispositivos de punição esquadriham suas escolhas para que ele continue submetido a punições e à difícil, porém possível, luta para escapar da subjetividade que lhe é imposta.

Àqueles considerados aptos no exame criminológico, oferecesse-se o regime semiaberto. Este regime é oferecido como progressão da pena, uma forma mais branda de punir, porque implica em visitas mensais ou bimensais aos familiares e a possibilidade de trabalho externo. O regime semiaberto caracteriza-se por uma série de contradições: as pessoas são liberadas para visitar os familiares sem recursos para que possam pagar pelo transporte, seja urbano ou intermunicipal; as regras e o tratamento permanecem os mesmos do regime fechado, sem adequações; quando um deles não retorna da visita ou foge, os que ficam, ou seja, os que não fugiram são punidos; o trabalho externo é possível, desde que determinado, controlado e fiscalizado pela unidade penal (o indivíduo não tem nenhuma autonomia sobre sua força de trabalho). Será mais brando este regime?

No regime semiaberto a luta pode ser construir coletivamente, com as pessoas que estão cumprindo pena neste regime, adequações normativas a um regime diferenciado, criar possibilidades de trabalho externo que respeitem a história profissional de cada um e gerem renda para eles (e não para o Estado) e criar estratégias que permitam reconhecer os modos de subjetivação a que eles estão submetidos, assim como potências de resistência.

Para uma breve problematização do regime aberto, consideremos que alguns crimes, como o uso de drogas, desde dezembro de 2006, são

penalizados com penas em meio aberto. Em outras palavras, as pessoas têm seus direitos restringidos, mas continuam em suas casas. Algumas destas penas são pecuniárias e outras são em forma de prestação de serviço à comunidade. Em ambos os casos, parece comum o fato das pessoas não se sentirem cumprindo pena. Sentem-se injustiçadas porque obrigadas a usar seu tempo ou dinheiro de maneira compulsória. Parece-nos claro o quanto o paradigma da punição ainda é a prisão. Qualquer outra forma de punir é considerada estranha, não operacional e desligada do crime.

Se as penas pecuniárias e de prestação de serviço aplicadas há décadas ainda carregam as vicissitudes de ser alternativas à prisão, ou seja, têm a prisão como referência e apresentam dificuldades diversas, o que dizer da pena em forma de curso prevista na nova lei de drogas? Um curso como pena? Do que tratar neste curso? Pela novidade, e por nos parecer uma potencial luta contra o que se quer produzir sobre um indivíduo de forma a submetê-lo a outros, sejam profissionais de saúde, religiosos ou juristas, a execução desta pena também está entre as escolhidas para esta cartografia de orientação genealógica.

Por fim, a questão dos funcionários remete-nos às três formas de resistências: a dominação do Estado em diversos aspectos (horários, hierarquias, exigências legais e técnicas); a relação dos funcionários com o próprio trabalho é da ordem de uma submissão automática e voluntária aos mandos do Estado, sem saber da sua real função de produzir incapazes; e, em especial, a forma que eles se ligam a si mesmos e aos outros, em relações que oscilam entre dominação e submissão. O objetivo aqui é pensar se existiriam possibilidades de criação de espaços de expressão, que possibilitem problematizar os modos de subjetivação e criem encontros, onde se possa pensar outros modos de ser, trabalhar e viver.

Como modo de cartografar os processos de subjetivação, Foucault (1995) parte para uma investigação acerca do modo como se exerce o poder, ou seja, como acontece quando os indivíduos exercem poder uns sobre os outros. Ele distingue três modos de relação distintos, mas imbricados e se instrumentalizando reciprocamente: as relações de poder; as de comunicação; e as capacidades objetivas. Compreender o poder desde este tríptico entrelaçamento implica em tomar como objeto não um “poder”, mas relações de poder que se fazem perceptíveis e imbricadas no encadeamento de relações de comunicação e capacidades presentes e atuantes em todos os modos de relação.

Na execução de penas, estes modos de relação emergem nas relações dos funcionários entre si e com os apenados: são construídas formas específicas de comunicação, que vão desde gírias próprias (as camas são “jegas”, as cuecas são “corujas”, os vasos sanitários são “bois”, à utilização da linguagem de libras entre os presos, passando pela apropriação particularizada de terminologias militares (uso da força necessária, importância para o proceder, presença maciça de hierarquia) policiais (utilização generalizada, presos e funcionários, do termo b.o. – boletim de ocorrência- para designar um acontecimento); as relações de poder incluem estratégias nada sutis de submissão corporal, como a contagem matinal dos corpos, o domínio da sexualidade esquadrinhado em diversos controles (por exemplo, a instituição exigir visita social por seis meses antes de “permitir” a relação sexual, e os presos proibirem que presos homossexuais exerçam qualquer atividade ligada à alimentação); e as relações de capacidades que se dão na determinação de capazes e incapazes de acordo com a solicitação (capazes ou incapazes de “incitar” a massa a uma rebelião, capazes ou incapazes de viver em sociedade, capazes ou incapazes de separar as pessoas rápida e tecnicamente, capazes ou incapazes de ser homem).

Com raízes claras no nexos do viver em sociedade, as relações de poder concretizam o social, e devem ser analisadas considerando o sistema de diferenciação e os objetivos daqueles que agem sobre a ação de outros, assim como as modalidades instrumentais, as formas de institucionalização e os graus de racionalização.

Como exemplo desta concretização do social por meio de relações de saber/poder/prazer, podemos citar a pirâmide erótica citada por Rubin(1989). Por analogia com a pirâmide social, a autora discute um sistema de recompensas em que heterossexuais, monogâmicos, casados e reprodutores ocupam o topo com toda mobilidade social, inteligibilidade e respeitabilidade que este lugar inclui. No oposto, na base deste sistema hierárquico, estariam travestis, transexuais, fetichistas, sadomasoquistas, trabalhadores do sexo, modelos da indústria pornográfica e aqueles que transgridem as fronteiras geracionais. O que determina como os outros vão agir é o quanto cada um se aproxima ou não do topo.

Em 1970, Foucault, ao apresentar sua Aula Inaugural no “Collège de France”, afirma que toda sociedade de discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um determinado número de

procedimentos, cuja finalidade é o controle da desordem. Todos esses dispositivos de controle e domínios de discursos sintetizam-se em sistemas de repressão que podem ser agrupados em três categorias: processos de exclusão; princípios de limitação; e regras de efetuação.

Os processos de exclusão implicam na rejeição e conseqüente isolamento daquilo e/ou daqueles que não correspondem ao determinado pela vontade de verdade, ou seja, do que esta vontade determinou ser verdade em dado momento histórico. Aqui, questionamos: quem são os presos? Quem são os condenados a penas em meio aberto? Quem são os “bons” funcionários? Quem são os que se promovem? E os que adoecem?

Os princípios de limitação podem ser entendidos por meio da noção de autor de identidade reconhecível do eu e da individualidade, assim como pelo modo que as disciplinas científicas e discursos morais classificam o saber e marginalizam tudo o que não conseguem assimilar. Por exemplo, as famílias das pessoas presas ou apenas tem de ser “estruturadas”, os planos de futuro tem de ter “consistência”, as pessoas têm de demonstrar arrependimento em relação ao delito, as identidades são fixas e reducionistas, vide falas como: “preso é preso, guarda é guarda”, e “bandido ressocializado é bandido morto”.

Já, as regras de efetuação dizem respeito aos rituais em uso, àquelas exigências que devem ser atendidas para alcançar o direito e a condição de falar, utilizar os dispositivos discursivos. Quando das faltas disciplinares, as pessoas presas e os funcionários são ouvidos e cabe aos membros do Conselho Disciplinar determinar se houve indisciplina e qual a sanção a ser aplicada, decisão que em muitos casos oscila entre acreditar na palavra do preso ou na do funcionário. Qual será a que predomina neste ritual? A quem é permitido utilizar-se do dispositivo discursivo da segurança e disciplina? Como se efetiva a resistência?

Um estudo genealógico interessa-se pelo entrelaçamento das questões todas levantadas até agora no texto, assim como nas que surgem no intuito de respondê-las. A genealogia não pretende buscar uma identidade primeira ou uma origem: seu objetivo é desnaturalizar os objetos e mostrar como os mesmos são historicamente construídos. A pesquisa genealógica procura explicitar como determinados objetos passam a ganhar uma certa consistência e operacionalidade em alguns contextos históricos, políticos e culturais.

Segundo Queiroz (2002), a história genealógica proposta por Foucault tem a influência marcada de Nietzsche, e é uma história de “invenções” mínimas que muitas vezes desprezamos. Apesar das invenções grandiosas e sublimes, propõe-nos nas miúdas e pontuais invenções diárias, identificar enunciados do campo de forças, das relações de poder, dos jogos de saber/poder/prazer, enfim, as estratégias e mecanismos destes jogos que configuram o território. Em outros termos, apreender nos acontecimentos a microfísica do poder.

Compreender a microfísica do poder implica abandonar as análises tradicionais do poder, eliminando elementos como a metáfora da propriedade, o mito do contrato social, a dicotomia violência-ideologia, o modelo da conquista, assim como os essencialismos e as análises binárias e universalizantes. No que tange ao saber, renunciar a uma ciência neutra e desinteressada em prol de uma ciência atravessada de interesses e feita por pessoas assujeitadas ao complexo e histórico jogo saber/poder/prazer. E, quanto à primazia do sujeito, deslocar a análise da consciência, autonomia e liberdade do indivíduo para, como a forma de trabalho proposta por Foucault, procurar romper com a pretensa tranquilidade da objetividade, já que a questão é apresentar as discontinuidades e, com elas, os jogos de forças, as estratégias de lutas, as técnicas e dispositivos de poder/saber/prazer se efetuando, promovendo formas de organização, de distribuição e de arranjos sociais (QUEIROZ, 2002).

Pensar a questão da punição na atualidade, tendo a genealogia como proposta metodológica, exige mais que uma minuciosa leitura e contextualização do trabalho feito em *Vigiar e Punir* por Foucault (1976): é preciso questionar qual é o foco dos discursos oficiais (leis, normas, regulamentos, instituições), da produção científica e das práticas discursivas circulantes (mídia, por exemplo) sobre o tema. Embora as relações poder/saber/prazer, no campo das punições, não possam ser compreendidas a partir de um único dispositivo, já que envolvem estratégias complexas e plásticas, a falência da pena de prisão pode ser um bom começo.

Com uma lógica própria do binarismo, as produções acadêmicas, as linhas discursivas da mídia, e também as discussões e alterações normativas e legais na contemporaneidade giram em torno da falência da prisão: seja para decretá-la, como se fosse uma grande descoberta, ou negá-la, com a proposta de

uma reforma. É a falência da prisão que predomina nos diversos discursos sobre a punição.

Por que será que este tem sido um objeto eleito como digno para o saber e importante para o poder? Que modos de prazeres são produzidos? Será que a prisão faliu? Será mesmo que ela não tem cumprido suas funções? Os acontecimentos demonstram falhas no projeto moderno de transformar criminosos em “cidadãos de bem”, em outros termos, ressocializar. Depois de Foucault, será ainda possível acreditar que este é o objetivo da prisão?

Se considerarmos a maneira genealógica de analisar a pena de prisão, emerge uma função outra de produção de modos de subjetivação tanto para a prisão como para outras instituições como o manicômio e o convento, emprestando a relação de similaridade proposta por Goffman (1974), já que surgem baseadas na mesma racionalidade de operar um processo reformatório: entra criminoso e sai cidadão de bem, entra “homem do mundo” e sai religioso, ou entra louco e sai são.

Embora mantenham a função de produzir modos de subjetivação necessários e solidários ao exercício das estratégias dominantes de poder, o manicômio e o convento tiveram que mudar a racionalidade. O convento não mais transforma, mas aprimora e legitima uma “vocação”, algo que parte do indivíduo. Quanto ao manicômio, estamos vivendo um processo de mudança paradigmática também: dos movimentos sociais às alterações legais, passando até pelo dispositivo da novela televisiva, busca-se um outro lugar que não da exclusão para a loucura.

E quanto à prisão? Essa pouco alterou sua racionalidade, suas estratégias de exercício de poder. Não há mudanças de sentido na produção de saberes acerca da punição: a busca continua sendo uma forma mais efetiva de “reformatar” o criminoso; os governos e a mídia discutem a reincidência, ou seja, o que está falhando na reforma proposta. Nem mesmo as críticas à pena de prisão se alteraram desde seu surgimento como pena. Nos escritos de Beccaria (2001), que relembramos ser uma insurgência contra a crueldade dos suplícios que pontua a necessidade de redimensionar o que se considera crime e como punir na perspectiva da racionalidade moderna, já podemos encontrar, desde o século XVII, as mesmas críticas que governantes, movimentos sociais e intelectuais apregoam para justificar ou negar a falência da pena de prisão nos dias de hoje.

Se a prisão pouco se alterou e ainda figura como predominante forma de punição para a maioria dos crimes e na maioria dos países do mundo, será que ela falha na produção de modos de subjetivação que lhe cabe no contexto dos mecanismos de controle de pessoas e movimentações? A quem ou a que pode interessar a crença em sua falência?

Retornando a Foucault (1976), em seu *Vigiar e Punir*, atendemos o seu convite para fazer história do presente, considerando e mapeando as articulações do passado. Esse convite não toma o complexo científico-judiciário meramente como poder de punir, não se apoia nos seus efeitos punitivos, mas nos produtivos. A proposta é analisar os métodos punitivos não desde sua característica de consequência das regras do direito, mas como eminentes indicadores de uma ética, de uma estética, de uma política. Em outras palavras, tomar os métodos punitivos como um paradigma ético-estético-político.

Seguindo os passos de Guattari (1992, p. 212), a perspectiva de transitar dos paradigmas cientificistas para os ético-estético-políticos é:

[...] admitir que cada indivíduo, cada grupo social veicula seu próprio sistema de modelização da subjetividade quer dizer, uma certa cartografia feita de demarcações cognitivas, mas também míticas, rituais sintomatológicas, a partir da qual ele se posiciona em relação aos seus afetos, suas angústias e tenta gerir suas inibições e suas pulsões.

As tecnologias de poder presentes no complexo científico-jurídico quanto ao cometimento de um crime e sua punição localizam-se nos princípios de suavizar as penalidades, mediante o refinamento dos conhecimentos sobre o humano. Ao substituir os suplícios pelas prisões, criaram-se disciplinas, saberes que justificam o exercício, muitas vezes violento, do poder de uns sobre outros e também dos prazeres produzidos por essas práticas.

A sociedade moderna tem base institucional. Para tudo há uma organização prevista. Impera a normatização do trabalho, da escola, da doença, da punição, do sexo, do gênero, dos prazeres. Foucault (1976) historiciza criticamente esta passagem do modelo feudal de destruição para o modelo moderno de construção, no que se refere às práticas delitivas e punitivas. No período que compreende a Idade Média, o crime era considerado uma afronta ao poder do

soberano e, como tal, demandava uma punição que comportasse a vingança e não a justiça. Caracterizados por um julgamento velado e uma aplicação pública e calculada da pena, os suplícios começaram a produzir alguns efeitos indesejáveis.

Originalmente, os suplícios tinham a função de deixar uma marca indelével, uma representação simbólica, uma memória de um crime cometido e de um castigo aplicado. A pessoa era condenada a receber a marca e ostentá-la permanentemente perante a sociedade, caracterizando não só um castigo físico, mas uma pena moral. Sua função social, então, seria o triunfo da força e do poder do soberano, devidamente testemunhado por todos. No entanto, as manifestações públicas nem sempre ocorriam no sentido de concordar com a sentença que estava sendo aplicada.

A manifestação das massas, aprovando o castigo que estava sendo aplicado, era interpretada como fidelidade ao soberano. O problema é que a vingança gera vingança: as massas passaram a se manifestar de forma violenta contra os castigos que estavam sendo infringidos aos condenados. Respondendo às alterações no contexto socioeconômico e político, o público passou a demonstrar toda sua indignação contra os desmandos dos soberanos durante esses rituais.

Nessa época, meados do século XVIII, os crimes de sangue, tão comuns no período medieval, são substituídos pelos crimes contra o patrimônio. O tipo de delinquência também muda: de ocasional e pauperizada, passa a ser mais específica, organizada, coletiva e permanente e/ou com continuidade. Os crimes deixam de ser uma afronta ao poder do soberano e tornam-se uma afronta ao poder da burguesia.

Como o crime e as ilegalidades sofrem alterações, o sistema de punição também é revisto. Conhecido o risco social da vingança pública dos suplícios, e pela necessidade de maior controle social, ocorre uma inversão no sistema punitivo: o julgamento que era velado passa a ser público, e a aplicação da pena, antes em praça pública, passa a ser devidamente velada. O lugar ocupado pela pena espetáculo é trocado pela certeza da punição.

Com a criação dos estados de direito, fez-se necessário mudar o regime de punição para atingir um maior controle social. Objetivando este controle, são criadas instituições, tais como os manicômios, as prisões, os conventos, a família nuclear burguesa, para operar a regulamentação social, sob a ótica e discurso de reformadores. No que tange a questão do crime, esses reformadores

franceses consideravam que o papel da justiça é punir e não operacionalizar uma vingança. Por isso, propuseram que a justiça penal se organizasse, que não fosse mais subordinada ao rei e que fossem corrigidos os excessos, punindo de uma forma mais econômica, eficaz, universal e regular, como tudo na modernidade.

Beccaria (2001) é um dos que se destaca entre os reformistas. Jurista, economista e considerado humanista, pode ser definido como Iluminista, já que fundamentou toda sua filosofia na razão, e não em valores humanitários. Consolidando os ideais da burguesia emergente, tem como conceito central o de utilidade, fundamentando as origens da pena e o direito de punir no mito do Contrato Social.

Neste ponto, convém ressaltar que embora tenhamos nos utilizado de uma edição de 2001, o clássico de Beccaria, *Dei Delitti e Delle Pene*, foi escrito em 1764. Conforme notas desta edição recente, Cesare Bonesana, marquês de Beccaria, nasceu em Milão no ano de 1738. Foi educado em Paris pelos jesuítas, entregou-se com entusiasmo ao estudo da literatura e das matemáticas. Muita influência exerceu na sua formação a leitura das *Lettres Persanes* de Montesquieu e de *L'Esprit de Helvétius*. Desde então, todas as suas preocupações se voltaram para o estudo da filosofia, dedicando-se a divulgar a filosofia francesa na Itália. Como seu trabalho era uma insurgência contra as injustiças dos processos criminais em voga, o seu livro *Dei Delitti e Delle Pene* foi impresso secretamente em Livorno e com expressões vagas e indecisas para evitar perseguições.

Esta obra, *Dos Delitos e das Penas*, é a filosofia francesa aplicada à legislação penal: contra a tradição jurídica, invoca a razão e o sentimento, sistematizando e divulgando os protestos da consciência pública contra os julgamentos secretos, o juramento imposto aos acusados, a tortura, a confiscação, as penas infamantes, a desigualdade ante o castigo, a atrocidade dos suplícios. Outras contribuições importantes são: o estabelecimento de limites entre a justiça divina e a justiça humana, entre os pecados e os delitos; a condenação do direito de vingança, substituindo-o pela punição baseada na utilidade social; a declaração da inutilidade da pena de morte e da necessidade de proporcionalidade entre penas e delitos; e a separação do poder judiciário e do poder legislativo.

Embora seja inegável a relevância do trabalho citado, precisamos compreender sua operação nos jogos de poder à época e seus desdobramentos. Tomemos Locke, Rousseau e Hobbes para apreender o Contrato Social defendido

por Beccaria (2001). Em Locke, o Contrato Social é uma barreira contra o egoísmo natural do homem, privilegiando o coletivo. Para Rousseau, o homem é bom e a sociedade é que o corrompe. Já, Hobbes considera o homem o lobo do homem, necessitando assim de uma soberania inquestionável para contê-lo. Em outra perspectiva, para Beccaria (2001), o indivíduo cede uma parte de sua liberdade não porque é bom, mas para ter segurança de usufruir de algumas coisas. Também não concorda com Hobbes quando este defende que o soberano é autorizado a exercer o poder absoluto. Considerando a tendência despótica do homem, destaca a necessidade de criar mecanismos sensíveis e firmes para conter este despotismo. Enfim, o soberano também é humano e necessita de controle.

Neste contexto, Beccaria (2001) defende que as penas são necessárias, úteis, porque dão contenção às paixões humanas que atentam contra o bem comum. Ele não acredita em qualquer outro meio de manter esta parte de renúncia nos humanos, de conter as paixões. Frente a elas, não adiantam discursos ou razões, somente a pena opera aí.

No movimento reformista, baseado no Contrato Social, o criminoso passa a ser aquele que quebrou o Contrato, e a pena se aplica em defesa da sociedade. Como em nome desta defesa também poderiam ocorrer excessos, os legisladores, cientes dos conflitos sociais que estes excessos geram, sugeriram a moderação das penas, não para preservar o criminoso, mas para colocar uma limitação na estância punitiva.

A utilidade da pena sinal emerge: novamente ela é tomada como ação simbólica que opera tanto no criminoso quanto no restante da sociedade, um modo de subjetivação normatizado e individualizado que articula um biopoder que disciplina o corpo e regula a população. Esta dupla função exige que a aplicação da pena seja calculada e universalizada.

De acordo com Beccaria (2001), a pena deve ser mínima para quem a cumpre e máxima para quem a vê ser cumprida. Tanto a legislação quanto o processo devem ser o mais público possível, e não fazer exceções, eliminando a clemência. Estas são as condições para que toda esta técnica punitiva seja eficaz.

Para concluir o recorte da Reforma, ressaltamos que a prisão como castigo não fazia parte das ideias dos reformistas. Era apenas uma possibilidade de ação. Fundamentalmente, a prisão era uma ferramenta para garantir o bom andamento do processo, visando uma aplicação eficaz da pena. Já se discutia que

prender para julgar era iniciar a punição antes da condenação e outras implicações da prisão: ela não comporta a característica de pena representação por ser a portas fechadas, e não considera a especificidade do delito.

Enfim, a função social de tornar pública a execução da pena fica prejudicada, apresentando um risco complementar que seria a possibilidade de tornar a repetir os abusos e excessos no interior das portas fechadas, causando o mesmo dano social dos suplícios. Além do exposto, as prisões são consideradas uma ferramenta muito cara, muito mais se consideradas suas limitações.

Mesmo com todas estas restrições e com a dominação da filosofia dos reformistas, a prisão como modalidade de pena é sugerida e passa a ocupar quase que totalmente o campo das penas. A pena de prisão foi, e continua sendo, privilegiada para todo e qualquer delito na grande maioria dos países, para punir, conter, corrigir, reformar, adestrar corpos de modo a torná-los dóceis e úteis à produção, à família, a Deus e, sobretudo, ao Estado.

Aqui, chegamos a uma importante contradição: a universalização da pena de prisão contraria o caráter de significação da pena, já que este pressupõe que a subjetividade seja considerada. Seria necessária, então, a individualização da pena, que possibilitaria o cruzamento entre a significação e a universalidade contida no código penal. Neste ponto, abre-se espaço para que seja julgado o criminoso e não o crime. Esta abertura é que possibilita o surgimento e a atuação dos auxiliares da justiça (técnicos que auxiliam o Juiz, diluindo seus poderes), o julgamento da alma (critérios morais, éticos e subjetivos) e as ideias de reinserção social.

Com o advento do novo funcionamento do sistema penal, previsto nos códigos dos séculos XVIII e XIX, em que os juízes passam a não julgar apenas o crime, mas o criminoso, o que entra em jogo é a subjetividade daquele que praticou o delito. Surgem os atenuantes e os agravantes, determinando o quanto o sujeito havia se afastado ou não da razão. Aqui, o demarcador da culpa é a razão. E, no caso de ser criminoso e louco, instala-se uma dupla maldição. Destaca-se que esta tese apresenta estruturas de pensamento binárias, sedentarizadas, universais e a-históricas.

Outra característica que marca a inserção dos processos de subjetivação na operação do direito penal é o fato deste estar cada vez mais atravessado por elementos e/ou personagens extra-jurídicos que lhe garantem não ser meramente punição, e livram o juiz de ser aquele que castiga. Com esta

transferência de responsabilidade para diversos saberes, a prática do poder de punir vai se tornando cada vez mais sutil. Fracionado entre os diversos pequenos juízes e embrenhado em técnicas, discursos científicos, enfim, de saberes, o poder se torna cada vez mais implacável. Quanto mais amenizado o poder, mais difícil resistir-lhe.

As tecnologias de saber/poder/prazer, presentes no complexo científico jurídico que abarca a questão do crime, localizam-se nos princípios de suavizar as penalidades mediante o refinamento do conhecimento sobre o ser humano. Este funcionamento binário, sedentarizado e normatizador aproxima o Direito Penal e a Psicologia. Diferente de um nascimento, de uma origem laboratorial, o que constitui a Psicologia é um entrelaçamento de práticas institucionais que surgem nas prisões, nos manicômios, por exemplo, e se perpetuam nas fábricas, nas escolas, nas famílias, nas igrejas, nos grupos, nas pessoas.

Convém citarmos o fato de que a Psicologia se insere nas relações institucionais, e em especial nas de poder/saber, como a disciplina que, em parceria com a Psiquiatria, classifica as pessoas como normais, anormais ou normatizáveis. Com o advento da modernidade, a estes últimos se aplicam os processos de reinserção, reestruturação, enfim, conjuntos de procedimentos regulatórios que transformariam os normatizáveis em normais. Em suma, adequariam as pessoas às normativas de como pensar, agir, sentir, desejar.

Apesar de todos os indicativos que apontam a ineficiência e a nocividade da pena privativa de liberdade, Bittencourt (1993) define a prisão como um mal necessário na complexa realidade que permeia as relações sociais na contemporaneidade. Na ausência atual de uma outra alternativa, a prisão é o aparato que nos apresenta possível.

Como é o aparato que temos, propomo-nos a pensar as práticas dentro das prisões. Por mais complexo que seja o intramuros, já que se faz presente, vamos discuti-lo e redimensioná-lo para problematizar as cristalizações construídas historicamente que se perpetuam, assim como os enfrentamentos e resistências às mesmas. Para tanto, atentaremos para as articulações de Foucault (1995) quanto aos temas que consideramos centrais para compreender o Sistema Prisional: as relações de saber/poder e os processos de subjetivação, evidenciados pela produção de prazeres nos sujeitos que executam as práticas do poder.

No texto “O Sujeito e o Poder”, Foucault (1995) ocupa-se em demonstrar os objetivos de seus trabalhos. Com precisão, pontua que a despeito de ter se debruçado longamente sobre as questões que envolvem o poder, ou as relações de poder, a direção de seu trabalho sempre foi encontrar a história dos modos de objetivação, que possibilitam seres humanos tornarem-se quem são. Em outros termos, como se objetivam os processos de subjetivação em situações sócio-históricas concretas.

Basicamente, são três os modos de objetivação trabalhados no percurso dos estudos foucaultianos: o modo de investigação, que produz a objetivação do sujeito produtivo ou daquele que está simplesmente vivo na história natural; as práticas divisórias, que marcam o sujeito dividido no seu interior e em relação aos outros (louco/são, doente/sadio); e o domínio das sexualidades. Para apreender os processos de subjetivação é necessário analisar os entrelaçamentos destes modos de subjetivação.

O que justifica, então, que ao se preocupar com os processos de subjetivação das pessoas, Foucault tenha um envolvimento tão profundo com a questão do poder? A ordem deste envolvimento é esclarecida na constatação de que a pessoa colocada em relações de produção e/ou significação é, também, na mesma proporção, colocada em complexas relações de poder.

Para trabalhar a questão da produção, há instrumentos na história e na teoria econômica, assim como para trabalhar a significação, a semiótica e a linguística colaboram, no caso do poder, não havia instrumentos de trabalho disponíveis. Justificativa contundente para que Foucault (1995) tenha procurado preencher esta lacuna ao estender as dimensões do poder para utilizá-lo no estudo da objetivação dos processos de subjetivação.

Para garantir que seja um processo em que teoria e prática se entrelacem, a sugestão é partir das formas de resistência contra diferentes formas de poder e de dominação, ou seja, abdicar da racionalidade interna para analisar as relações de poder, tomando-as por meio do antagonismo de suas estratégias de disciplina e regulação.

Podemos localizar o antagonismo citado em três tipos de lutas sociais: contra as formas de dominação que mantém os indivíduos ligados ao Estado; contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; e contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete aos outros.

Historicamente, estas lutas sociais emergem isoladas ou misturadas, predominantes ou preteridas. Independente da forma, as lutas sociais permanentemente estabelecem entre si inter-relações importantes para compreender não só as relações de poder, mas os processos de subjetivação.

Tradicionalmente, a análise das lutas sociais tem sido feita na relação do indivíduo ou grupo com o poder do Estado. Sem desconsiderar a importância do Estado, Foucault (apud DREYFUS; RABINOW, 1995) tira-o da centralidade e coloca a problemática em outras bases, tratando-o como efeito e não como origem do poder. Partindo da incorporação das tecnologias do poder pastoral, o Estado exerce uma forma de poder concomitantemente totalizadora e individualizadora.

Este poder totalizante que se apoia no conhecimento do sujeito, de sua intimidade, perpassa todo o aparelho do Estado e as outras instituições do corpo social. No entanto, a questão para o indivíduo não é tomar o Estado e suas instituições outras, mas libertar-se tanto do Estado quanto do tipo de individualidade que lhe foi imposto. Só desta maneira torna-se possível a promoção de novas formas de subjetivação.

Especificada a magnitude da interface entre as relações de poder e a questão de como os indivíduos se tornam o que são, Foucault (1995) parte para uma investigação crítica do poder. O primeiro questionamento que orienta a referida investigação é o modo como se exerce o poder, ou seja, como acontece quando os indivíduos exercem poder uns sobre os outros e articulam saberes e prazeres.

Considerando que as relações de dominação do tipo marxista tratam de um poder exercido ora pela violência (repressão policial), ora pela ideologia (propaganda), o exercício de poder na sociedade disciplinar é de outra ordem, já que se fundamenta na repartição, no agrupamento, na normalização, em síntese:

[...] o poder produz “realidade” antes de reprimir. E também produz verdade, antes de ideologizar, antes de abstrair ou de mascarar. Foucault não ignora de modo algum a repressão e a ideologia, mas como Nietzsche já havia visto, elas não constituem o combate de forças, são apenas a poeira levantada pelo combate (DELEUZE, 2006, p. 39).

Outra questão quanto à especificidade das relações de poder é que estas só existem em ato, na ação de uns sobre os outros. Esta ação gera

contrapoderes, ou ainda, resistências. A ilusão da liberdade de ação, como se não existissem as tecnologias que engendram os pensamentos, atitudes, sentimentos, que provocam as resistências. Resistências estas que não ameaçam o poder, mas o fortalecem. São as insurgências já previstas nos mecanismos de exercício do poder que possibilitam a perpetuação de suas práticas. Para ilustrar, a insurgência de Beccaria em 1764: embora sua obra “Dos delitos e das penas” figure como resistência às atrocidades dos suplícios, baseia a emergência da prisão como pena privilegiada para todos os delitos, garantindo um espaço fechado e efetivo para que a vingança social e a afirmação do poder do soberano continuassem operando sobre os processos de subjetivação daqueles que cometeram crimes. Não há poder sem a insubmissão da liberdade a resistir-lhe. Sem se antagonizar, posto que são constitutivos, poder e liberdade provocam-se mutuamente.

Segundo Foucault (1995), a articulação das relações de poder com as estratégias de confronto compõem uma interessante fronteira: se por um lado uma relação de poder pode, a qualquer momento, tornar-se um confronto entre adversários, por outro, as relações de adversidade, a qualquer tempo possibilitam o emprego de mecanismos de poder. A consequência desta dinâmica é que toda estratégia de confronto tem como objetivo tornar-se uma relação de poder, e as relações de poder tendem a se transformar em estratégias vencedoras, um meio para estabelecer e manter o dispositivo de poder.

O próprio funcionamento do poder, a relação de poder, que determina como ser, pensar agir, circular, sentir, produz a ilusão de liberdade necessária à sua efetivação. Essa suposta liberdade de escolha baseia a racionalidade neoliberal: sou livre, tenho livre arbítrio para consumir. O esclarecimento de que esta liberdade não é efetiva contribui bastante no entendimento dos processos de subjetivação. Como somos assujeitados a complexas relações de saber/poder/prazeres, este “livre” é mais um processo de subjetivação construído, e absolutamente solidário a forma de exercer o poder que predomina contemporaneamente, tendo como contraponto o “preso”. Como serão os processos de subjetivação dos “livres” que estão diretamente em contato com os “presos” e representam o Estado perante eles? Quais os aprisionamentos subjetivos aí adjacentes? Há possibilidades de escapar destes processos subjetivos esquadrihados pelas necessárias relações de poder e confronto?

Para empreender uma análise sobre a história da violência nas

prisões, Foucault (1987) convida-nos a um estudo científico sobre a evolução histórica da legislação penal e os métodos e meios coercitivos utilizados pelo poder público na repressão da delinquência em séculos passados e na idade moderna. O autor localiza na prisão tentáculos de um exercício de poder que, muitas vezes, descaracteriza as funções retributivas e correccionais da pena. Sendo mecanismos de exercício de poder, não podem retribuir nem reintegrar ninguém, já que não estão a serviço do ser, mas do poder, ali gerenciado pelo Estado. Então, o que fazer com os discursos de ressocialização e de resposta social que estão atribuídos à pena de prisão? Como efetivar as diretrizes e normas impostas pelas instâncias governamentais?

Em “Punidos e mal pagos”, Batista (1990) afirma que é fácil dizer que bandido tem de morrer, que toda culpa é do bandido. Difícil é cobrar do Estado o respeito à lei e a garantia de acesso universal aos direitos humanos. O bandido pode ser preso, julgado, condenado. Estas mesmas ações, dificilmente alcançam o Estado. Recorto desta colocação, não o que ela traz de político, mas o que concerne ao tratamento penal. No presídio, quem representa o Estado e deve operacionalizar suas funções, em troca do salário que lhes é pago, são os funcionários.

Durante a realização da pesquisa, iniciamos práticas em grupo na tentativa de escapar desta armadilha que é a relação dos funcionários com os mandos do Estado, com as construções sócio-históricas sobre a prisão, seu funcionamento e efeitos sobre as pessoas e também com suas próprias biografias. Com a utilização de linguagens não comuns para este grupo como cinema, música e realização de oficinas, trabalhamos propostas de desterritorização. Como exemplo, a exibição de um filme produzido pelo Ministério da Cultura da França onde presos e funcionários foram atores. Chamado “Nada a ver”, o referido filme suscitou discussões sobre os sentimentos, práticas e assujeitamentos ligados à questão de ser homem e de estar na prisão, seja trabalhando ou preso com ênfase em encontrar e problematizar dualidades, em outros termos, localizar e discutir os binarismos que fazem e fortalecem os nós da referida armadilha.

Baratta (1990) aborda os aspectos negativos do cárcere, centrando seu argumento na dificuldade de operacionalizar o trabalho no sistema, já que impera no cárcere uma dualidade entre a disposição para o tratamento e a disposição para a punição. Esta dualidade gera nos profissionais um ciclo vicioso de frustrações, implicando na deterioração da saúde mental, tanto dos profissionais

como das pessoas encarceradas. Somente o rompimento deste ciclo torna possível o enfrentamento de forma coletiva e organizada dos problemas, priorizando uma forma dialógica nas relações, sejam elas intra ou extramuros institucionais.

Assumpção (1997) argumenta que as instituições, sejam da área da saúde, educação ou segurança, costumam desenvolver processos circulares e paralisantes fundamentados no discurso de que todos os problemas institucionais estão aquém de seu âmbito de ação e ou são complexos, insolúveis. Considerando esta argumentação, podemos inferir que a rotina institucional, ao buscar soluções idealizadas e inatingíveis, favorece que se percam as chances de minimizar os problemas concretos e passíveis de respostas efetivas.

Pelo exposto, parece-nos bastante complexa a função dos funcionários no Sistema Penal, até porque os objetivos do Estado são historicamente confusos quando o tema é punir. Há discursos, teorias, crenças e uma realidade que não se quer ver ou ouvir. Nesse sentido, esse trabalho propõe empreender uma análise das relações de poder/saber que norteiam as práticas, ou seja, os processos de subjetivação dos funcionários que atuam nas prisões. Convém salientar que não por compaixão, mas por urgência funcional, devemos atentar para este sofrimento recorrente a que vem sendo expostas as pessoas presas, pois as mesmas reagem, colocando os funcionários que atuam no Sistema Prisional em risco físico e ético, embora muitas vezes os funcionários também vulnerabilizem a saúde dos apenados.

O presente estudo justifica-se pela situação atual do sistema prisional, e sua relação com os impasses da Segurança Pública no país. Embora qualquer levantamento histórico demonstre a inoperância da pena privativa de liberdade, no Brasil e em diversos países, ela é a forma dominante de punição, fato que se agrava se considerarmos que os próprios idealizadores de tal medida e seus contemporâneos já conheciam sua disfuncionalidade para o indivíduo e para a sociedade. Como esclarece Foucault (1999, p. 131-132):

O fracasso foi imediato e registrado quase ao mesmo tempo que o próprio projeto. Desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar o criminoso em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade. Foi então que houve, como sempre nos mecanismos de poder, uma utilização estratégica daquilo que era um inconveniente. A prisão fabrica delinquentes, mas os delinquentes são úteis tanto no domínio econômico como no político.

No entanto, mesmo que juristas e criminólogos possam construir teorias bastante convincentes em relação à necessidade de acabar com as prisões, e que venham a convencer aqueles que efetivamente têm poder para tanto, atualmente existem milhares de pessoas encarceradas, e outras tantas que delas se ocupam, que necessitam de alternativas de existências que ultrapassem a repetição do binômio médico-punitivo. Há que se buscar uma perspectiva de emancipação ética, política e cultural que gere entre os envolvidos na execução penal garantia de direitos ao exercerem seus deveres, ou ainda de acesso a direitos até então desconhecidos e/ou negados.

Este binômio tratar-punir opera em extremos opostos e nada faz além de perpetuar a pena de prisão como um aprisionamento recorrente daquele que delinuiu, perpetuando também uma angústia constante naqueles que deles se ocupam pela frustração de não ter objetivos claros e possíveis no trabalho que executam.

A sociedade binária, sob o engodo de separar bons e maus, tem sofrido a reação dessa lógica, a saber: novas formas de comunicação. Os encarcerados têm se comunicado por meio da organização de grupos e facções criminosas, da reincidência, dos atentados, das rebeliões, construindo estratégias com outros valores e sentidos que constituem diferentes vidas, mundos paralelos. Por outro lado, não conhecemos registros de como os funcionários têm se organizado frente a esta questão, mas somente indícios empíricos de que a comunicação entre os funcionários é deficitária e atravessada por entendimentos diferentes do que caracteriza o trabalho no Sistema Penitenciário. Entendimentos estes que, binariamente, oscilam entre a vingança social contra aqueles que romperam o contrato social e operações de salvamento de incapazes.

3 AO ENTRAR NA CASA: PASSOS ENTRE GENEALOGIA, CARTOGRAFIA E “EXPERIÊNCIA”

A primeira questão neste tópico parece-nos ser esclarecer por que escolhemos a genealogia como método e não outro. Em Foucault (1986), encontramos o que difere a genealogia da pesquisa “de origem”: se a primeira procura uma essência interna, exata, fixa e anterior a tudo que lhe é externo, com se nos fatos existisse uma identidade primeira, um segredo a desvendar, a genealogia demonstra que “atrás das coisas há algo ‘inteiramente diferente’: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas” (FOUCAULT, 1986, p. 19).

Os discursos e práticas dentro das prisões são marcados por essencialismos, os fatos são explicados e identificados como se fossem imutáveis e a busca pelo “aquilo mesmo” das pessoas, dos acontecimentos e práticas é constante, oscilando apenas o grupo que terá a resposta oficializada autorizada e, portanto, oficial naquele momento e lugar. Neste sentido, Foucault (1986, p. 24-25) pontua as questões advindas da dinâmica de dominações:

Homens dominam outros homens e é assim que nasce a diferença de valores; classes dominam classe e é assim que nasce a idéia de liberdade; homens se apoderam de coisas das quais eles têm necessidade para viver, eles lhes impõem uma duração que elas não tem, ou eles as assimilam pela força – e é o nascimento da lógica.

Para a realização desta pesquisa, trabalhamos autores que problematizam as perspectivas genealógicas que atravessam as prisões. Em “A verdade e as formas jurídicas”, Foucault (1992) propõe uma reflexão metodológica que relaciona uma série de investigações já exploradas, com o intuito de construir no encontro e/ou confronto entre elas, uma investigação original, ou ao menos inovadora.

Desde um olhar eminentemente histórico, delineia os conceitos de sujeito, conhecimento e verdade, em uma perspectiva que subverte a conceituação clássica que predominava, e ainda opera, tanto no meio científico quanto no

filosófico. O autor demonstra como construímos o conhecimento, a ideia de verdade e os atravessamentos no sujeito.

E, da mesma ordem do surgimento, o autor localiza, no pensamento de Nietzsche, a noção de que não há uma origem do conhecimento, mas sim um dado momento em que ele é inventado. Preciosa colaboração de que é preciso contrapor a esta solene busca de origens, o metodológico levantamento histórico das pequenas, e muitas vezes inconfessáveis, invenções do homem.

Se não há então um conhecimento natural, instintivo, mas um efeito das lutas de forças entre si, ao qual denominamos conhecimento, que sujeito é esse que conhece? Que sujeito é esse que conhece, não por meio de uma continuidade entre seus instintos e as coisas, mas apenas mediante uma relação de violência, dominação, um jogo de poder e força?

Este sujeito não pode ser aquele que permanece idêntico, nem aquele de que trata o conceito de ideologia entre os marxistas tradicionais. É importante a constatação dos modos de constituição deste sujeito. As condições sociais, econômicas, políticas, raciais/étnicas, sexuais, de gênero, culturais, não funcionam como um véu que o impede de acessar a verdade, são sim aquilo pelo qual os sujeitos se formam e podem ocupar o lugar de sujeitos de conhecimento e, conseqüentemente, estabelecer relações de saber-poder-prazer com a verdade.

Considerando Foucault (1986), a verdade resulta de coerção e efeitos de poder, assim como também os produz. Cada grupo social sanciona uns discursos como verdadeiros e outros como não verdadeiros na construção de sua “política geral da verdade”, em que o dito e o não dito se relacionam diretamente: para cada palavra enunciada pelo sujeito podemos encontrar muitas que não foram ditas.

Após esta breve reflexão sobre o método de Foucault, o próximo passo é verificar o quanto e, principalmente, como este pensamento crítico pode contribuir para a problematização dos processos de subjetivação dos funcionários que atuam nas prisões. Considerando que eles operam no campo dos saberes que têm interface com o poder de vigiar, e que, por sua vez, produz prazeres, podemos incluí-los na série de juízes da normalidade. Esta série caracteriza-se pela função de realizar a prescrição técnica de uma normalização, verificando se o sujeito é normal, e mais, se ele é passível de ser normalizado. Aqui o “normal”, a “normalidade”

remete à ideia de padronização, de modelo dado previamente pelo biopoder e suas regulações biopolíticas.

Este entendimento do trabalho em Sistemas Penitenciários sugere que o discurso e as práticas que o engendram fazem parte de uma nova economia de poder explicitada por Foucault (1976) em *Vigiar e Punir*, em que o criminoso é julgado e punido com os requintes e sutilezas do discurso científico, que atinge não apenas seu corpo, mas dilacera-lhe a alma e a vida.

Para objetivar o percurso, utilizamos algumas pistas sobre a genealogia proposta por Foucault. Buscamos nos documentos oficiais que regulamentam o trabalho nas penitenciárias do Paraná, traçar a genealogia das práticas e discursos dos funcionários. Estas análises transversais permitiram refletir sobre a questão proposta: como e quais relações de saber-poder-prazer operam nestes processos de subjetivação, presentes nas formações discursivas encontradas entre os responsáveis pela efetivação desta pena que dilacera a alma, ou seja, entre os funcionários?

Buscar refletir sobre esta questão, desde a referida escolha metodológica, possibilita um olhar outro sobre a questão do trabalho na prisão. De um caminho linear, focado no discurso do sujeito, partimos para a aventura de compreender os jogos de verdades e discursos (saber/poder/prazer) documentados em uma história que não é linear e nem constituída por marcos históricos ou sujeitos notáveis. O que significa dizer que, para articular as questões, tomamos não só os discursos dos entrevistados para a pesquisa, mas também aqueles que a pesquisadora teve acesso nas suas práticas de trabalho, durante o tempo de coleta de dados, assim como discursos produzidos pela academia ou outro órgão de poder/saber acerca das questões levantadas.

A contextualização histórica advinda dos documentos e referendada pelos discursos produzidos pelos funcionários permite problematizações diversas. Na busca de enunciados, emergências e proveniências, foram analisadas, de forma transversal, entrevistas abertas, documentos e prontuários da unidade penal e impressões cotidianas anotadas em diários de campo desta pesquisadora. Estes últimos, com base na contribuição de Spink (2008, p. 76), que comenta que para além das exigências metodológicas, há que se considerar as construções do cotidiano, porque “temos algo a contribuir, porque temos um mínimo de

disciplinaridade que inclui a vontade de discutir entre nós a validade daquilo que fazemos”.

É preciso pontuar aqui, que tratamos o discurso desde a perspectiva de Foucault, o que significa que

[...] 'discursos', [...] não são, como poderia se esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e palavras. [...] analisando discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes das palavras e das coisas e separar um conjunto de regras próprias à prática discursiva. [...]. Tarefa que consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (de elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações) mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam (FOUCAULT, 1972, p. 64).

Neste ponto, descreveremos os contextos em que foram surgindo as questões disparadoras do trabalho de entrevistas baseadas nas reflexões sobre esta Casa dos Homens. Após formar um grupo de estudos com alunos de Psicologia e uma docente do curso e, neste, ler Foucault e obras de autores que tratam da questão dos funcionários, aliamos a informação do quanto é importante autorizar e se debruçar sobre os discursos não autorizados pela história oficial, ao recorrente dado de que os funcionários do Sistema Penitenciário não têm espaços de fala e expressões, para montar um roteiro de entrevistas (em anexo) que funcionasse como uma primeira aproximação dos funcionários. Embora explicassem que era parte de uma pesquisa minha, as estagiárias é que aplicaram os questionários.

Esclarecemos ainda que o grupo citado consta desta pesquisadora, uma docente de uma universidade de Londrina e um número que variou entre 6 e 20 estagiários de Psicologia. Inicialmente, a proposta era realizar quantas entrevistas fossem possíveis, convidando a todos os funcionários a responder ao questionário. Discutiu-se no grupo que, mais que coletar dados, estaríamos oferecendo um espaço de escuta tão solicitado nas conversas informais e sugerido na literatura⁶ sobre os funcionários de prisões que havíamos acessado (desenvolveremos este tema no capítulo Sobre os habitantes da casa: modos de subjetivação e resistência).

Os funcionários das unidades foram informados sobre a pesquisa em reuniões de trabalho e/ou visitas aos setores de trabalho por meio de um Termo

⁶ Ver Silveira (2009), que trabalha o texto “Se tirar o colete não se sabe quem é preso quem é agente: trabalho, identidade e prisionização”. Moraes (2005), que trabalha a questão da punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre os agentes penitenciários, e também Vasconcelos (2000), que estuda agentes de segurança que atuam no Rio de Janeiro.

de Esclarecimentos sobre os objetivos do projeto, ficando a pesquisadora e estagiários à disposição para esclarecer dúvidas com relação à proposta. Após estes esclarecimentos, os funcionários foram pessoal e individualmente convidados a participar desta etapa preliminar da pesquisa, em seus locais de trabalho, com horário agendado. Destacamos que 53 pessoas aceitaram participar de uma conversa individual sobre a pesquisa. Destes, 38 assinaram Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido, autorizando a realização das entrevistas preliminares.

As entrevistas foram realizadas no local de trabalho dos funcionários, em sala que garantiu a privacidade e dentro do horário de trabalho dos sujeitos. Em todas as etapas de realização desta pesquisa e intervenção foram priorizados os critérios de sigilo, a garantia de espaço físico adequado às atividades (salas nas unidades penais que permitam atendimento individual e privativo), bem como a liberdade de deixar de participar da pesquisa a qualquer tempo.

Ao analisar o material que elas coletaram nas primeiras trinta entrevistas, percebi que não era esse o caminho. As conversas que eu tinha com aqueles que vinham me dizer porque não queriam participar da pesquisa eram muito mais ricas que as respostas que encontrei.

Aqui, convém ressaltar que, no momento que decidimos disponibilizar um local e horário de permanência na unidade penal onde os funcionários poderiam ir participar da pesquisa sem agendamento, tivemos muitas importantes contribuições de pessoas que ficavam por horas falando do por que não queriam ser entrevistadas ou simplesmente da vida tanto comigo quanto com as estagiárias. Estas contribuições e as impressões que causaram foram anotadas nos diários de campo da pesquisadora.

Participaram deste momento preliminar da pesquisa funcionários de todos os setores da unidade: psicólogos, assistentes sociais, pessoal do administrativo e apoio, agentes penitenciários, diretores e vice-diretores. Para participar da pesquisa, escolhi fazer um recorte que me permitisse aprofundar as questões. Entre os 38 que haviam assinado o Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido, destaquei 10 para participar de uma conversa livre sobre vida e trabalho, com a preocupação de contemplar diversidade geracional (de 26 a 48 anos), raça, apenas com prejuízo da classe, já que todos haviam se identificado na mesma classe social.

Os 10 funcionários que haviam sido entrevistados preliminarmente participaram de entrevistas em profundidade, em que discutimos a pesquisa, seus desdobramentos e, por fim, solicitamos um relato livre acerca dos efeitos da conversa. Foram realizados quatro encontros de cerca de duas horas com cada um dos dez sujeitos. Destacamos que com três destes tivemos oportunidade de desenvolver ainda mais os temas durante três viagens de trabalho, com duração de dois trechos de cinco horas de viagem, nos quais solicitamos aproveitar o tempo para saber mais. Com outros quatro, tivemos, além dos encontros citados, interações em cursos de capacitação, em que esta pesquisadora ministra aulas sobre Tratamento Penal e Mediação de Conflitos.

Em todos os encontros citados, iniciávamos falando da pesquisa sobre as masculinidades, as formas de ser e de trabalhar, pedindo que se expressassem livremente. Quase não era preciso dizer nada, eles começavam logo a contar da rotina na penitenciária e os temas acerca de “ser um cara homem”, a relação com as tarefas, questionamentos, encontros e confrontos diários, a história de como eles construíram o jeito de pensar, perceber e agir no trabalho, suas lutas e desejos por fazer coisas outras ou estar em locais diferentes de trabalho estiveram presentes. Esta permanência temática é que delineou os diagramas que orientam a escrita sobre os dados coletados no percurso da pesquisa.

Neste sentido, os diagramas insurgidos que escolhemos para trabalhar foram: modos de subjetivação e resistência entre os funcionários, as tecnologias de gênero, a pesquisa como dispositivo e as linhas de fuga. Estes passos pela casa estão nos capítulos que seguem.

Devo me atentar que a escolha da forma como coletaria os dados, os encontros demarcaram uma territorialidade. Não estava ali a colega de trabalho, a professora ou a psicóloga de outros encontros. Cheguei a todos eles como a pesquisadora interessada e ciente da riqueza das estórias de cada um para o meu trabalho. A entrada neste território, que parecia conhecido e tomou outros contornos, remeteu-me a conectar à cartografia de orientação genealógica, o desdobramento concreto que orienta nossos passos pela Casa.

]Para os geógrafos, a cartografia - diferentemente do mapa, representação de um todo estático - é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem. Paisagens psicossociais também são cartografáveis. A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o

desmanchamento de certos mundos - sua perda de sentido - e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos (ROLNIK, 1989).

Segundo Barros e Passos (2002), a cartografia é um método de intervenção no qual o cartógrafo-pesquisador, ao passar pelo território da pesquisa, rompe com a dicotomia sujeito-objeto e instaura uma relação em que ambos se constituem em um mesmo processo. Esse processo pode ser caracterizado pelo questionamento dos sentidos dos movimentos que se produzem durante o ato de pesquisar, assim como pela explicitação da expressão das singularidades.

Já para Rolnik (1989), a cartografia é um antimétodo que busca mapear os jogos de forças que contribuem para a formação de territórios existenciais. Desde essa perspectiva, não existe protocolo normatizado para ela, cabendo ao cartógrafo construí-lo. Ao produzir redes de significações, a cartografia tem a potência de produzir mundos. Essa potência transforma o cartógrafo em um interessado em atentar para o novo, para o que produz diferença num campo aparentemente homogêneo, quebrando as sequências lineares de fatos e dando visibilidade às forças de resistência.

Rolnik (1989) considera a cartografia como uma intervenção na medida em que, no encontro entre cartógrafo e sujeito, ambos se afetam e se transformam. A proposta desse tipo de pesquisa-intervenção é descrever e mapear, com rigor, o que é vivenciado e ou inventado no decorrer do estudo, explicitando o caminho que se faz para colocar e responder ao problema estudado.

Para Diógenes (1998), o processo de investigação que se desenvolve desde uma proposta de cartografia exige que o pesquisador tenha responsabilidade e ousadia para se abrir para o novo, disponha-se a exaustiva experiência do encontro, e tenha disponibilidade para ver, escutar e deixar-se tocar pelos processos originados no percurso da investigação, o contato direto com o finito-ilimitado.

O site www.cartografias.eng.br traz a seguinte definição de diagramas: Trata-se duma categoria de representação cartográfica de muito fácil visualização, uma vez que apresenta a superfície terrestre sob a forma de perspectiva. Como espelha uma parte da crosta terrestre (um bloco), tem a vantagem de poder representar a parte estrutural da crosta correspondente deste

bloco. Assim, podemos considerar diagramas as temáticas ou questões escolhidas para a escrita do percurso.

Considerando a escolha por pesquisar um território onde me encontro e me confronto há tantos anos, as definições de cartografia citadas descrevem o processo a que me propus e, mais ainda, posicionam ética, política e esteticamente a maneira como este percurso foi organizado: sem compromisso com os rigores binários cientificistas, mas definitiva e rigorosamente compromissado com os efeitos que cada passo, parada, tropeço ou queda foi tendo neste corpo também constituído pelos entrelaçamentos de poder/saber/prazer que operam nesta prisão. Rigor este que se caracteriza como mais uma tentativa de escapar destes efeitos, sem a ilusão de desconsiderá-los.

Para além da experiência prática, as cartografias permitem problematizar, para auxiliar no mapeamento das leituras realizadas antes de entrar na casa, em perspectiva genealógica, que aqui denominamos cartográfica, do livro *Vigiar e Punir*, de Foucault (1976). Esta obra pode ser considerada uma cartografia da sociedade ocidental moderna e, por que não dizer, de nós mesmos, já que a racionalidade desta sociedade disciplinar engendra a maquinaria de nossos processos de subjetivação. Aos olhos de alguns historiadores, esta cartografia foucaultiana pode ser desconcertante, porque em nenhum momento Foucault adentra pelos caminhos da história, buscando exemplos que lhe permitam constituir um sistema abstrato, totalizante ou ainda metafísico. No oposto disso, como nos mostra Deleuze (2006, p. 33), “ele assalta a história para questionar profundamente os objetos, os métodos, a disciplina, numa palavra, a racionalidade do discurso dos historiadores.” Escolhemos este mesmo caminho porque intentamos problematizar a racionalidade dos discursos dos funcionários que trabalham em penitenciárias como uma correlação entre campo de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade. A esta correlação denominamos, a partir das pistas de Foucault (1984), a “experiência”, ou ainda a pesquisa que aqui se inscreve.

Nos capítulos que seguem, estarão articulados os campos de saber das tecnologias de gênero, da execução penal, as formas de subjetividades apreendidas nas masculinidades, categoria escolhida para organizar as análises dos processos de subjetivação, e suas articulações com as normativas tanto heterossexistas quanto do poder disciplinar. Considerando que o que articulou a referida correlação foi minha atividade, tanto na pesquisa quanto em minha prática

diária, e a definição de Foucault (2004b), a escrita deste trabalho, ou ainda desta 'experiência', constitui uma atividade basicamente ética e política inscrita na estética de minha existência. Nestes termos, para além de uma análise de discursos, trata-se de uma 'escrita de si', uma experiência de prática de liberdade e não uma sujeição.

4 SOBRE MODOS DE SUBJETIVAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS HABITANTES DA CASA: PENSANDO A IMATERIALIDADE DO TRABALHO

Retomando conceituações já desenvolvidas, rememoramos os três modos básicos de objetivação da subjetividade trabalhados no percurso dos estudos foucaultianos: o modo de investigação, que produz a objetivação do sujeito produtivo ou daquele que está simplesmente vivo na história natural; as práticas divisórias, que marcam o sujeito dividido no seu interior e em relação aos outros (loucos/são, doente/sadio); e o domínio da sexualidade.

Considerando que dedicaremos um capítulo específico ao domínio das sexualidades, partiremos para uma análise da investigação e das práticas divisórias. No campo da investigação, do sujeito produtivo, destacamos algumas falas representativas:

“Não escolhi minha profissão.” Entrevista.

“Com certeza não escolheria esta profissão . Até porque hoje tem outros serviços que é a mesma escala e ganha até mais e ninguém fica te ameaçando.” Entrevista

“Não escolheria. Não tive opção. Vim de família pobre, da roça. Minha irmã sempre me achou louco e que seria loucura este tipo de trabalho.” Entrevista.

“Estou me sentindo sem importância.” Entrevista.

“Fui ficando não sei porque, agora é esperar a aposentadoria.” Entrevista.

“Aqui só cobram a gente, ninguém da nada.” Entrevista.

“É difícil, é terra de ninguém.” Entrevista

“Eu sei o objetivo do meu trabalho, mas na prática é diferente.” Entrevista

“Mesmo que eu saiba o que fazer, não tenho condições.” Entrevista.

“Parece que é tudo feito para não funcionar, para dar errado mesmo.” Entrevista.

Esse contato forçado com uma atividade estranha ao desejo e aceita unicamente como meio de sobrevivência ‘condensa de alguma maneira os sentimentos de indignidade, de inutilidade e de desqualificação, ampliando-os’. Desqualificação cujo sentido não se

esgota nos índices e nos salários. Trata-se mais da imagem de si que repercute no trabalho, tanto mais honroso se a tarefa é complexa, tanto mais admirada pelos outros se ela exige um know-how, responsabilidade e riscos (DEJOURS, 1992 apud VASCONCELOS, 2000, p. 37). Recorte de discurso acadêmico para ilustrar a construção de saberes.

Vemos aqui um modo de subjetivação identificado não apenas nas falas dos funcionários, mas também nas produções de discursos acadêmicos acerca do trabalho deles. Embora tenhamos recortado apenas algumas, muitas outras falas e trabalhos compõem esta prática discursiva do trabalho penoso e não desejado, de estar realizando uma tarefa complexa que não gostaria de estar fazendo e da qual não se tem clareza, ou ainda não se é permitido ou possibilitado fazer. Já que não reconhecem em sua atividade os riscos, as responsabilidades nem o ‘know-how’ que ela exige, o que nos parece restar para se oferecer nas relações são emergências da função do carrasco ou do poder pastoral. Neste sentido, seguem falas dos entrevistados:

“O preso encontra-se na mão do agente. Parece tortura, não se tem liberdade para nada, como se fosse um passarinho na gaiola.”
Entrevista

“O impacto do sistema no preso é punitivo de mente e de corpo.”
Entrevista

“As pessoas vêem a gente como torturador, profissão de risco.”
Entrevista.

“ Nós não estamos aqui para julgar ninguém, apenas executamos a pena. Acontece que se é pena não tem como ser bom, o ladrão tem que sentir na pele a consequência do que fez.” Entrevista.

“O Serviço Social deve trabalhar o vínculo familiar para que o interno de mais valor aos familiares e retorne ao convívio familiar de maneira harmoniosa.” Entrevista.

“O psicólogo participa das avaliações para o trabalho e também para a progressão de regime. Nas primeiras define quem esta apto ou não a trabalhar, já que não há trabalho para todos, o trabalho é como um prêmio. Ele vai desenvolvendo hábito de trabalho e aprendendo a dar valor, o que é certo. Já na avaliação para progressão, é preciso saber se e o quanto o preso esta preparado para voltar ao convívio social. Quanto mais ele tiver consciência dos seus erros melhor.”
Entrevista

Seja desde a perspectiva da repressão que remete ao carrasco, seja da confissão e perdão dos pecados, ou ainda do trabalho curativo dos especialistas que remete ao poder pastoral, o que se entende e se oferece como trabalho em muito difere de um campo profissional, mas aproxima-se de emergências da lógica disciplinar. O modo de investigação, então, traz-nos contornos de um processo de subjetivação, atravessado pela vitimização e desmotivação profissional. Talvez daí derive a afirmação recorrente de que “estamos presos com eles”, “puxamos a cadeia juntos”, ou ainda, pastoralmente, “precisamos nos colocar no lugar do preso para melhor fazer o trabalho de ressocialização”. Ou os funcionários se igualam simplesmente, ou se igualam como estratégia de um superior que desce de sua sabedoria para melhor inquirir e depois retorna a ela para propor uma solução que resolva a vida do outro que lhe está subjugado.

Mas, há algumas pequenas fissuras:

“Antes agia por raiva, cheguei a bater mais do que devia. Hoje tento me colocar no lugar do preso. Levo em consideração a vida que o preso teve, sua história. Tenho mais respeito. No início tinha um preconceito muito grande, preso tinha que morrer mesmo. Não valia nada. Hoje penso com mais responsabilidade.” Entrevista.

“É simples: trata ele como gente e ele vai te tratar como gente. Trata como bicho e ele vai te tratar com bicho.” Entrevista.

“O agente tem que entender que ele está ali para atender o preso, e não para ficar pedindo coisas para si. Para nós a cadeia é trabalho em nome do Estado e não atendimento social.” Entrevista.

Rauter (2007) recorre a Gilles Deleuze para afirmar que todas as pessoas presas, seus familiares e os funcionários das prisões são cotidianamente atingidos pelos seus efeitos mortíferos. E, desdobrando esta afirmação, cita o criminólogo inglês Jock Young, que considera que as soluções penais ou policiais para a criminalidade são apenas sintomas, já que o dispositivo da criminalidade configura-se como uma das principais ferramentas de controle no mundo globalizado.

Segundo Guattari e Rolnik (1986), os modos de produção de subjetividade nas sociedades capitalistas fabricam a relação do homem com o mundo e consigo mesmo e projeta a realidade enquanto sujeição. A máquina capitalística produz processos de subjetivação comprometidos, em qualquer nível de

produção ou consumo, com a criação de pessoas normatizadas, dóceis, submissas e que se reconhecem em uma mesma identidade.

“Se tirar o colete não dá para saber quem é agente e quem é preso”.

Esta fala foi repetida por agentes e profissionais de outros setores, além de que temos encontrado também em outras pesquisas: estudos realizados por Silveira (2009), Moraes (2005) e Vasconcelos (2000).

Cabe aqui salientar que esta relação de poder/saber/prazer opera uma dupla opressão reproduzida pelos oprimidos e pelos opressores, independente de serem funcionários ou pessoas presas que estejam ocupando qualquer destes lugares. Isto pode ser ilustrado com as falas:

“Manda quem pode obedece quem tem juízo.” Anotado em diário de campo com a observação de ser fala de funcionários e pessoas presas.

“Tenho antipatia a drogado”, “Sou sujo com noiado”. Anotado em diário de campo com observação de ser fala de funcionários e de pessoas presas...

“Tenho medo de ser marcado. Os presos marcam os agentes que recebem recados como ‘vou te encontrar lá fora’.” Entrevista

“Os policia marca a gente e depois fica perseguindo na rua”. Anotado em diário de campo como fala de pessoa presa.

“Tem colegas que apavoram os presos porque fizeram algo que eles não concordam ou conhecem da rua. Tem perseguição dos dois lados.” Entrevista.

“Quando o interno responde bem ao tratamento agente acaba dando mais atenção.” Entrevista.

“Se fizer tudo certo dá para tirar a cadeia de boa”. Anotado em diário de campo como fala de pessoa presa.

“Ela quer entrar na minha cabeça, mas eu sou ligeiro, finjo que ta dando certo mas eu é que entro na cabeça dela.” Fala de uma pessoa presa em relação ao trabalho da área técnica.

De acordo com Guattari e Rolnik (1986), a dupla opressão referida e que ocorre em reciprocidade, conduz uma repressão no campo econômico e social, ao mesmo tempo em que trabalha na produção de subjetividades que serão base de formação da força coletiva de trabalho e de controle social coletivo. Partindo da

pena, os mecanismos que conduzem à dupla opressão são culpabilidade, segregação e infantilização, clarificado pelas falas:

“Quando acontece algo de errado, todos os funcionários são punidos e não apenas aquele que quebrou a regra”. Entrevista.

“Se o cara esta aqui não é à toa, tem culpa no cartório.” Entrevista.

“Sabe aquela tela de proteção que os cortadores de grama usam? É assim que vejo nosso trabalho. Somos como a tela que impede que alguma pedra escape e acerte alguém.” Entrevista.

“O sistema causa uma infantilização inicial onde dão grande valor a coisas pequenas como chocolate e passam a exigir muito de seus familiares, como tênis e outros objetos de valor. Já presenciei a mãe que não dá ao filho pequeno um doce porque tem que dar para o irmão que esta preso.” Entrevista.

“O ladrão, digo, o preso é um homem como outro qualquer, que não vai ao médico nunca. Quando cai preso quer médico todo dia. Fica como neném, tudo que sente é urgente, tá sempre a beira da morte.” Entrevista

Enquanto a culpabilidade é o mecanismo que leva à interiorização de valores pré-estabelecidos e à consequente cobrança interna desses valores, a segregação produz isolamento social, a infantilização e a incapacidade de falar em seu próprio nome. Constatamos em anos de convivência com pessoas presas a recorrência do uso da terceira pessoa, elas dizem “entendeu”, “agradece”. A palavra “eu” só surge em uma fala também recorrente, e motivo de muitas piadas entre os funcionários: quando inquiridos sobre o que os trouxe para prisão ou qual o crime que cometeram, a maioria das respostas dos presos é “eu não ‘fisso’ nada”.

Portanto, com mediação do Estado, a máquina-prisão aplica a punição como uma medida de ajustamento aos valores sociais que pretende extrair da culpa a tão pretendida adequação às normas sociais. Esta lógica considera que o criminoso, o culpado, não é capaz de aplicar-se uma penitência e necessita do Estado para, em uma relação de dependência, pensar e organizar sua vida. E os funcionários, separados do dado real que ali eles trabalham e não são atendidos, ou, mais ainda, recebem para fazer a função do Estado, parecem demandar ao Estado que pense e organize o seu trabalho, e sobre isso nos informam:

“Aqui é tudo para o preso e para agente nada.” Entrevista

“É um sistema punitivo em que os agentes sofrem com o descaso do governo o tempo todo.” Entrevista.

“Temos bons profissionais mas o Estado não dá condições de trabalho.” Entrevista.

Esta dinâmica de relações com o Estado corresponde à sociedade disciplinar, posto que o alvo da pena é a correção e a adequação do indivíduo ao modelo hegemônico normativo. Conforme Hardt e Negri (2001), assim que novas técnicas disciplinares foram desenvolvidas e outra tecnologia de poder passou a operar sobre os processos de subjetivação, a função da prisão migra da exclusão para a inclusão diferencial. Esta inclusão corresponde à tecnologia do poder na sociedade de controle, em que a dinâmica é inclusiva, já que miséria e riqueza são fabricadas ao mesmo tempo. O capitalismo não mais opera por exclusão, mas desde uma estratégia de inclusão diferenciada em que há o agenciamento constante para que cada um participe do sistema e também o sustente. Essa inclusão diferencial, assim como o fez a exclusão necessária à racionalidade da sociedade disciplinar, tem na prisão uma potente ferramenta de sustentação ao acenar e efetivar a punição daqueles que transgridem as normas capitalísticas.

Em outros termos, a produção subjetiva entre os presos é sempre de incapazes: se são considerados “vítimas do sistema”, “coitados” saem buscando fora dos muros o mesmo olhar indulgente; se são tratados como anormais, desajustados também são considerados incapazes de operar dentro das lógicas normativas estabelecidas. Neste entrelaçamento de forças, ao produzir estes “incapazes”, o que se produz entre os funcionários? Que modulações de biografia são capazes desta produção?

Nos passos deste entendimento, Wacquant (2001) sustenta a tese de que a prisão tem, na contemporaneidade, uma importância fundamental na manutenção do neoliberalismo por adequar os indivíduos a um modelo de trabalho precário e desregulamentado sob a ameaça de punição e controle dos excessos e desvios. Ao identificar na pobreza indivíduos perigosos e potencialmente criminosos, a prisão produz modos de subjetividade punitivos que reafirmam a necessidade de sua existência para controlá-los, dando manutenção às desigualdades sociais.

As principais características do modo de produção de subjetividade capitalístico, quais sejam, cristalização do desejo e interiorização de formas homogêneas de ser, pensar, agir e sentir, são bastante marcantes na prisão. Os discursos e práticas daqueles que habitam esta Casa dos Homens são entrelaçados por estas características que mantêm o poder de punir por meio de uma política de homogeneização das pessoas. De um lado, a massa carcerária e, de outro, os funcionários insatisfeitos e com a sensação de fracasso. Ressaltando que, em muitos momentos, as pessoas presas participam do controle de si mesmos, tão capturados pelo modo de subjetivação individualizadora, conforme entrevistas e caderno de campo, informam:

“Às vezes quem entrega a ‘fita’ é o próprio preso que não quer se atrasar na cadeia.” Entrevista.

“Eles só se revoltam quando alguém apanha sem razão, quando o ladrão dá o ponto, não liga de apanhar, nem os outros tomam as dores.” Entrevista.

“Tentamos fazer uma avaliação diferente, sem classificações. Era um bate-papo bem pragmático, sem abstrações ou julgamento. Ao final dissemos que o exame criminológico estava feito e que seríamos favoráveis à concessão do benefício que ele estava pleiteando. Acostumado com a inquisição individual e repetida por todos os técnicos, a forma outra foi tão ininteligível para ele que, no dia seguinte ele enviou um bilhete perguntando quando seria o seu exame criminológico.” Caderno de campo.

No entanto, parece-nos que fracasso não é uma característica da maquinaria da prisão, nem nos dias de hoje, nem no contexto de sua emergência como pena. Esse modo tão próprio de subjetivação que inibe ou calcula as resistências, e envolve todos os que a habitam de alguma forma na produção de subjetividade da pessoa que cometeu um crime no território da delinquência, foi sabiamente definido por Foucault (2003) como fábrica de delinquentes. Considerando o cenário atual da Segurança Pública, podemos dizer que os funcionários desta fábrica têm apresentado produtividade crescente.

Neste momento, ater-nos-emos a um habitante específico da Casa. Destacamos aqui algumas reflexões sobre o psicólogo no Sistema Prisional.

Em 2010, o Conselho Federal de Psicologia publicou um livro, também disponível no site www.pol.org.br, que trata da atuação do psicólogo no

sistema prisional. Em conjunto com o Departamento Penitenciário Nacional, o Conselho de Psicologia organizou dois Seminários Nacionais sobre atuação do psicólogo nas prisões: o primeiro, em 2005, e o outro, em 2008. Os debates deste último geraram a publicação do referido livro. Neste volume, Pedro Pacheco (2010, p. 73) pontua a forma como a Psicologia se insere na questão:

[...] com o ideal de ordenação positivista e racionalização cartesiana, buscava explicar e compreender os desvios do crime por meio da criação de métodos quantitativos, de aferição, de medição do interno humano. É aí que estão as perspectivas lombrosianas e os testes psicológicos que vêm desta origem.

Reflexões neste sentido geraram a resolução 09/2010, vedando a participação do psicólogo no Exame Criminológico⁷ e no Conselho Disciplinar (Grupo formado por técnicos da penitenciária que julga se a conduta do preso descrita pelos agentes caracteriza, de acordo com artigos previstos no Estatuto Penitenciário (PARANÁ, 1995) é uma falta disciplinar, e, se sim, se esta falta é leve, média ou grave). A reação dos profissionais foi tão expressiva que a resolução foi suspensa. Em um Seminário realizado em São Paulo para uma “ampla discussão nacional sobre o tema”, repetiu-se o que já havíamos presenciado em meio eletrônico: a binarização da discussão. A discussão reduziu-se aos contra e a favor da resolução, sem avanços consideráveis até então. No entanto, há que se considerar que o Conselho Federal de Psicologia conseguiu provocar diversas rachaduras nas construções da “identidade profissional” de alguns psicólogos que atuam no Sistema Prisional. Isso é uma potência, já que muitos teriam que criar modos outros de atuar, pensar, sentir após esses acontecimentos.

Pacheco (2010), apontado acima, termina seu raciocínio citando um texto de Carmem de Oliveira, que sugere que o psicólogo que trabalha em prisões, como linha de fuga, aproxime-se do conceito da clínica ampliada:

⁷ O exame criminológico trata-se de um exame multidisciplinar que compreende exame médico psicológico, psiquiátrico e o estudo social. Segundo a Lei de Execuções Penais (Lei 7210 de 11 de julho de 1984), é elemento característico da execução penal que parte do binômio delito-delinquente numa interação de causa e efeito, tendo como objetivo a investigação médica, psicológica e social. Segundo Albegaria (1978), o exame psicológico é o mais importante pois o entendimento da Lei, desde a perspectiva da Criminologia, considera que o fato de cometer um crime está ligado à personalidade de quem o comete.

Ampliar a clínica não significaria, portanto, ampliar o mesmo saber de uma clínica do sujeito. Ela propõe uma clínica da subjetividade em contextos mais abrangentes. Mas, fundamentalmente, ampliar as possibilidades de si, afim de heterogeneizar as formas dominantes com as quais os sujeitos se vêem e são vistos. E quais seriam as implicações disso nas práticas clínicas junto aos infratores? Propomos uma clínica ampliada que alargue o fazer psicológico nas instituições prisionais e sócio-educativas, tendo como ponto de partida a redefinição, a largada do objeto do foco e dos meios de trabalhos clínicos. Objeto de trabalho não é mais o sujeito, mas a produção de subjetividade em qualquer contexto: individual, grupal, institucional ou comunitário. O foco não é mais reabilitação, tampouco alívio do sofrimento psíquico, mas o aumento do coeficiente de autonomia e autocuidado dos sujeitos. Os meios de trabalho não incluem apenas os profissionais psi, mas a equipe interdisciplinar e os demais operadores do sistema: os agentes comunitários, o espaço urbano, pois se trata, como ouvimos de uma clínica que trabalha na intervenção de dispositivo de ação para além das atividades psicoterapêuticas estrito sensu, o que faz mais sentido quando se incrementa o uso das penas alternativas à prisão e se tira a instituição prisional da centralidade do processo do trabalho técnico (PACHECO, 2010, p. 78).

Carmem de Oliveira é psicóloga e professora da UNISINUS – RS, tem participado das ações da luta antimanicomial, já dirigiu uma FEBEM e no momento é secretária nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Uma profissional que circula pela academia, movimentos sociais e também participa da máquina do Estado.

Após uns meses questionando a resolução, a maioria dos psicólogos que baseia seu trabalho na importância e efetividade da classificação e/ou acredita na possibilidade de fazer prognósticos, definir a periculosidade de alguém, o que é ainda mais perigoso, encontrou respaldo para perpetuar esta abordagem classificatória no texto de uma nova resolução. Em 2011, o CFP fez uma outra resolução, mantendo a participação do psicólogo no exame criminológico. No entanto, foi mantida a posição de retirá-lo do Conselho Disciplinar, vedando a participação em toda e qualquer ação punitiva que ocorrer na prisão. Nas discussões sobre a resolução, percebemos que alguns psicólogos entendem a participação no Conselho Disciplinar como uma forma de “tratamento penal”, ou pensam que o papel da Psicologia seria diminuir o potencial punitivo do Conselho. Nesta perspectiva, mesmo após a resolução, alguns continuam participando das reuniões do Conselho, mas não votam, como se participar de uma medida punitiva

fosse somente o voto, e não toda maquinaria discursiva que engendra uma específica relação de poder articulada pelo saber “técnico” acerca do subjugado, seja ele o preso ou o agente que quer puni-lo.

Após este recorte sobre a Psicologia, do qual não poderia me furtar, retomo a reflexão sobre os funcionários, destacando uma prática discursiva que também me impactou: os maiores confrontos não acontecem entre os “diferentes”, mas sim entre os “iguais”. Várias pessoas, e de maneiras diversas, relatam acontecimentos e pensamentos em que o “inimigo”, ou o “problema” não é o preso, e sim o colega com quem trabalha, como vemos nas expressões que seguem:

“Lidar com preso é fácil, o duro é conviver com colete bandido.”
Entrevista.

“As pessoas aqui são muito invejosas, não pensam em se adiantar, mas em tirar o adiantamento que o outro conseguiu.” Entrevista.

“A penitenciária cria dragões de Comodo, aquele pequeno e venenoso que não esmaga a presa, mas dá uma pequena mordida na canela e fica de canto esperando ela morrer envenenada. Neste tempo que espera, junta um monte de outros dragões para devorar a presa junto.” Entrevista.

“Nosso problema não são os presos. Eles não incomodam. O difícil é lidar com os funcionários: aqueles que não gostam de você estão sempre à espreita querendo te derrubar e os que gostam querem tratamento diferenciado. Aonde já se viu o cara dizer que fazer o trabalho dele é rachar comigo⁸, e por isso me cobrar adiantamento⁹.”
Entrevista.

Parece-me importante refletir sobre como impacta nos processos de subjetivação dos funcionários o fato de, aliado ao discurso de trabalhar com o “pior da sociedade”, “com aqueles que a família, a igreja, a escola, o hospital não conseguiram concertar”, ou ainda “com a escória”, esta o discurso de que o encontro/confronto com os outros funcionários é ainda mais complicado, traz mais sofrimentos, preocupações, adoecimentos.

Como será que esta relação foi construída? Que fatores contribuem para sua efetivação? Qual seus efeitos? Será a produção de incapazes tão necessária à lógica capitalística, e também aos sistemas hegemônicos de

⁸ Termo utilizado para designar cooperação com alguém por quem se tem consideração, em geral os chefes, líderes que são responsáveis pela distribuição e realização das tarefas diárias.

⁹ Tratamento diferenciado, vantagem sobre os outros funcionários.

poder/saber/prazer? Estes incapazes, coitados ou monstros, fazem parte da estratégia de controle/ produção de corpos, algo como dizer: olha o que você se tornará se não for dócil? Somos aqui só questões. Por escolha, não podemos cair na armadilha de diagnosticar ou impingir uma identidade aos funcionários, por mais que tenhamos feito tanto isso com os habitantes presos desta Casa. Por tudo que refletimos até aqui, vamos resistir a repetir com os funcionários o movimento de esquadramento, docilização, homogeneização e aniquilação feito com os presos. Retomando o foco deste trabalho, onde o objeto não é o sujeito, mas a produção de subjetividade, refletimos sobre questões que impactam nesta produção.

Por mais longa e difícil que seja a pena de prisão de uma pessoa, ela vai, no máximo, igualar-se ao tempo de serviço exigido do funcionário que atua no Sistema Penitenciário, já que em nosso país, 30 anos é o máximo de tempo que uma pessoa pode ficar privada de liberdade. Nas palavras de um entrevistado, *“aqui no Brasil vale a lei dos 30, por pior que seja o vagabundo ele vai ficar aqui o mesmo tempo que eu”*. Podemos perceber a confusão quanto à própria tarefa. O que esta pessoa pensa ser trabalho ao compará-lo a uma pena? Como colocar em um mesmo patamar alguém que está em um lugar contra a sua vontade e em situação de submissão, com outrem que quis estar ali, fez uma seleção para tal e é bem remunerado por esta presença?

As falas que procuramos destacar neste tópico é que guiaram nossa escolha de ter o trabalho como um diagrama a cartografar para compreender os processos de subjetivação na prisão. Iniciaremos contextualizando a contemporaneidade e o trabalho como forma de apreender as formações discursivas que encontramos.

Como já citado, a prisão como pena engendra em sua maquinaria o paradigma da sociedade disciplinar. No entanto, as separações, classificações e, em especial a ressocialização, regeneração e demais processos de normatização que moldam corpos dóceis e úteis ao exercício do poder, tem o seu fracasso anunciado desde seu surgimento. Frisamos que esta anunciação, embora faça parte da tecnologia da punição desde sempre, tem se intensificado nos últimos anos. Todo rigor, hierarquização e sistematização se mostrou a serviço de ratificar e ampliar a criminalidade. Suscitando resistências diversas, tais como: crime organizado, corrupção entre os funcionários, adoecimentos e sofrimentos diversos, responsáveis pelo absentismo e afastamento do trabalho.

Hardt e Negri (2001, p. 42) destacam na definição foucaultiana da “sociedade disciplinar” o comando social empreendido por uma série de “dispositivos” capazes de constituir e ordenar os costumes, os hábitos e as práticas produtivas. Assim, a sociedade disciplinar, característica da modernidade fabril, isto é, da primeira fase de acumulação capitalista, opera pela via das instituições, tais como a família, a escola, o hospital, a prisão ou a fábrica. Ao longo da vida, o indivíduo passa, sucessivamente, de um espaço fechado a outro, sofrendo distintas “moldagens”, em torno de diferentes identidades: de estudante a operário, depois, mãe/pai ou, eventualmente, detento ou doente. Os processos de subjetivação engendrados pela sociedade disciplinar são traçados por princípios específicos que se coadunam à valorização da “identidade”.

Ainda que os diferentes meios de “confinamento” institucional sejam independentes, Deleuze (1992, p. 220-221) aponta-nos uma relação analógica entre os dispositivos correspondentes. Nesta modalidade de sociedade, os indivíduos não cessam de recomeçar, sempre e a cada vez, do zero. Eis o que está no cerne da sociedade disciplinar: a produção de subjetividades pelos dispositivos sociais do poder se empreende, tendo identidades sociais fixas e rígidas como centros estratégicos que vão se sucedendo.

Considerando a flexibilidade e mobilidade da sociedade globalizada, informatizada e em rede dos dias atuais, os processos de subjetivação modernos estruturados por identidades sociais fixas, não se sustentam mais. Opondo-se à lógica da modernidade, o enunciado da sociedade de controle propõe para a organização social contemporânea novas e imbricadas formas de controle. De acordo com Deleuze (1992), com a desvalorização das identidades e instituições sociais, os processos de subjetivação não mais se objetivam através da submissão a sucessivos moldes, mas sim por uma modulação auto deformante, em que as pessoas mudam a cada instante como uma totalidade. As subjetividades produzidas neste mundo globalizado são híbridas, flexíveis e moduladas. Há mais de trinta anos Foucault ponderava:

Nesses últimos anos, a sociedade mudou e os indivíduos também; eles estão cada vez mais diversos, diferentes e independentes. Há cada vez mais categorias de pessoas que não estão submetidas à disciplina, de tal forma que fomos obrigados a pensar o desenvolvimento de uma sociedade sem disciplina (FOUCAULT, 2003, p. 268).

Contudo, estas ponderações quanto às novas configurações nas relações sociais de modo algum tiram a disciplina do jogo. Na opinião de Rozenthal (2003), o declínio das instituições e o fracasso da sociedade disciplinar são a consequência inexorável do novo paradigma social das instrumentalizadas e tecnológicas redes de comunicação e cooperação. O autor indica ainda que “estes enunciados a respeito das relações subjetivas autonômicas configuram um campo potencial para o estudo das atuais modalidades de padecimento subjetivo e para o seu tratamento clínico.”

Mansano (2010) historiciza e articula os efeitos do declínio da disciplina em instituições que, mesmo tendo a disciplina como organizadora das relações sociais e afetivas e garantindo a obediência à hierarquia, são impactadas por outras configurações de forças, “outras formas de poder que se efetuam por meio de dispositivos de controle”. Embora a autora esteja pensando a escola, na prisão também estão presentes e atuantes dispositivos de disciplina e também de controle.

Em relação aos mecanismos disciplinares, podemos ainda citar a presença e valorização dos processos identitários nos trabalhos sobre funcionários que atuam na segurança das penitenciárias. Citamos aqui Dejours, que aparece na grande maioria dos trabalhos sobre funcionários.

Do reconhecimento depende na verdade o sentido do sofrimento. Quando a qualidade do meu trabalho é reconhecida, também meus esforços, minhas angústias, minhas dúvidas, minhas decepções, meus desânimos adquirem sentido. Todo esse sofrimento, portanto, não foi em vão; não somente prestou uma contribuição à organização do trabalho, mas também fez de mim, em compensação, um sujeito diferente daquele que eu era antes do reconhecimento. O reconhecimento do trabalho, ou mesmo da obra, pode depois ser reconduzido pelo sujeito ao plano da sua construção da identidade. E isso se traduz afetivamente por um sentimento de alívio, de prazer, às vezes de leveza d'alma ou até de elevação. O trabalho se inscreve então na dinâmica de realização do ego. A identidade constitui a armadura da saúde mental (DEJOURS, 1999, p. 34).

Percebe-se a valorização e presença dos processos identitários, assim como de um viés pastoral cristão que indica o sofrimento como moeda de troca da salvação e bem estar compensatório. No texto acima citado, figuram como saída para a problemática, como se a questão fosse trabalhar a identidade do

funcionário. Não importa como seja tomada a questão das identidades e de como se entrelaça com as linhas discursivas que tratam do trabalho na prisão. Em mais um exemplo, Moraes (2005, p. 221) afirma:

Ora, os agentes penitenciários estão submetidos ao penoso aprendizado de (con)vivência na sociedade dos cativos, precisando entender e apreender muito rapidamente a dinâmica da prisão para fins de manutenção da ordem. Precisam aprender “a pensar como preso”, “trabalhando preso com o preso”, o que “não se faz sem um enorme custo psíquico e identitário uma vez que significa para o agente penitenciário mimetizar-se naquilo que ele percebe como sua antítese.

Se a forma como são articuladas as apreensões da identidade denunciam o funcionamento de uma sociedade disciplinar, outros recortes já articulam um funcionamento outro, mais próximo do que vem se colando como característico de uma sociedade de controle, ou, ao menos em transição:

Os trabalhadores encarregados da segurança nas prisões vivem, como trabalhadores do setor de serviços, uma realidade que imprime a falta de materialidade do produto de seu trabalho. O caráter confuso da tarefa realizada no processo de trabalho impõe algumas dificuldades para seu estudo. O que é o trabalho do Agente de Segurança Penitenciária? Como medir esse trabalho? O que é exigido pela administração penitenciária na execução do trabalho? Qual a finalidade maior e quais os objetivos do trabalho do ASP? (VASCONCELOS, 2000, p. 27)

De modo complementar, Lazzarato e Negri (2001) auxiliam na articulação desta dinâmica entre a sociedade disciplinar e a de controle na questão do trabalho. Neste campo, o poder se exerce, atualmente, por meio das redes de organizações, formadas, por sua vez, por organizações em rede. A base operacional das atuais organizações do trabalho são as novas tecnologias que, com sofisticados sistemas monitorados de informação e comunicação, catalisam a *modulação* integral, característica das subjetividades que atualmente se produz. Instituições e identidades rígidas tornaram-se um entrave para o desenvolvimento do mundo contemporâneo dos fluxos nas redes de computação – a um só tempo, de comunicação e de afetos (LAZZARATO; NEGRI, 2001), que interligam, no que diz respeito às organizações empresariais, produtores e consumidores, ao torná-los, indiscriminadamente, usuários.

Ainda de acordo com Lazzarato e Negri (2001), o novo capitalismo, ou “capitalismo cognitivo”, aponta para o valor do conhecimento subjetivo, ou melhor, da criatividade, no cerne das novas formas produtivas. Não se trata mais da busca da otimização da mercadoria ou da especialização do operário, metas ligadas aos ideais de reprodução identitária do antigo taylorismo. O mais importante, em tempos da atual “economia do saber” é o processo produtivo aberto e flexível, baseado na cognição, na comunicação e na cooperação, englobando a totalidade de parceiros, tornados usuários das redes. Neste contexto, os processos de subjetivação identitários ou reprodutivos ocorridos no interior do capitalismo industrial se desdobraram em processos independentes de identidades, em consonância com o novo capitalismo cognitivo.

O paradigma da modernidade coloca a razão na centralidade e pressupõe uma forma exclusiva e correta de apreender o real. Considerando Plastino (2001), são estas as bases da ideia de “conhecimento verdadeiro” e do “determinismo cientificista”. Por estas referências paradigmáticas, o trabalho é um universal. Em outros termos, para os modernos, as relações trabalhistas se dão por meio de uma identidade transcendente que vai recebendo significados nos contextos históricos que se sucedem. As práticas discursivas do saber e os procedimentos normatizadores do poder configuram um campo identitário capaz da absoluta determinação das características do trabalho, gerando prazeres e desprazeres nos modos de relação.

Nos dias de hoje, podemos dizer que este domínio das relações identitárias vem sendo questionado nos mais diversos campos de saber. Orientados pelos estudos queer, podemos avançar para além do binarismo das identidades de gênero e pensar processos de subjetivação na relação dinâmica e singular destas construções em cada pessoa. A esse respeito,

os estudos queer se diferenciariam dos estudos de gênero, vistos como indelevelmente marcados pelo pressuposto heterossexista da continuidade entre sexo, gênero, desejo e práticas, tanto quanto dos estudos gays e lésbicos, comprometidos com o foco nas minorias sexuais e os interesses e eles associados. Cada uma dessas linhas de estudo tomaria, como pontos de partida binarismos (masculino/feminino, heterossexual/homossexual) que, na perspectiva queer, deveriam ser submetidos a uma desconstrução crítica. Queer desafiaria, assim, o próprio regime da sexualidade, ou seja, os conhecimentos que constroem os sujeitos como sexuados e marcados pelo gênero, e que assume a heterossexualidade ou a

homossexualidade como categorias que definiriam a verdade sobre eles (MISKOLCI; SIMÕES, 2007, p.10-11).

De maneira didática, Peres (2011) aponta que:

Primeiramente há que se esclarecer que o termo queer não é um adjetivo e sim um verbo, sendo indicado a idéia de “queering”, logo, não é possível falarmos em uma identidade queer, assim como, que a palavra queer não se limita ao conjunto de letras identitárias, tais como, LGBTTTI – gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexos, mas remete a todas as expressões existenciais que rompem com os imperativos da norma. Em segundo lugar, o queer não se insere dentro do registro binário e universal, mas se apresenta como expressão humana em construção permanente, como processualidades, como devires em ação, sempre múltiplo, heterogêneo e polifônico (PERES, 2011, no prelo).

Se pensarmos na questão da Segurança Pública, podemos aferir uma proposta de pensar o desafio para além dos binarismos policial/bandido, criminoso/cidadão, preso/funcionário. Uma desconstrução destes iniciada pelo entendimento de que ambos são constitutivos entre si, ou seja, não são em si mas em relação que os processos de subjetivação operam. Neste sentido, falas de entrevistados e a teoria ilustram:

“Estamos presos juntos.” Entrevista.

“Tem bandido no agente e agente no bandido.” Entrevista.

A teoria queer constitui-se menos de uma questão de explicar a repressão expressão de uma minoria homossexual do que numa análise da figura hetero/homossexual como um regime de poder/saber que molda a ordenação dos desejos, dos comportamentos e das instituições sociais, das relações sociais, portanto a constituição dos self da sociedade (SEIDMAN apud LOURO, 2001, p. 549).

Assim, o que estaria em jogo não seria a identidade, mas processos de subjetivação. E dimensionar isto na atualidade é encontrar que, seja pela deflação da autoridade e da lei, como destaca Ehremberg (1998), ou não, a identidade enfraquecendo é um dos indicativos da crise do paradigma moderno que faz emergir uma concepção outra da realidade, agora não mais determinista, mas heterogênea. A criatividade, a espontaneidade e capacidade de auto-organização passam a ser atributos valorizados. Aqui, emerge um outro tipo de trabalho,

chamado imaterial ou vivo, que se inscreve em uma economia de saber e no capitalismo cognitivo.

Partindo das contribuições de Hardt e Negri (2001), o trabalho imaterial pode ser dividido em três categorias. A primeira refere-se à produção de bens duráveis, que passa a ser vista também como um serviço focado no mercado consumidor e no processo produtivo, e não se orientando mais para o produto como no modelo fordista. A centralidade está na comunicação e informação. A segunda categoria seria o trabalho imaterial empreendido de acordo com tarefas analíticas e simbólicas, por meio da manipulação inteligente e criativa da informação. A centralidade aqui é tornar a todos, produtores e consumidores, usuários. Já a terceira categoria é a do trabalho imaterial que envolve manejo de afetos, demanda contato humano.

As pessoas que trabalham com a operacionalização diária de penas a que outras pessoas são condenadas a se submeter, parecem ter potência de desenvolver em suas funções estas três categorias de trabalho imaterial. Quanto à primeira, seria interessante que, para além de produzir corpos dóceis e úteis, se pensasse na dinâmica de relações poder/saber/prazer que compõe o social que demanda este tipo de subjetividade para se perpetuar. E ainda, que se atentasse para o “processo produtivo”, o que implicaria empreender uma desconstrução das funções dos diversos saberes e fazeres na execução de penas. Em outros termos, e resgatando a centralidade na informação e comunicação propostas, seria ampliar a centralidade que já está na informação (todo funcionamento do sistema de segurança –poder- é baseado na atuação de informantes, assim como o trabalho dos técnicos de classificação –saber- é construído a partir de informações das e sobre as pessoas presas) para uma informação que não precisa ser ou procurar “a verdade” e, mais ainda, que a importância da informação seja dimensionada pela sua potência de comunicação.

Quanto à segunda categoria, manipular as informações de forma criativa e inteligente seria algo bastante peculiar em um cenário onde imperam ainda as separações, especificações e especialidades como forma de impedir a integração da informação. Estar em rede é um controle que todos poderiam consumir, dos funcionários aos familiares das pessoas presas que, muitas vezes, anseiam por informações, cujo acesso é prejudicado pela racionalidade do gerenciamento de dados.

Por fim, a terceira categoria seria o encontro mais difícil e, por isso mesmo, mais produtivo, do trabalhador do Sistema Penitenciário. Entender-se como um alguém que trabalha com e a partir de afetos e no contato humano é uma constatação de resistência entre os que atuam nas prisões. Muito mais do que trabalhar com segurança, com o perigo, com o anormal que, por sua vez, demandam aparatos, estratégias e tecnologias, a tecnologia a desenvolver é a do encontro/confronto do humano com o humano, em outros termos, refletir sobre os jogos de verdade utilizados pelas e nas relações de poder que constituem as biografias que ali se encontram.

Refletir sobre essas três categorias de trabalho imaterial, articuladas ao trabalho na execução penal, remete ao fato de que poderia ser uma linha de fuga compreender e disseminar a imaterialidade da tarefa. Enquanto imperar o modelo fordista no Sistema Penitenciário, este continuará a produção em série de corpos dóceis e úteis às normativas dos procedimentos do poder/saber, produção esta cuja lógica gera cada vez mais contra-poderes, que corroboram a perpetuação do paradigma disciplinar nas prisões: funcionários corruptos, adoecidos, vingativos, completamente insatisfeitos com trabalho ou, no oposto complementar desta lógica binária, ideologicamente organizando e executando operações de salvamento, tratando pessoas presas como incapazes ou loucos.

Poderíamos dizer que, se Foucault (1976) nos revela que com o advento da prisão a pena não incidiria mais no corpo, mas na alma do criminoso, a lógica da produção subjetiva contemporânea coloca, segundo Lazzarato e Negri (2001), que agora a alma do funcionário deve estar no trabalho. Não temos dimensão nem interesse em valorar este dado, mas de destacá-lo como uma ruptura e sua conseqüente potência de devir, pois

Analisar as transformações mais amplas da sociedade e suas ressonâncias no trabalho dentro da execução de penas sugere”que , para Foucault, por exemplo, o Estado era uma condensação de relações microfísicas de poder disciplinar. Nas sociedades de controle, parece que o Próprio Estado tornou-se molecular para difundir-se no espaço da subjetivação, ele tornou-se emissor de fluxos ou é um fluxo (CARDOSO JUNIOR, 2002, p. 196.)

Se consideramos a sociedade de controle uma sociedade de comunicação rápida e instantânea, como propõe Deleuze (1992), podemos entender

que as resistências podem emergir exatamente neste terreno da comunicação. O exercício do contrapoder, de resistência, pode realizar-se por meio da constituição de redes de trocas de informação e de sociabilidade, que se apropriem dos fluxos tecnológicos para promover e divulgar novos pensamentos e modos de vida.

Para escapar da ilusão de que se trata de uma “solução” pensar a prisão na sociedade de controle e não na disciplinar, destacamos que:

O problema da sociedade de controle, em poucas palavras, é que esses fluxos são constantemente modulados em função de uma axiomática, ensina Deleuze, permitindo que potências como o Estado, a Comunicação, a Ciência, a Psicanálise, participem dos processos de subjetivação a ponto de ditar-lhes os ritmos (CARDOSO JUNIOR, 2002, p. 195).

O problema identificado por Cardoso Junior (2002) não me parece muito diferente daqueles advindos da sociedade disciplinar, no que diz respeito à prisão. No entanto, esta ruptura seria importante para que esta instituição iniciasse o que já ocorreu em Manicômios e Conventos (GOFFMAN, 1974). Em ambos, a racionalidade das ações demandaram modificações para responder às transformações que a transição entre as sociedades disciplinar e de controle exigiram. Não se trata de dizer se está melhor ou pior, mas sim de marcar a diferença, um outro modo construído no pós-ruptura, novos modos de existência.

Na atualidade, a instituição prisão, assim como manicômios, conventos, escolas, fábricas, podem encontrar potencialidades no trabalho imaterial, já que este cria laços de sociabilidade inesperados. Estes laços teriam que organizar territórios coletivos de resistência para além de seus muros. E, talvez, encontrar possibilidades de linhas de fuga na articulação desta dinâmica de luta pela produção de direitos, que transcende as práticas reguladoras estatais e os determinismos morais e assépticos.

5 A CASA DOS HOMENS: TECNOLOGIAS DE GÊNERO, MASCULINIDADES E APRISIONAMENTOS NA EXECUÇÃO PENAL

Este capítulo articula as relações de saber/poder/prazer na questão do crime e operacionalização da lei, a forma sutil com que as tecnologias de gênero naturalizam ações e reações nas relações, parcerias e lutas diárias entre funcionários e pessoas presas e os processos de subjetivação contemporâneos.

Na busca por compreender os processos de subjetivação dos funcionários do Sistema Penitenciário, esta reflexão marca a escolha por utilizar o gênero, em especial as masculinidades, como categoria de análise. Conforme Lauretis (1987/1994), o gênero é nossa identidade primeira, aquilo que nos atribui uma existência significável para os outros, qualifica-nos para a vida no interior da inteligibilidade cultural. Esta inteligibilidade do gênero tomada na sua historicidade permite-nos olhar para os binarismos de modo crítico, evitando as respostas prontas e cristalizadas.

Destacamos que, ainda segundo Lauretis (1987/1994), o gênero está muito além da diferença sexual, posto que é produto do entrelaçamento de várias tecnologias, uma maquinaria que constitui os discursos em que se apoiam as instituições do Estado, como a família, a escola, a igreja, a prisão.

Segundo Scott (1990), a expressão gênero surge para se referir às diferenças culturais entre os sexos, às diversas formas de interação no cenário da legitimação e da construção de relações entre as pessoas. Com este status, passou a ser considerada categoria de análise marcada pela rejeição ao determinismo biológico implícito nos termos “sexo” e “diferença sexual”.

Não podemos negar o fato de que já ao nascermos somos classificados socialmente pela forma da genitália e pela cor da pele, marcadores de diferença que geram hierarquias e nos posicionam no mundo. Butler (2005) afirma que o sexo vai além das diferenças anatômicas, caracterizando algo mais que um dado corporal no qual se impõe a construção de gênero: uma norma da cultura que governa a materialidade dos corpos que pode ser traduzida em uma prática reguladora que demarca, circunscreve e diferencia os corpos que controla e dociliza. No entanto, Butler (2000) adverte-nos que ainda que as normas reguladoras sejam reiteradamente afirmadas para regularizar e materializar os corpos, estes nunca se conformam totalmente a elas.

Em referência à cor da pele, podemos citar Donna Haraway (1997), que afirma que raça é

um trauma que produz fraturas no corpo político da nação e nos corpos mortais de seu povo...é o tipo de categoria sobre a qual ninguém é neutro, ninguém é ileso, ninguém está certo de seu chão, se é que existe um chão...um tipo particular de objeto de conhecimento e de prática.

Considerando apenas estes dois marcadores indelévels e suas vicissitudes, já que fazem parte de uma maquinaria de invenções, podemos refletir acerca da multiplicidade de existências possíveis a serem apreendidas nas práticas masculinas, ou nas masculinidades. Como demonstra Silva (2011, p. 19), “não existe uma única forma de ‘fazer-se homem’, mas múltiplas formas de vivências de homens, que se forjam em diferentes tempos e espaços.”

Neste caminho analítico operacionalizado pelos estudos de gênero, aqui tomados como ferramentas ou diagramas, pretendemos ser guiados pelas questões, e não respondê-las. Considerando que somos atravessados pela lógica binária e conceitos universais, usaremos como estratégia de resistência fugir das respostas rápidas ou essencialistas em direção a espaços de construção sócio-histórica, buscando o “entre” em detrimento aos opostos binários. Neste sentido, somos orientados por Michel Foucault (1988, p.30):

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de descrição é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos.

Estes espaços podem fazer emergir em nós e naqueles com os quais nos encontramos uma forma de existência, uma prática não tão determinada pelas práticas regulatórias.

Se, por um lado, as construções binárias criminoso/cidadão e preso/livre se articulam e se provocam na produção do crime e sua punição para construir o nada sutil sistema de sujeição e exercício de poder que caracteriza o Sistema Penitenciário, por outro as tecnologias, em especial as de gênero, aprisionam silenciosa e sutilmente as diversas pessoas envolvidas na execução de

penas. O ato de punir o crime com a prisão, e assim produzir a figura do preso, é solidário à criação da ilusão de liberdade necessária à construção do engodo de que somos livres. Essa ilusão, por sua vez, faz parte da maquinaria que nos leva a crer que nossas expressões de gênero, o modo como nos apresentamos aos outros e que nos reconhecemos e somos reconhecidos é fruto de nossas escolhas individuais e livres. Será?

Tanto as tecnologias da prisão quanto às de gênero aprisionam, delimitam amarras, marcam os corpos, todos os corpos: aqueles que estão presos aos padrões hegemônicos, interiorizando as disciplinas e regulamentações ditadas pelas normativas binárias, um aprisionamento de si, e também aqueles que a elas se opõem, resistindo ao aprisionamento de si, mas sendo aprisionados por outras lógicas regulatórias. Foucault (1995) esclarece-nos que não há poder sem resistência, o próprio contra-poder é que fortalece e mantém o poder. Assim posto, tanto o aceito como o não aceito se provocam e se fortalecem mútua e permanentemente.

Nesta dinâmica, resta aos corpos ser objeto ou abjeto às normativas hegemônicas: objeto como corporificação de um discurso normativo, e abjeto como desapropriação de qualquer reconhecimento ou direito que um ser humano possa ter, devido inexistir para a inteligibilidade e coerência lógica destes mesmos discursos normativos. Então, pensar as masculinidades destes corpos objetivados como disciplinadores e também daqueles tornados abjetos pelo ato criminoso parece-nos um possível caminho genealógico de pesquisa, considerando que é indispensável à genealogia:

Marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos; apreender seu retorno não para traçar a curva lenta da evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram (FOUCAULT, 1986, p. 15).

Partindo da matriz epistemológica proposta por Foucault, a genealogia, temos escutado funcionários e pessoas presas em contextos diversos: entrevistas, realização de grupos operativos, debates em cursos de capacitação e em atividades de rotina nas unidades penais, no sentido de:

Ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns. (FOUCAULT, 1986, p. 171).

O entrelaçamento destas falas tem nos permitido delinear o impacto das tecnologias de gênero, em especial das masculinidades, na dinâmica das relações de saber/poder/prazer que se estabelecem entre os funcionários, entre as pessoas presas e também entre funcionários e pessoas presas.

Em uma análise do trabalho de Brito (1934) *A questão sexual nas prisões* (apud BEATTIE, 2009) discute a relação das expressões de sexualidade e a disciplina nas prisões. Ressalta que, para Brito, o homem teria instintos sexuais incontroláveis (daí a afirmação: “cada homem traz dentro de si sua tragédia sexual”) que demandavam ao Estado uma resposta efetiva e específica para controlar e disciplinar os corpos. Neste sentido, sugeria que deveria ser permitido e regularizado o encontro sexual com as esposas para evitar as expressões sexuais e afetivas dissidentes entre os homens presos. A prescrição médica da época era que os homens precisavam de sexo com mulheres para manter seu bem estar físico e mental.

Embora não encontremos pesquisas que comprovem ou mesmo discutam em termos não moralistas se as hoje chamadas visitas íntimas têm alguma relação com a questão disciplinar nas prisões, essa teorização de Brito (1934 apud BEATTIE, 2009) emergiu de diversas formas, por último em 1984, quando a visita íntima passa a ser um direito da pessoa presa, e não mais uma estratégia de controle ou tratamento ou uma regalia como já havia sido. Ressalta-se que, na prática, somente os homens presos heterossexuais é que tem o referido direito. As mulheres presas ainda não conseguiram. Os homens, em sua grande maioria, nem as visitam na prisão. Quanto aos homossexuais, apenas em 2011 tiveram seu direito reconhecido formalmente: há uma portaria secretarial que determina a autorização de visitas sociais e íntimas para parceiros do mesmo sexo. No entanto, até setembro de 2012, em todo estado do Paraná, que abriga em torno de 16000 presos em suas 27 unidades penais, somente um preso de uma unidade em Foz do Iguaçu requereu este direito e foi atendido, recebendo a visita de seu companheiro em horário e local diferenciados dos demais que recebem as companheiras. Esta constatação permite-nos perceber a presença das tecnologias de gênero que dão

manutenção à reificação das desigualdades entre homens e mulheres, que a princípio estariam fora das prisões. Tênuas, estas linhas que separam o dentro e o fora. Em Deleuze (1987, p. 130), “o de fora não é um limite rígido, mas uma matéria movente animada de movimentos peristálticos, de pregas e de dobras que constituem um de dentro: não são algo diferente do de fora, mas, exatamente, o de dentro do de fora”.

Estas evidências das desigualdades entre homens e mulheres, embora importantes na compreensão das tecnologias de gênero, não se configuram, neste momento, como prioridade. Para a problematização dos modos de subjetivação entre homens, pensamos que mais que as desigualdades entre masculinidades e feminilidades, vamos buscar as continuidades e descontinuidades, a processualidade das próprias masculinidades.

Os estudos sobre masculinidades têm se orientado pelos desdobramentos dos estudos feministas, pelo desenvolvimento teórico, por estudos que discutem temáticas acerca da violência, saúde, paternidades, mídia, relações contemporâneas. Entre tantas perspectivas de estudo, selecionamos um recorte específico em que temos trabalhado: a questão da dominação masculina e as relações homens/homens.

Welzer-Lang (2001) utiliza-se da descrição de uma “casa-dos-homens” para desenvolver sua argumentação acerca de como em nossas sociedades as crianças do sexo masculino deixam o mundo das mulheres mediante uma fase que denomina homossociabilidade. Longe dos homens grandes e das mulheres, reagrupados com outros meninos da sua idade, atravessam “fortes tendências e/ou grandes pressões para viver momentos de homossexualidade”, tais como comparações quanto ao tamanho do pênis, maratonas de masturbação, excitações coletivas com pornografia. Além desta iniciação entre iguais, há também a atuação dos homens-grandes que “mostram, corrigem e modelizam os que buscam o acesso à virilidade, onde então cada homem se torna ao mesmo tempo iniciado e iniciador.” (WELZER-LANG, 2001, p. 462).

Ressalta-se aqui que as iniciações marcam violentamente todos os envolvidos. Se distanciar do mundo das crianças e do das mulheres e se tornar um homem implica em sofrimento, e neste sentido,

O pequeno homem deve aprender a aceitar o sofrimento- sem dizer uma palavra e sem amaldiçoar- para integrar o círculo restrito dos homens. Nesses grupos monossexuados se incorporam gestos, movimentos, reações masculinas, todo o capital de atitudes que contribuirão para se tornar um homem (WELZER-LANG, 2001, p. 463).

Os discursos e práticas, ou, as práticas discursivas, de funcionários agentes penitenciários e de pessoas presas permitem observarmos que a prisão poderia ser chamada de uma “Casa dos homens” com grades. Alguns funcionários, pessoas presas e familiares de ambos referem-se à prisão como lugar onde “o filho chora e a mãe não vê”. Há rituais de iniciação, os iniciados introduzem os novos, e em ambos os grupos persiste a expressão valorizada “ser um cara homem”, que implica “ter palavra”, não agir diferentemente do que seu grupo prega como aceito e viril, ter influência sobre os demais e principalmente, não reproduzir padrões de relação tidos como femininos: falar demais (aqui uma investigação/escuta mais cuidadosa demonstrou que não era falar demais, mas sim falar de sentimentos, fraquezas, medos), submissão sexual, mudança de atitude e/ou opinião.

Entre os funcionários, podemos exemplificar com o fato da recorrência de relatos de valores machistas no sentido de valorizar a infidelidade, tomando como prática não só autorizada como aglutinadora e que caracteriza laço de reconhecimento, “identidade” dos homens agentes penitenciários. São recorrentes as falas: “também o cara é guarda, não podia deixar passar...”; “guarda é guarda, pega em todas as oportunidades só para não perder o costume”; “esses agentes são todos mulherengos, não podem ver nenhuma mulher entrar na cadeia que ficam mais agitados que os presos, parecem uns bobos. Talvez os presos também pensem mas não demonstram como os guardas”(fala de uma mulher agente penitenciária).

Entre as pessoas presas, esta prática discursiva quanto aos padrões de relação tidos como femininos pode ser percebida no modo como elegem comportamentos que não são “de homem”, por exemplo, a fala de um preso que procura a psicóloga porque “sou homem, não posso ficar pesando a dos irmãozinhos de sofrimento com as minhas coisas, vim falar com a senhora porque só mulher é que fica reclamando”.

Há uma “identidade funcionário” e uma “identidade preso” que se cristalizam em códigos morais de conduta, em regimes binários de verdade. O

respeito aos códigos e ritos de iniciação vão determinando as hierarquias e cristalizando as relações consigo, com os outros e com as coisas a partir da operacionalização de relações de saber/poder/prazer, onde submissão e violência se produzem e se perpetuam dinâmica e decididamente.

A esse respeito, Welzer-Lang (2001, p. 463) aponta que:

Para os homens, como para as mulheres, a educação se faz por mimetismo. Ora, o mimetismo dos homens é um mimetismo de violências. De violência inicialmente contra si mesmo. A guerra que os homens empreendem em seus próprios corpos é inicialmente uma guerra contra eles mesmos. Depois, numa segunda etapa, é uma guerra com os outros.

Em muitos aspectos, abjetos por serem criminosos, as pessoas presas, e objetos da função do Estado na lógica punitiva, os funcionários, estão assujeitados às mesmas lógicas discursivas regulatórias e disciplinares. Ambos não podem ser chamados pelo nome: um funcionário diz “na primeira semana de trabalho, estranhei quando um deles me chamou pelo nome. Depois me acostumei”. Faz-se necessário aqui esclarecer que todos os funcionários usam crachás de identificação com nome, mas, na grande maioria das vezes, as pessoas presas se referem aos agentes penitenciários como “Sr. Funcionário” negando assim a possibilidade de qualquer afetividade.

Na mesma perspectiva, uma pessoa presa relata que “dói quando um funcionário que cresceu com a gente, brincou junto, fala ‘deixa o preso passar aí’ porque está na frente dos outros”. Esclarecendo aqui que chamar de preso já denota uma conotação positiva, posto que no geral os agentes se referem a todas pessoas presas como “ladrão”. Aqui fica claro como desigualdades sociais e hierárquicas, mesmo que, a princípio, de fora, são ratificadas e produtoras de estigmas, desumanização, violência e exclusões: uma estratégia de manutenção do biopoder e suas regulações. Em comparação com a pirâmide erótica de Rubin (1989), surge uma pirâmide sexo-política das masculinidades. Nesta dinâmica, em que as ideias são circunstanciadas pelo contexto territorial geopolítico e existencial, um relato de agente ilustra a especificidade da ideia de liberdade:

“Uma noite, fazendo a ronda na galeria de castigo¹⁰, um 021¹¹ gritou tanto ‘liberdade’ que me irritei e fui até a cela e disse para ele calar a boca porque ali ninguém podia dar liberdade para ele, só o juiz tiraria ele da cadeia. Ele respondeu, não senhor só quero sair aqui da tranca¹² e andar pelos corredores da cadeia. Me deu uma coisa ruim ouvir isso, depois esqueci. Só lembrei depois da morte dos colegas: me sentia preso pelo medo de ir e vir para a cadeia, preso em ser quem eu sou. Hoje saí da tranca, caminho melhor nesta prisão que é ser agente, mais ainda tenho medo.” Entrevista.

Não nos surpreende as lutas diárias entre pessoas presas e agentes penitenciários, que expressam guerras por micropoderes como o tempo de pátio, a forma e o tempo de receber visitas sociais e íntimas, ter acesso à alimentação diferenciada, ter acesso às assistências. Tudo isso é disputado e barganhado diariamente, e com a mesma importância de uma disputa quanto ao tamanho do pênis por ocasião dos rituais de iniciação apontados por Welzer-Lang (2004) nas suas análises da produção das masculinidades. Embora tenhamos clareza do impacto subjetivo desta relação de luta constante, as surpresas foram as dinâmicas de dominação entre os iguais.

Como exemplo destas dinâmicas de dominação entre iguais, os presos homossexuais, chamados de moleques (talvez porque não deixaram o mundo das mulheres e das crianças), são proibidos de realizar qualquer trabalho que os coloquem em contato com a alimentação das pessoas presas. Em grupos, ao discutir deslocamentos possíveis e obrigatórios dentro da prisão, questionamos o por que. Disseram-nos: “ah, doutora, olha onde esses caras põem a mão...”. Ao comentário de um homossexual presente: “onde todos vocês põem a mão para mijar...”, disseram, “é diferente, é o meu...” e não houve o menor espaço para questionar a proibição.

Em Welzer-Lang (2004, p. 117), encontramos subsídios para compreensão desta homofobia e uma articulação da prisão com a Casa dos homens:

¹⁰ Ala das celas de isolamento onde ficam os presos sancionados por falta disciplinar, comumente chamada “solitárias”.

¹¹ Forma como agentes penitenciários se referem a pessoas “doidas”. Quando questionados sobre o porquê, dizem ser pelo artigo da inimputabilidade ou então por causa do CID 10, que classifica as doenças. Encontramos no CID 10 a informação de que F21 se refere ao transtorno esquizotípico; quanto ao artigo da Lei, não há nenhuma correlação.

¹² Um outro sinônimo de “solitária”.

[...] as relações homens/homens são estruturadas conforme a imagem hierarquizada das relações homens/mulheres. A prisão, como espaço particular da “casa dos homens”, ou seja, esse lugar múltiplo e plural em que, ao abrigo do olhar das mulheres, se constrói, se gera e se regenera o masculino, seus atributos e seus privilégios de gênero, levam os pesquisadores a ver (e os detentos a sofrer) tratamentos diferenciados nos quais cada homem, competindo com os outros, deve mostrar durante o tempo todo, e mais que qualquer outra coisa, que ele é um homem “de verdade”.

Acrescentamos à observação de Welzer-Lang que não são apenas os detentos que sofrem o referido tratamento. Entre os funcionários, falas de agentes penitenciários que estavam em cargos de chefia sobre o seu trabalho: “lidar com preso é o mais fácil, o duro é a guarda, essa raça não tem jeito”. E ainda de outro agente, definindo o que caracteriza o agente penitenciário: “...é aquele cara que não pensa em como se adiantar, mas em como tirar o adiantamento do outro. Talvez seja porque é nossa função fazer isso com os presos.” Neste ponto, as relações entre os funcionários e entre os presos denunciam os mesmos modos de subjetivação das masculinidades, conforme a fala de um dos entrevistados:

“Antes eu achava que essa “pedição”, essa coisa de nunca ficar satisfeito, de querer ser igual nas notícias boas e diferente nas ruins era coisa de preso. Depois que fui chefe, vi que entre os guardas isso é pior ainda.” Entrevista.

Ressalta-se a condição de submissão relacionada sempre ao feminino depreciado, ao machismo e à misoginia. Relatam ainda que uma característica complicada dos “guardas” é falar demais, “parecem até mulher”, e “dizem que mulher é que é fofoqueira”. Práticas discursivas homofóbicas e misóginas como discriminação para com pessoas que demonstram características atribuídas ao outro sexo/gênero que não o seu, são centrais nas expressões de masculinidades tanto entre os funcionários quanto entre as pessoas presas.

Localizamos um texto de 1797, uma proeminência da masculinidade homofóbica, que demonstra, nas origens das prisões no Brasil, o pensamento que originará a visita íntima no sistema penal, além de arraigada homofobia. Segue trecho, que parece tão atual, da carta do clérigo Bernardo Luis Ferreira Portugal a Dom Francisco de Souza Coutinho:

Para aquella ilha [Fernando de Noronha] se não concentem passar mulheres [...] da falta de sexo nascem horrorosos crimes; a sodomia, a bestialidade [...] a corrupção faz com que se fazem com publicidade e pompa casamentos entre pessoas do mesmo sexo, e que estes infelizes se denominem por marido e mulher: os ciúmes dos ganimedes causas freqüentes desordens, este mal ataca desde o comandante do presídio até o último dos degradados, e habituados nela quando voltam da ilha o conservam e introduzem; e por isso jamais pode ser remediado sem se alterar, ou inteiramente mudar a ordem do governo da Ilha. Toda a despesa que Sua Magestade faz com o sustento da tropa, e degradados, condução de víveres e gente, todos os males e inércia que há naquela ilha se podem evitar uma vez que se passar apovoar de homens casados (CARTA..., 1797).

Neste, mais além das práticas divisórias, mais que separar bons e maus, posto que não bastou (“este mal ataca desde o comandante do presídio até o último dos degradados”), há que se utilizar um saber produzido, uma tecnologia, para combater tamanho mal. A relação heterossexual monogâmica apresenta-se como solução para todos os males, destacando que o maior mal aqui não são as relações entre pessoas do mesmo sexo, mas o fato delas utilizarem rituais, terminologias e expressões de sentimentos autorizados aos maridos e mulheres. O mais ameaçador é a alusão de afeto semelhante ao apregoado pela hegemônica relação heterossexual monogâmica procriativa e regulamentada pelo Estado e pela igreja. Foucault (1988) aponta o ‘amor entre iguais’ como maior incômodo para as pessoas.

Destacamos que a visita de cônjuge, ou companheira que comprove vinculação, ainda hoje faz parte das práticas discursivas de contenção e disciplina, o que resultam em falas neste sentido tanto de pessoas presas quanto de funcionários e gestores. Uma pessoa presa diz: “A gente passa a semana fazendo castelo da íntima [...] é isso que faz agente se segurar e não se atrasar na cadeia”. Já um funcionário da segurança diz: “a bronca na cadeia é rango e íntima [...] se isto estiver ok, a cadeia anda sozinha”. E um diretor: “A prática nos mostra que existem formas melhores de controlar que a violência: garantir e respeitar as visitas, em especial a íntima, dar tratamento de saúde, cursos e trabalho”.

Welzer-Lang (2001) adverte-nos para evitar o engano de achar que pelas modulações violentas, os agrupamentos masculinos que produzem e reproduzem masculinidades têm apenas aspectos negativos. Muitas vezes, associados a irmandades, a solidariedade masculina é uma intervenção contra a dor

de ser vítima, de ser submetido. A “casa dos homens é lugar de transmissão de valores positivos. Ter prazer juntos, descobrir o interesse do coletivo sobre o individual, são valores que fundam a solidariedade humana”. Welzer-Lang (2001, p. 464).

Podemos localizar historicamente modos de subjetivação, atravessados por datadas construções de masculinidades. De acordo com Oliveira (2004, p. 281):

[...] o ideal moderno de masculinidade representou durante os séculos XVIII, XIX parte do século XX, a imagem mais positiva que a sociedade ocidental fez de si própria. Características como potência, poder, domínio, força, coragem, atividade, ousadia, valentia, vigor, eficácia, sagacidade, robustez, probidade, lealdade, firmeza, segurança, solidez, imponência, inteligência, resistência, temeridade, magnanimidade, intensidade, competência, integridade, invulnerabilidade, além de muitas outras, estiveram frequentemente associadas ao ser masculino e foram pensadas como qualidades em si, positivas, desejáveis, dignas de constarem como aquelas nas quais a própria sociedade moderna gostava de se (auto) projetar.

Ainda de acordo com Oliveira (2004, p. 283), nos dias atuais:

[...] a pós-modernidade e sua insistência na desestabilização das hierarquias tradicionais é o momento histórico em que a aceleração dos ritmos de reprodução do capitalismo exige contínuas readaptações que, em níveis diferenciados, atingem todos setores da vida social. Essas transformações acabaram por favorecer uma série de questionamentos, dentro os quais aqueles dirigidos em relação à hegemonia do gênero masculino. As políticas de identidade, possíveis nesta configuração social bastante específica, como, por exemplo, o feminismo e o movimento gay, impuseram uma agenda de discussões em que o gênero hegemônico surgia com sua dominação arbitrária e não mais natural e legítima.

Para ilustrar, agentes penitenciários relatam que “às vezes a gente perde a firmeza. Você não imagina o que é ver uma criança correr para o braço do cara, que tá lá, com cara de besta que faz muito tempo que não vê o filho que ele acha que é dele [...] Lembro uma vez que, quando percebi estava com o olho cheio de lágrima. Depois, o ladrão passou por mim e disse ‘sem palavra, seu funcionário’. Eu vi que ele percebeu que eu era humano também.” Aqui vemos que, mesmo mantendo a rivalidade, como na dúvida da paternidade, há o reconhecimento dos valores relativos aos laços familiares. A sensibilidade relativa à paternidade, embora

localizada no discurso deste funcionário, não pode ser considerada parte das práticas vigilantes, como denota o ‘às vezes’ na fala.

Essa sensibilidade de alguns funcionários é percebida pelas pessoas presas, conforme ilustra a cena relatada a respeito de uma situação de violência:

“[...] os guardas já chegaram querendo caçar assunto aquele dia... Menos o Sr. tal, ele não é disso não, ele é um cara homem: só bota mão em ladrão quando eles dão ponto¹³, senão vai só nas ideia. Me pediu o bagulho e disse que se eu entregasse ninguém ia por a mão em mim. O xadrez e o corredor tava cozido de polícia. Entreguei. Ninguém relou em mim mesmo, num teve nem quase mula...Os polícia também respeita o Sr tal”. Fala de pessoa presa anotado em Caderno de Campo.

Há uma colagem da ideia de ser humano a certa ideia de ser homem. Esta colagem vem ao encontro da assertiva de Daniel Welzer-Lang (2001) de que na Casa dos homens também é possível a emergência de valores positivos que facilitam e expressão de solidariedade e, conseqüentemente, de convivência sem violência, de revisão e expansão dos valores atuantes até então.

Ressaltamos a importância de compreender os tipos de dispositivos presentes nas práticas discursivas localizadas até o momento. Lazzarato (2008, p. 45) esclarece-nos que, de acordo com o entendimento foucaultiano, apesar da prevalência dos dispositivos de segurança, nós ainda mantemos a visão disciplinar. Em suas palavras, a sociedade de segurança “engloba, utiliza, explora, aperfeiçoa, sem os suprimir, os dispositivos disciplinares e de soberania”. Para além, o dispositivo de segurança é norteado pela ideal sensação de que se está protegido.

Ainda que imbricadas nas práticas, há que se clarificar disciplina e segurança, iniciando com o fato de que são complementares, posto que, embora se efetuem por meio de tecnologias diferentes, uma garante a ação da outra. Entre as práticas divisórias da disciplina e as técnicas de governo, e ou controle da segurança, há muito o que compreender de suas dinâmicas. A esse respeito, o autor aponta que:

A disciplina aprisiona, fixa limites e fronteiras, ao passo que a segurança garante e assegura a circulação. A primeira impede, a segunda deixa fazer, incita, favorece, solicita. A primeira limita a liberdade, a segunda é fabricante, produtora de liberdade (LAZZARATO, 2008, p. 46).

13

Sinônimo de motivo.

Como duas técnicas diferentes, produzem tipos de normatização também diversos entre si, pois:

A disciplina reparte os elementos a partir de um código, de um modelo, de uma norma que determina o permitido e o proibido, o normal e o anormal. A segurança é uma gestão diferencial das normalidades e dos riscos, que não são considerados nem como bons, nem como maus, mas como um fenômeno natural, espontâneo (LAZZARATO, 2008, p. 47).

Em alguns momentos da pesquisa, como nos relatos sobre os nomes e também sobre o tratamento dado aos homossexuais, percebemos a utilização da lógica disciplinar tanto para o binômio preso/funcionário quanto para o homossexual/heterossexual. De maneira precisa, podemos localizar a soberania das subjetividades hegemônicas sobre as abjetas, assim como o agenciamento de práticas discursivas que dela advêm: a heteronormatividade e o falocentrismo.

Estes marcadores sociais da diferença exemplificam porque são tão essenciais a qualquer sistema classificatório, sistema que delimita aqueles que podem e os que não podem falar e, mais ainda, se articulamos à questão das masculinidades, o que e como devem falar aqueles autorizados para tal.

Já, em outros momentos, como no relato do encontro da pessoa presa com o filho e também da apreensão de drogas sem violência física, a atenção aos detalhes, a ilusão de igualdade e, portanto, liberdade de opinião e sentimento suspendem o binarismo e nos apresentam a lógica da segurança. Atentemos que, diferente de aprisionar em uma posição aceita ou hegemônica, marginal ou abjeta, o engendramento envolve cálculo de riscos nas situações, entrelaçamento de discursos a respeito de situações possíveis e, fundamentalmente, a utilização de saberes na elaboração de critérios de inteligibilidade.

As cenas pontuadas nos parágrafos acima mostram como é possível, mesmo dentro da prisão, a criação de novos modos de relação, logo, de subjetivação, fora do modelo truculento de violência e exclusão entre funcionários e presos.

Podemos articular aos dispositivos emergentes, o que nos diz Foucault (1988) sobre as diferenças entre o poder de morte do soberano na idade Média e o poder de vida no Estado moderno. Enquanto um se exerce pelo temor da

morte, o outro se exerce em nome e para garantir a vida. Até mesmo o direito de matar é dado ao Estado, com a justificativa de salvar vidas.

A esse respeito, alerta-nos Foucault (1988, p. 129-130):

Os que morrem no cadafalso se tornaram cada vez mais raros, ao contrário dos que morrem nas guerras [...] A partir do momento que o poder assumiu a função de gerir a vida, já não é o surgimento de sentimentos humanitários, mas a razão de ser do poder e a lógica de seu exercício que tornaram cada vez mais difícil a aplicação da pena de morte. De que modo um poder viria a exercer suas mais altas prerrogativas e causar a morte se o seu papel mais importante é o de garantir, sustentar, reforçar e multiplicar a vida e pô-la em ordem? [...] Daí o fato de que não se pôde mantê-la a não ser invocando, nem tanto a enormidade do crime quanto a monstruosidade do criminoso, sua incorrigibilidade e a salvaguarda da sociedade. São mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros.

Tratamos de pensar aqui como são produzidas as subjetividades e, nesta altura, por que não dizer as masculinidades, de homens marcados como criminosos e também de homens que, por representarem o Estado, têm legitimado o exercício do poder sobre a vida, e até de morte, destes criminosos. Parece-nos que a expressão de sensibilidade, solidariedade, civildade e respeito como atributos positivos da masculinidade aqui são desprezíveis, aproximando-se da proposição apresentada por Saéz e Carrascosa (2011): “ser homem é ser impenetrável”.

Encontramo-nos com dissonâncias, concordâncias, rachaduras e encontros tanto entre pessoas presas quanto entre funcionários e, claro, confrontando os dois grupos. Este dado confirma a afirmação de Souza (2010, p. 135):

A construção da masculinidade deve ser entendida como uma experiência coletiva e individual em constante transformação. Nessa perspectiva, compreender a conformação de sentidos e significados atribuídos por jovens sobre o que é masculinidade implica no reconhecimento de que é possível verificar, mesmo num grupo aparentemente uniforme, variações de valores, ainda que permeadas por certos traços comuns fundamentados por um ideal de masculinidade hegemônica.

A revisão teórica mostra-nos a importância de se acreditar nesta liberdade e individualidade para que melhor se possa controlar. E as diversas formas de contato ratificam o quanto estão todos estes homens aprisionados pelas expressões de masculinidade, pelos marcadores “cara homem” e “pilantra”, e

também pela questão racial: todos os dez entrevistados se consideraram brancos aos serem questionados, ainda que a cor da pele não combinasse, uns diziam simplesmente 'branco', outros 'branco, porque mulato não é raça' ou pediam autorização 'acho que sou branco, né'?

Sem fazer ideia das tecnologias de gênero, e de todos marcadores de raça e classe que elas englobam, que arquetizam estas masculinidades, agem consigo e com os outros como se fossem naturais e, portanto, imutáveis e inquestionáveis, por mais sofrimento ou desconforto que possam causar. E não podem fugir a esta condenação. Como comenta Welzer-Lang (2004), tornam-se vítimas do privilégio de participar dos jogos de dominação, porque não têm a opção de não participar dos jogos e disputas que se prestam a organizar o poder e a hierarquização masculina.

Mais além, pensamos que talvez a compreensão destas construções de expressões de masculinidades, ou mesmo a criação de espaços para refletir sobre elas, possam oferecer tanto aos funcionários quanto às pessoas presas a chance de entender que o jeito de ser e de se entender "homem" naquele espaço e no mundo, e que em alguns casos gera sofrimentos em si e nos outros, é muito mais uma sutil e útil construção sócio-histórica, política e cultural do que característica ou determinação individual.

A forma como são caladas e/ou adequadas as diversidades (sociais, raciais, geracionais, sexuais e de gênero), e também as implicações várias que habitam o imaginário relativo aos deslocamentos e paragens (fixações) possíveis e ou obrigatórios são determinantes nos processos de subjetivação, em que operam aprisionamentos mais precisos e danosos que as grades. Isto implica pensarmos em modos de subjetivação normatizadores.

A possibilidade de desconstruir estas grades internalizadas em direção a uma forma de existir mais criativa, singular e produtiva ao discutir as masculinidades na execução penal implica pensarmos em modos de subjetivação singularizantes.

Para conceituar os modos de subjetivação citados, recorreremos a Barembritt (1992, p. 50), que define modos de subjetivação normatizadores: "[...] nesta produção predomina o instituído, a reprodução de um sujeito do desejo assujeitado aos interesses dominantes, aos interesses exploradores, aos interesses mistificantes, ele adota as características de um sujeito mais ou menos universal e

eterno.”

Já nos modos de subjetivação singularizantes predomina:

[...] a geração do novo, de subjetividade absolutamente original, absolutamente singular, absolutamente instituinte, absolutamente contingente, circunstancial, e é gerada pelos acontecimentos revolucionários, a isto se chama produção de subjetividade livre, não assujeitada, primigênica, produtiva, revolucionária, em que o desejo se realiza em conexões locais, micro e se efetua gerando o novo, não se concretiza restituindo o antigo, processa-se não reproduzindo o instituído, o organizado, o estabelecido, mas se realiza gerando o instituinte e o organizante (BAREMBLITT, 1992, p. 50-51) .

É preciso destacar aqui que a compreensão genealógica exige problematização acerca dos “absolutamente” e dos binarismos, antigo-novo, instituinte-instituído que constam dos conceitos acima. Para Foucault, o homem tem sua biografia construída sempre desde o assujeitamento, mas este pode ser às normatizações ou às singularizações, em que pode, ainda que imerso nas práticas discursivas dos dispositivos que operam em sua vida, pensar, agir, amar, desde uma estilística própria, e não universal.

No lado oposto a essa estilística da existência, figura o aprisionamento das tecnologias em geral e, em especial, as de gênero, em que

o indivíduo acaba por sentir em si o mal-estar silencioso, derivado da talvez mais hermética das prisões, aquela que se constitui quando o homem passa a ser um carcereiro de si próprio, vivendo na ilusão de ser livre. (RODRIGUES, 1999, p. 178-179).

Esta análise objetiva práticas de liberdade. Mais do que a liberação de conceitos cristalizados, uma prática de liberdade implica rupturas na experiência diária e nos discursos. Retomamos a advertência feita por Foucault quanto à importância de diferenciar liberação e liberdade.

Esta prática de liberação não basta para definir as práticas de liberdade que serão em seguida necessárias para que este povo, esta sociedade e esses indivíduos possam definir para eles mesmos formas aceitáveis e satisfatórias da sua existência ou da sociedade política. É por isso que insisto sobretudo nas práticas de liberdade, mais do que nos processos de liberação, que mais uma vez tem seu lugar, mas que não me parecem poder, por eles próprios definir todas as formas práticas de liberdade. (FOUCAULT, 2004a, p. 265-266).

Ao questionarmos os saberes produzidos, as relações de poder e o exercício dos prazeres em operação pela valorização dos saberes diários e anônimos, temos alcançado as complexidades e potencialidades de um percurso genealógico graças à problematização de práticas, saberes e poderes advindos da emergência de processos de subjetivação produzidos por tecnologias de gênero.

Finalizando este capítulo, uma cena: esta pesquisadora encontra um dos entrevistados como aluno em um curso em que ministra uma disciplina chamada Mediação de Conflitos. Todos os presentes eram chefes e sub-chefes de segurança das unidades penais do estado do Paraná. Assim que solicitado que se apresentem uns aos outros, ele diz o nome, sua unidade e função e “sou do tempo em que fumar era bonito e dar o cu era feio, agora tudo inverteu... Ainda bem que a gente vai falar de mediar conflito com alguém que sabe de droga e de viado”. Estava iniciado um trabalho em que problematizamos as sexualidades, prazeres, formas de ser e estar “homem”, questões raciais, culturais e sociais bem menos capturados pelas tecnologias tanto de gênero quanto as punitivas, ainda que necessitássemos nomear de uma forma autorizada: a mediação de conflitos é considerada atributo de competência e eficácia.

6 OUTROS CÔMODOS DA CASA: O CAMINHO PELA CASA COMO DISPOSITIVO

As entrevistas realizadas com os funcionários foram se configurando como dispositivo à medida que optamos por realizar algumas estratégias que nos colocaram como forma de enfrentamento da condição de trabalho adversa a que se sentem submetidos. Entre estas estratégias, podemos enumerar a oferta de atendimento psicológico para os funcionários e familiares, de trabalhos em grupo com diferentes temas e objetivos e a realização de cursos.

O mais interessante desta dinâmica de legitimar as demandas que recebíamos foi o modo como se abalou a prática discursiva da vitimização, que incluía dizer que o Estado não fazia nada por eles, ou que só faziam ações que não atendiam às suas necessidades. No momento que nos organizamos para oferecer aquilo que eles diziam querer, alguns não queriam mais e eram ouvidos no sentido de refletir no que queriam então. Surpreendiam-se com a própria singularidade e percebiam a força de uma prática discursiva, já que se encontraram com o fato que estavam, muitas vezes, reproduzindo demandas que alinhavavam os discursos necessários as relações de poder/saber/prazer do lugar.

Em especial, em relação às atividades individuais, observamos o descrito no parágrafo acima. Muitos dos entrevistados referiram durante a entrevista, e também em conversas, uma necessidade muito grande de atendimento psicológico. As queixas sempre evasivas como “estou chapando”, “muito stress”, “problemas para dormir”, “não aguento mais cadeia”, “muita pressão”. Queixas estas que pouco dizem de práticas ou impactos delas, ou ainda de alguma singularidade no sofrimento de um deles. Por outro lado, estas queixas enunciam o quanto podem estar capturados por uma prática discursiva. Supomos que esta captura tenha impactado no fato de que, quando oferecido atendimento psicológico gratuito, num universo de aproximadamente 200 funcionários, em dois anos, onze pessoas procuraram e quatro continuaram o acompanhamento psicológico. Lembrando aqui que a possibilidade de atendimento gratuito, realizado na Clínica Escola de uma faculdade privada local, foi estendida aos familiares dos funcionários.

Diferente do que predominava no discurso, as estratégias que tiveram maior alcance numérico e impacto nas práticas discursivas foram as ações em grupo, destacando os cursos organizados. O trabalho em grupo, também

bastante solicitado, foi organizado e oferecido insistentemente, sem que se conseguisse efetivar. As pessoas resistiram com problemas de horário e local, como em todas as outras propostas. Mas, aqui, a resistência realmente impediu. Quanto à realização de cursos, conseguimos criar estratégias que possibilitaram o acontecimento, inclusive de trocas e espaços de fala, que eram demandados para o trabalho em grupo que não realizamos.

Vamos nos demorar na análise dos cursos, porque estes, na sequência da já relatada resistência, possibilitaram desdobramentos que sugerem quebras, fissuras ou mesmo abalos e até modificações nas práticas discursivas.

A lógica do trabalho em uma instituição que pode ser considerada como paradigma da sociedade disciplinar é marcada pela divisão da tarefa, refinamento de discurso por meio da produção de saberes e pela classificação. Na Penitenciária, um dos efeitos é a separação de saber e fazer entre os técnicos e a segurança. Uns desmerecem, fundamentadamente, o trabalho dos outros. Trabalho esse que, na grande maioria das vezes, não conhecem. Quando se propõem a conhecer, o fazem para exercitar práticas divisórias de certo/errado, bom/ruim, meu/seu.

Nesta perspectiva, salientamos que, em geral, os cursos ofertados até então pela Escola Penitenciária, unidade responsável pela capacitação dos funcionários do Sistema Penitenciário, são específicos por áreas, reforçando que a cada uma interessa um saber específico, garantindo a não comunicação que favorece as práticas divisórias e a ilusão das especialidades, que tanto perpetuam relações de poder em que subjetividades dóceis e úteis são construídas. Desigualdades sociais, intelectuais e políticas são ressaltadas e utilizadas na microfísica do poder, e por conseguinte na micropolítica das masculinidades.

Contando com a parceria da Escola Penitenciária, que certificou os cursos que oferecemos após compreender a proposta de integração e difusão de informação, oferecemos cursos para todos os funcionários da unidade. Como a linha discursiva mais operante no momento era a necessidade de estratégias de segurança, posto que gerada pelo medo (recordamos aqui que agentes penitenciários tinham sido assassinados e também mantidos como reféns), chamamos o curso de “Aspectos técnicos, sócio-históricos e psicológicos da segurança penitenciária”. Sob este título, trabalhamos a contextualização do surgimento da prisão como pena, aspectos da sociedade disciplinar e de controle,

processos de subjetivação e relações de poder/saber/prazer. Para articular as reflexões, a última atividade do curso era o trabalho em grupo quando se discutiu “onde estamos”, “onde queremos e podemos estar” e “como fazê-lo”.

Dentro do possível, em se refletir temáticas tão amplas e complexas em 24 horas de curso, percebemos nas falas e produções dos grupos o estranhamento necessário a uma perspectiva de devir. Diziam e/ou escreviam: “este curso está diferente, não sei por que, mas estou gostando”; “achava que já tinha ouvido tudo de cadeia, mas pareceu novidade a maioria do curso”; “me senti valorizado”; “é bom conhecer o trabalho dos outros”; “a gente vê a pessoa todo dia na cadeia, mas quanto encontra fora é diferente, até gostei de ouvir algumas pessoas, histórias e setores que não suportava”; “não imaginava que o pessoal da limpeza pensasse sobre a cadeia”; “achei que íamos ter orientações de como estar mais atento, como evitar ser surpreendido por um ataque, e o curso acabou sem respostas. Tudo bem, até que foi bom conhecer as histórias e falar um pouco da vida”.

Considerando que 70% dos funcionários da unidade fizeram o curso, que foi oferecido seis vezes, a estratégia tomou o dia a dia da unidade. Seja para fazer piada, elogiar, criticar ou se surpreender, as pessoas falavam do curso e, portanto, das normatizações e produções de sentido e subjetividade daquele território.

No intuito de possibilitar um encontro diferente, respeitando o que estava afetando as pessoas, tivemos uma participação muito maior do que esperávamos, não apenas de presença, mas nas discussões. Mantivemos o direcionamento de enfrentamento dos binarismos, tanto durante o curso como na maneira com que lidávamos com os posicionamentos de todos antes e depois de participarem ou falarem dos encontros propostos.

As avaliações formais distribuídas pela Escola Penitenciária, como parte do processo da certificação destacaram, entre outras coisas, o conhecimento do trabalho do outro e da história do lugar onde trabalhavam como o que mais importou no curso. Além disso, o espaço respeitoso longe do dia a dia da unidade também foram bastante citados. Notadamente, tanto a lógica punitiva quanto a pastoral (utilização da prática do confessorário para inquirir e depois propor uma operação de salvamento) foram problematizadas. O trabalho dos grupos girou em torno de ações possíveis a curto, médio e longo prazo, definidos de maneira

pactuada em: início na próxima semana, início nos próximos seis meses e para o próximo ano.

Ainda que constassem propostas atravessadas pelo discurso vitimizado em relação ao Estado, que efetivamente paralisa os funcionários, surgiram diversas propostas realizáveis que pudemos acompanhar a execução: discussão e elaboração de fluxograma e padronização para algumas atividades em que o desconhecimento abria espaço para emergências da vingança tão própria da maquinaria punitiva (revista de familiares, liberação de visitas, forma de organizar os pedidos de atendimento das pessoas presas); espaço para trabalhar as questões de liderança e relacionamento entre funcionários (foram realizados dois grupos, cada um com 35 funcionários e 6 encontros de oito horas, momento em que trabalharam estar em equipe, liderar e ser liderado); continuidade nas ações (o grupo de estudos continua funcionando e atuando tanto para pensar as questões dos funcionários quanto desenvolvendo ações com as pessoas presas¹⁴).

Em uma anotação de caderno de campo, uma estagiária articulou as amarras da “lógica punitiva” a uma curiosa prática:

Na Ásia e África, algumas mulheres “tracionam” (deformam) todo o pescoço promovendo um alongamento de até 25 centímetros, envolvem seus pescoços em aros metálicos (formando uma espiral em forma de colar) colocados desde a infância que as tornou conhecidas como mulheres-girafas. Na vida adulta, não vivem sem os colares que lhe dão sustentação, sem eles seu pescoço rijo é vulnerável e se quebra caso vire a cabeça Assim vivemos com as amarras que já estão impregnadas em nossa história, pensamentos, crenças e ações.

Parece-nos que as amarras, historicamente construídas e tão naturalizadas, dão mesmo a sensação de quebra caso se vire a cabeça. Percebemos as ações da pesquisa como um espaço para pensar o fato de que uma quebra nestas amarras de gênero ou da lógica punitiva pode sim, como no caso das mulheres-girafa, matar este corpo. Acontece que esta morte não é necessariamente ruim, ela pode significar o devir de um outro corpo que possa se desvencilhar do sofrimento como dispositivo na existência de todos que estão ligados à execução penal.

¹⁴ As unidades possuem vagas de estágio em Psicologia que foram sendo ocupadas por alunos que fazem parte do grupo de estudos. Além dos estágios regulares, as unidades tem aberto espaço para Projetos propostos pelo grupo. O grupo continua atuando também nos espaços de encontro/confronto entre funcionários.

Esta que escreve habita um novo corpo após e percurso pela Casa dos Homens. Como já escrito, entrei mulher, heterossexual, branca, casada, monogâmica, mãe e funcionária pública. Ouvir os presos me fez encontrar as minhas grades, e ampliar minhas leituras para as questões de gênero me deu forças para reconhecer o sofrimento das amarras e rompê-las. Ainda que atravessada pela angústia de não ter podido ainda inventar uma heterossexualidade, consegui sair de uma existência cujo único prazer era estar dentro dos padrões hegemônicos. Ao ver a negação da raça entre alguns entrevistados, me vi também negando a minha negritude, o que me fez também sofrer por não entender de onde vinham minha dificuldade em dizer não, querer agradar todo mundo e ter de fazer muito sempre para ser aceita. Falar disso, em especial com o meu negro pai, foi libertador. Por fim, percebi que faço o que faço dos meus dias não por ser funcionária pública: mais que cumprir minha função, faço por acreditar no trabalho possível em cada encontro entre pessoas. E aqui estou, mulher, negra, divorciada, trabalhadora, heterossexual e mãe, transformada pelo dispositivo da pesquisa.

Somente transformada teria me dado o direito de realizar e escrever esta pesquisa de forma não linear, ética, política e estética como ela está posta. E ousar dizer, é a minha 'escrita de si', com a parrhesía de William Siqueira Peres. Segundo Foucault (2004b, p.295) "parrhesía é um termo técnico que permite ao mestre utilizar como convém, nas coisas verdadeiras que ele conhece, o que é útil, o que é eficaz para o trabalho de transformação de seu discípulo".

7 JANELAS, PORTAS, FISSURAS, FRESTAS DA CASA: REFLEXÕES SOBRE RESISTÊNCIAS E LINHAS DE FUGA POSSÍVEIS

Conforme observação de cenas e discursos no decorrer da pesquisa e também de sua escrita, percebemos que as dúvidas e confusões quanto à própria função, o poder de decisão sobre a vida do outro, a disputa de saber entre os diversos setores e a construção histórica de que o trabalho com criminosos é penoso atravessam o cotidiano dos funcionários.

Enquanto para muitos funcionários sua função é individualizar a pena para “recuperar” a pessoa presa, tornando-a capaz de conviver em uma sociedade desigual, sem voltar a delinquir, para outros o objetivo de suas ações é tornar a pena o mais sofrida possível, já que consideram que o fato de não querer passar novamente pelos horrores do cárcere impedirá a pessoa de tornar a delinquir. Embora gerem ações diferentes, uns só se ocupam das medidas protetivas e outros das punitivas, ratificando o modelo de organização binária das ações de trabalho nas penitenciárias.

Os dois polos de entendimento citados no parágrafo acima objetivam a normatização dos corpos, tornando-os dóceis, senão normatizados, normatizáveis. Também em ambos, localizamos a emergência da pena como uma marca indelével que o soberano se utiliza para marcar perpetuamente aquele que ousou desafiar seu poder. Na prática, o que resulta é um potencial aumento da reincidência, considerando que ao focar somente nos direitos uns oferecem uma proteção impossível na rede social para a qual a pessoa retornará, e os outros, com os rigores da pena e determinação de sobrepenas, geram a raiva e revolta necessárias à perpetuação da vingança social.

Além de oscilar entre operações de salvamento e a concretização de uma vingança social, outra armadilha a que estão expostos os funcionários é a ilusão de controle gerada pela relação de tutela. Muitos consideram que devem controlar não só a rotina das pessoas presas na unidade, mas sua sexualidade, suas relações pessoais. A consequência dessa exigência de controle é um sentimento de fracasso profissional quando as pessoas cometem novos delitos, ou mesmo quando cometem faltas disciplinares dentro da unidade.

Outra importante característica, esta identificada em todas as instituições totais, segundo Goffman (1974), são os conflitos entre os diversos

setores. Cada um julga saber mais sobre a pessoa presa: os agentes penitenciários, porque acompanham diretamente a rotina, os assistentes sociais, porque têm contato com os familiares, os psicólogos, porque trabalham com a intimidade, os advogados, porque tratam do que mais lhes importa, a liberdade. Enfim, enquanto se perdem nesta infrutífera disputa, garantem a produção de subjetividades prevista em uma prisão: incapazes e/ou revoltados.

Construída historicamente desde a função do carrasco, está presente nos discursos a ideia de que executar uma pena é uma tarefa também penosa, difícil, ingrata. Mesmo nos momentos de descontração ou comemoração de fatos e ou processos positivos, sempre alguém fala da dificuldade do trabalho, do quanto o lugar tem “cargas negativas”, é “pesado para trabalhar”. Esta ideia faz com que a remuneração das pessoas que participaram da pesquisa, ainda que muito acima da média do país, seja quase sempre considerada injusta e insuficiente.

Minimizar o problema das prisões no país implica em uma gestão penitenciária que considere a complexidade dos fenômenos que atravessam a criminalidade e as formas de controlá-la e ou puni-la. Especificamente em um Sistema Prisional, essa consideração se concretiza no Tratamento Penal, aqui entendido como todo tratamento dirigido à pessoa presa pelos funcionários dos mais diversos setores. E, parece-nos que questionar o modo como as pessoas tratam umas às outras, considerando o percurso percorrido pela investigação, pelas práticas divisórias e pelo campo das sexualidades, só poderá ocorrer mediante a um questionamento de si. Mas, não um “si” qualquer.

Durante alguns trechos do caminho pela casa, citamos as linhas de fuga. Fomos enunciando para aqui tratar um tanto mais demoradamente. Pensando essa maquinaria prisional nos diagramas propostos, pudemos perceber, ainda que sutis, insurgências de resistências. Lembramos que é uma das especialidades da prisão conter as resistências. No entanto, conforme pontua Deleuze (1998, p. 111) “haverá sempre uma relação consigo que resiste aos códigos e aos poderes; a relação consigo é, inclusive, a origem dos pontos de resistência.”

Apenas para efeito de entendimento, partiremos para a diferenciação de resistências reativas e ativas, não sem antes citar o alerta de Deleuze (1998) de que a tentativa de separá-las tem caráter didático, pois elas não ocorrem separadas. Ao contrário disso, sua condição paradoxal faz com que, disparada uma resistência ativa, em seguida ela pode ser capturada e transformada

em reativa. O mesmo vale para o inverso, neste movimento que não nos permite reduzir as resistências em categorias fixas.

Rolnik (2001) define as resistências reativas como ações que conduzem à aderência da pessoa a um modo de produção de subjetividades, marcado pelo individualismo e identidade fixa. No contexto dos funcionários, são estratégias em ressonância com o modo de subjetivação normalizador que os colocam como incapazes ou de passagem para garantir a continuidade da produção de delinquentes. Mantém o assujeitamento das pessoas presas, ativando nelas e em si a vitimização.

As estratégias de resistência reativas utilizadas pelos funcionários aparecem nos discursos que reproduzem. Ao nos contarem suas histórias, ao falarem de si mesmos, enunciaram a preocupação com o que estávamos achando do que eles estavam dizendo, em muitos momentos perguntaram literalmente se haviam falado demais, se podiam pedir para não usar na escrita da tese, o quanto tinham contribuído com a pesquisa, ou ainda demandavam a confirmação daquilo que diziam. Os enunciados, então, oscilaram entre o que gostaríamos de ouvir sobre eles e a reprodução do que haviam ouvido sobre eles, construindo uma carta de reivindicações:

Aumentar o período de folga dos agentes. Psicólogo e psiquiatra para os funcionários. Alguém que se preocupe com a gente. Entrevista

Tem que ter um acompanhamento psicológico de perto. Tem muita gente que está muito mal, tomando tarja preta e álcool. Muita gente precisando de ajuda.

Uma parte de tratamento físico, não temos local, horário, profissional para isso, o preparo físico. O tratamento técnico, ter um período para instrução técnica, educacional, física. Criar períodos que haja descontaminação do funcionário. Ex. atividades de teatro, artes, etc. para que ele se descontamine disso, desse ambiente.

Tem que ter mais cursos e atividades em grupo para outros contatos sociais.

Rememorando, foram disponibilizados psicólogos aos funcionários e familiares e poucos procuraram, enquanto em quase todas as entrevistas era referida a necessidade de algum 'tratamento' para os funcionários. As atividades de grupos tiveram vários inscritos, mas, em um ano, os dois grupos não conseguiram

realizar nenhum encontro. Sempre encontravam motivos, saúde, acúmulo de trabalho, outros compromissos para adiar. Em síntese, tanto a micropolítica quanto a eclosão de resistências reativas revelam o caráter conservador da prisão. Segundo Deleuze (1998, p. 37), “o poder investe os dominados, passa por eles e através deles, apoia-se neles, do mesmo modo que eles, na luta contra esse poder, se apoiam, por sua vez nos pontos em que ele os afeta”

Já, a resistência ativa implica a criação de um outro ponto de vista, de uma outra política de produção de subjetividades. Conforme Kastrup (2004), nessa outra política, viver é a potência de criação de novos mundos a serem forjados por meio de concretas estratégias de ação. Trazendo novamente para o campo de atuação dos funcionários do Sistema Penitenciário, o objetivo dessa resistência seria permitir-lhes outras vias de circulação nesta Casa em que eles se sentem ou se dizem de passagem, sem função, impedidos, incapazes.

Neste sentido Rolnik (1993, p. 242) nos dá pistas:

O que o sujeito pode, é deixar-se estranhar pelas marcas que se fazem em seu corpo, é tentar criar sentido que permita sua existencialização - e quanto mais consegue fazê-lo, provavelmente maior é o grau de potência com que a vida se afirma em sua existência.

Na busca de pontos em que a singularidade escapa e possibilita a invenção de outros sentidos possíveis, encontramos o enunciado de Foucault para uma escrita de si:

Ele sabe que quer ocupar-se com a cidade. Tem segurança para fazê-lo por causa de seu status. Porém, não sabe como ocupar-se, em que consistirá o objetivo e o fim do que há de ser uma atividade política, a saber: o bem-estar, a concórdia dos cidadãos entre si. Não sabe qual é o objeto do bom governo e é por isso que deve ocupar-se de si mesmo (FOUCAULT, 2004, p. 49-50).

Os funcionários também não sabem qual é o objeto de bom governo. Convém ocuparem-se de si. Em outros termos, as linhas de fuga que me parecem possíveis são estratégias concretas de criação de espaço onde os funcionários possam se encontrar com suas singularidades. Aproveitando a fala de um funcionário que disse “*gostava muito de trabalhar numa equipe aqui da unidade que tinha como lema: ninguém dá o que não tem. Primeiro nos respeitamos para poder*

respeitar o colega e o preso”. Parece-me razoável que não possamos dar o que não temos. Os funcionários não deixarão de fabricar delinquentes, enquanto não ousarem se aventurar à fabricação de si mesmos.

REFERÊNCIAS

- ALBERGARIA, J.S. *Noções de criminologia*. Belo Horizonte: Lemi, 1978.
- ALVES, R. *O Retorno e o terno: crônicas*. Campinas: Papiros, 2008.
- ARAUJO, I. L. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Ed. UFPR, 2001.
- ASSUMPÇÃO, I. Interdisciplinaridade: uma tentativa de compreensão do fenômeno. In: FAZENDA, I. (Org.). *Prática interdisciplinar na escola*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997. Cap. 3, p. 23-25.
- BARATTA, A. Ressocialización o control social; por um conceito crítico de “reintegración social” del condenado. In: OLIVEIRA, Edmundo (Coord.). *Fórum Internacional De Criminologia Crítica*. Belém: Ed. CEJUP, 1990.
- BAREMBLITT, G. *Compêndio de análise institucional e outras correntes : teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.
- BARROS, R. B.; PASSOS, E. A. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 6, n. 1, p. 71-79, jan./abr. 2002.
- BATISTA, N. *Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 1990.
- BEATTIE, P. M. Cada homem traz dentro de si sua tragédia sexual: visitas conjugais, gênero e a questão sexual das prisões (1934) de Lemos Britto. Tradução: Bretas, M. L. e Zuma, R. In: FONTES, C. N. et al. (Org.). *História da prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p. 215-248.
- BECCARIA, C. *Dos delitos e das penas*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- BIRMAN, J. *Entre cuidados e saber de si: sobre Foucault e a psicanálise*. Rio de Janeiro: Relume, Dumará, 2000.
- _____. *Mal estar na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BITTENCOURT, C. R. A. *Falência da pena de prisão*. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1993.
- BRIONES, Beatriz Suárez - De como la teoría lesbiana modificó a La teoría feminista. In: BENGOCHEA, Mercedes; MORALES, Marisol (Ed.). (Trans)formaciones de las sexualidades y el género. Madrid, Ed. Universidad de Alcalá, 2001.
- BUTLER, J. *Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’*. In: LOURO, G.L. (Org.). *O Corpo Educado: pedagogias e sexualidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, J. *Cuerpos que importam: sobre os limites materiais y discursivos del 'sexo'*. Buenos Aires: Paidós, 2005.

CARDOSO JUNIOR, H. R. Foucault e Deleuze em co-participação no plano conceitual. In: RAGO, M. et al. (Org.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CARTA de Bernardo Luis Ferreira Portugal ao Ilmo. e Exmo. Dom Francisco de Souza Coutinho - Pará, dez. 1797. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1797. Consulta a original manuscrita.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEJOURS, C. *Conferências brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho*. Tradução Ana Cláudia Fonseca Reis. São Paulo: Fundap, EAESP/FGV, 1999.

DELEUZE, G. *A filosofia crítica de Kant*. Lisboa: Edições 70, 1987.

_____. *Diferença e repetição*. Tradução de R. Machado e L. Orlandi. Rio de Janeiro: Graal, 2006

_____. *PostScriptum sobre as sociedades de controle*. In: _____. *Conversações (1972-1990)*. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. O que é um dispositivo? In: FOUCAULT, Michel. *Philosophy reconte internationale*. Paris: Seuil, 2001. p. 1-8.

_____. *Que és um dispositivo?* In: BALIDAR, E. et al. *Michel Foucault, Filosofo*. Barcelona: Gedisa, 1999. p. 155-163.

DIÓGENES, G.A. Névoa Branca e o Mostro da Noite. In: _____. *Cartografias da cultura e da vilência: gangues, galeras e o movimento hip hop*. São Paulo: Anna Blume, 1998.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

EHRENBERG, A. *La fatigue d'être soi: dépression et société*. Paris: Odile Jacob, 1998.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Lisboa: Vozes Centro do Livro Brasileiro, 1972.

_____. *Hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004

_____. *A Ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. *Ditos & escritos: estratégia, poder-saber*. Organizador Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2003.

_____. *Ditos e escritos V: ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004 .

_____. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 15. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *Micrifísica do poder*. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. *Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho*. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica. para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense, 1995 b.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1976.

FREUD, S. *O Mal Estar na Civilização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987a. v.21. (Obras Completas).

FREUD, S. *O Mal Futuro de uma Ilusão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987b.

FREUD, S. *Totem e Tabu*. 2. ed Rio de Janeiro: Imago, 1987c. v. 13. (Obras Completas).

GARLAND, D. *Lês Contradictions de la Socièté Punitive: lê cãs bitannique*. Paris: Actes de la Recherche, 1998.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GUATTARI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

KAMKHAGI, V. *El Esquizoanálisis y sus líneas*. In: CUETO, A. M. del. (Org.). *Diagramas de psicodrama y grupos*. Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2005.

KASTRUP, V. *O Aprendizado da Atenção na Cognição Inventiva*. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 7-16, 2004

KUHN, T. S. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: The University of Chicago, 1970.

LAURETIS, T. A tecnologia de gênero. Tradução: Funck, S. In: HOLLANDA, H. Buarque (Org.). *Tendências e impasses- o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987/1994. p. 206-242.

LAZZARATO, M. Biopolítica/ Bioeconomia. In: PASSOS, I. C. F. (Org). *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Coleção Estudos Foucaultianos).

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOURO, G. L. Teoria *queer*: uma política pós identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

MANSANO, S. R. V. Novas aventuras em sala de aula: uma análise sobre a educação na sociedade de controle. *Athenea Digital*, n. 17, p. 207-215, mar. 2010.

MISKOLCI, R.; SIMÕES, J. A. Apresentação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, p. 9-19, 2007.

MORAES, P. R. B. *Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

MUCHAIL, S. T. A Trajetória de Michel Foucault. *Caderno Extensão*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p.7-14, fev. 1992.

OLIVEIRA, P. P. *A Construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

PACHECO, P. *Atuação do psicólogo no sistema prisional*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2010.

PARANÁ. *Estatuto Penitenciário do Estado* (1995). Decreto Estadual nº 1276 de 31 de outubro de 1995. *Diário Oficial*, n. 4625, 31 out. 1995. Disponível em: <http://www2.mp.pr.gov.br/cpdignid/dwnld/cep_b19_estatuto_penitenciario.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2012.

PERES, W. S. *Psicologia e políticas queer*. 2012. No prelo.

PLASTINO, C.A. *O primado da afetividade: a crítica freudiana ao paradigma moderno*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

QUEIROZ, A. *Foucault: o paradoxo das passagens*. Rio de Janeiro: Pazulin, 2002.

RAGO, M. A aventura de contar-se: Foucault e a escrita de si de Ivone Gebara. In: SOUZA, L. A. F; SABATINE, T. T.; MAGALHÃES, B. R. (Org.). *Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

RAUTER, C. Clínica e estratégias de resistência: perspectivas para o trabalho do psicólogo em prisões. *Revista Psicologia & Sociedade*, v. 19, n. 2, p. 42-47, 2007.

RODRIGUES, J. C. *O corpo na história*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

ROLNIK, S. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROLNIK, S. Pensamento, corpo e devir: uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 214-251, 1993.

ROLNIK, Suely. Despachos no museu: sabe-se lá o que vai acontecer. *São Paulo Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 3, jul./set., 2001.

ROZENTHAL, E. *O pulsar da diferença: considerações acerca do processo de subjetivação em psicanálise*. 2003. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - IMS- UERJ, Rio de Janeiro, 2003.

ROZENTHAL, E. Trabalho imaterial: sobre a subjetividade para uma leitura do trabalho no século XXI. *Lugar comum: estudos de mídia, cultura e democracia*, Rio de Janeiro, n. 21-22, p. 109-132, jul./dez., 2005.

RUBIN, Gayle. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. In: VANCE, Carole (Org.). *Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina*. Madrid: Revolución Madrid, 1989. p. 113-190.

SAÈZ, Javier; CARRASCOSA, Sejo. *Por el culo: políticas anales*. Madrid: Editorial Egales, 2011.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SILVA, J. M. Apresentação. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN, A.B. (Org.). *Espaço, Gênero & Masculinidades Plurais*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011. p. 18-22.

SILVEIRA, J. T. Se Tirar o colete não dá para saber quem é preso, quem é agente: trabalho, identidade e prisionalização. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLITICA, 1., 2009, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFPR, 2009. p. 2-19.

SOUZA, M. F. As análises de gênero e a formação do campo de estudos sobre a(s) masculinidade(s). *Revista Mediações*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 123-144, jul./dez. 2009.

SOUZA, R. Rapazes negros e socialização de gênero: sentidos e significados de "ser homem". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 34, jan./jun., 2010.

SPINK, M. J; FREZZA, R. M. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da psicologia social. In: SPINK, M. J. (Org). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, P. K. O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 20, Edição Especial, p. 70-77, 2008.

VASCONCELOS, A. S. F. *A saúde sob custódia: um estudo sobre agentes de Segurança Penitenciária no Rio de Janeiro*. 2000. 66 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio Janeiro, 2000.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia . *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

WELZER-LANG, D. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, M. R. (Org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004.

ANEXO

Roteiros de Entrevistas

Dados Pessoais

- Codinome:
- Sexo:
- Idade:
- Estado Civil:
- Filhos:
- Filiação ou opção religiosa:

Dados de Formação Educacional

- Escolaridade:
- Está estudando ou fazendo algum curso? Se sim, o que o motivou a estudar?
- Tem vontade ou planos de estudar, fazer cursos?
- Seu trabalho atual alterou seus projetos de estudos?

Dados de Formação Profissional

- Local de trabalho:
- Função:
- Cargo:
- Tempo de serviço:
- Trabalhos anteriores:
- Perspectivas profissionais (Futuro):
- Seu trabalho atual alterou seus projetos profissionais?

Saúde Mental no Trabalho

- Qual a sua visão do sistema penitenciário?
- Qual o impacto esse sistema causa sobre o preso?(O que você acha que acontece pela pessoa que passa pelo sistema)
- Como você vê instituição onde você trabalha, a PEL? (condições de trabalho)
- Você gosta de sua profissão? Pensa em mudar? Sim ou não, por quê?

- Como você vê seu trabalho? A função que você exerce?

- Qual o objetivo do seu trabalho? Esse objetivo é claro para você no seu dia-a-dia?

- Qual era a idéia que você tinha de como seria o seu trabalho dentro da prisão antes de iniciar seu trabalho atual?

- Com o tempo e rotina de trabalho essa idéia sofreu alguma alteração?

- Você acredita que seus colegas de trabalho também têm clareza do objetivo do seu trabalho?

- Qual a visão que você acha que as pessoas têm em relação ao seu trabalho?

- Qual a visão da sua família/amigos em relação ao seu trabalho?

- Essa relação já foi afetada de algum modo devido seu trabalho?

- Como é o seu ambiente de trabalho?

- Como é o seu relacionamento com os colegas de trabalho?

- Como é o relacionamento entre os diferentes setores?

- Qual sua relação com seus superiores?

- Quais são os pontos positivos do seu trabalho?

- No seu dia-a-dia, cite algo de bom que você faz.

- Tem alguém que você admira/confia/pode contar no seu trabalho? Por quê? Quais são as atitudes que te chamam a atenção?

- Você tem algum medo/preocupação/receio?

- Você tem algum problema de saúde?

- Dorme bem? Como é? Quantas horas etc...descrever.

- Toma alguma medicação? Se sim, conte a história.

- Você usa ou já usou algum tipo de substância que altera seu estado de consciência? (Já teve algum problema com o uso? Problema de saúde, com a família, justiça, etc...?)

- Pratica algum esporte ou lazer?

- Tem alguma outra atividade ou trabalho?

- Tem alguma filiação ou opção religiosa? Descrição.

- Você consegue se desligar de seu trabalho?

- Existe algo que você acha que deveria ser mudado? (o quê? Por quê?)

- Como você poderia contribuir com essa mudança?

- Você gosta de falar sobre o seu trabalho? Por quê?

- Você tem contato com a família dos presos? (se sim, como é esse contato. Se não, como você vê esse contato com outros funcionários)

- Como é a sua relação com os presos? Como você acha que deveria ser?

- Qual é a palavra ou a frase que você pensa quando está a caminho do trabalho?

- Quais as dificuldades encontradas no ambiente de trabalho?

- Hoje, sabendo como é você, você escolheria o mesmo trabalho?

Sobre a participação no Projeto e propostas de intervenção

- O quê o motivou a participar do projeto?

- Qual a sua opinião sobre essa iniciativa?

- O que você acha que pode ser feito para melhorar a saúde mental dos funcionários?

- Como você se sentiu durante as entrevistas?